

DANIELA ARCANJO RODRIGUES

Orientador:

Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier

O fluxo é indomável: narrativas sobre a Cracolândia

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito parcial para obtenção do certificado de graduação em Comunicação Social: Jornalismo.

Bauru, dezembro de 2018

UNESP – FAAC – Departamento de Comunicação Social

DANIELA ARCANJO RODRIGUES

Orientador:

Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier

O fluxo é indomável: narrativas sobre a Cracolândia

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito parcial para obtenção do certificado de graduação em Comunicação Social: Jornalismo.

Bauru, dezembro de 2018

UNESP – FAAC – Departamento de Comunicação Social

DANIELA ARCANJO RODRIGUES

O fluxo é indomável: narrativas sobre a Cracolândia

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito parcial para obtenção do certificado de graduação em Comunicação Social: Jornalismo.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier (orientador e presidente da banca)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof. Dr. Angelo Sottovia Aranha
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof^ª. Dr^ª. Kelly Cristina Magalhães
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

*À Neide Vita (in memoriam) e toda a sua vida dedicada aos
esquecidos da cidade.*

Para minha avó centenária e minha avó nordestina.

AGRADECIMENTOS

Início este texto sabendo que jamais conseguiria agradecer de forma adequada a todos que fizeram parte da minha formação e da minha caminhada. São dezenas de pessoas que vêm à minha mente e sem as quais não poderia ter chegado aqui. Isso posto, vou me esforçar para transmitir a minha gratidão a algumas figuras essenciais nesse processo:

Agradeço à Universidade Estadual Paulista, seus funcionários e alunos. Em um momento tão difícil para a educação brasileira, as pessoas que cruzaram o meu caminho me transformaram e ressignificaram o que é a universidade pública para mim. A Unesp foi minha casa durante quatro anos e só ali aprendi o que é cidadania.

Agradeço aos meus professores, que me deram o impulso para que eu enxergasse melhor e mais longe. Em especial ao Angelo Sottovia, o primeiro a me mostrar a força da comunicação popular e um dos mestres mais marcantes da minha graduação. Obrigada pela paciência, pelo conhecimento compartilhado, pela proximidade e generosidade. Agradeço ao Juarez Xavier, orientador desta monografia e de tantos outros trabalhos ao longo desses cinco anos. O seu afeto e a sua força me inspiram. Obrigada pelo incentivo sempre tão amoroso e por me fazer olhar para os meus projetos de forma mais crítica e generosa.

Não teria chegado tão longe sem as minhas amigas-irmãs da República Inês. Agradeço à Ana Carolina, pela parceria; à Ana Flávia, pelo companheirismo, por sempre tornar os dias mais alegres. Agradeço à Mariana pela escuta, pelos bons conselhos, pela prontidão em ajudar; à Helena por me ter feito infinitamente mais feliz enquanto moramos juntas.

Muito obrigada ao meu namorado, Zenon, que nunca me negou ajuda e sempre deu luz quando eu estava no escuro. Obrigada por me fazer ver o mundo de outra forma, pela paciência, por sempre vir me visitar quando tudo ficava difícil.

Tenho profunda gratidão pelo bairro Jardim Nicéia e pelos frequentadores e funcionários do Centro de Referência Especializado para a população em situação de rua de Bauru, o Centro Pop, onde desenvolvi os jornais Voz do Nicéia e Fatos da Rua, respectivamente. Agradeço por terem me deixado entrar em suas comunidades, por permitirem que eu compreendesse melhor o mundo e me tornasse uma pessoa e profissional melhor. Agradeço ao Arthur Finati, primeiro colega com que compartilhei a ideia de fazer um jornal com moradores de rua.

Agradeço especialmente à Ana Adelia, ao Éderson Oliveira, ao Adilson Santos e à Stephanie Ribeiro, que resistiram e resistem entre casas de acolhimento e ruas da cidade de Bauru.

Agradeço à Folha de S. Paulo e À Craco Resiste por me possibilitarem fazer esta pesquisa.

Por fim, o mais importante agradecimento: à minha família. Ao meu irmão, Lucas, por me acolher no seu apartamento em São Paulo durante este ano, por sempre me proteger. À Ana Carolina, por ser a minha melhor amiga desde que eu nasci. E ao meu pai e minha mãe, que construíram o meu elo de amor com este mundo. Obrigada por me ensinarem o valor da alteridade, do respeito e da justiça. Longe ou perto, seremos sempre os cinco.

*“Aos esfarrapados do mundo e aos que
neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com
eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.”*

Paulo Freire

RESUMO

Esta monografia é uma comparação entre a cobertura feita pelo coletivo A Craco Resiste e pelo jornal Folha de S. Paulo sobre a Cracolândia, território itinerante que se formou na década de 1980 no bairro da Luz. Para fazer a análise, foram selecionados os dias 14 a 28 de maio de 2017, período que engloba uma megaoperação realizada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e a Guarda Civil Metropolitana, que ocorreu no dia 21. Havia um acirramento da violência contra o fluxo na época da remoção. O objetivo principal é compreender de que forma um coletivo horizontal, criado na sociedade em rede e que faz uso de mídias sociais, pode contribuir para uma cobertura mais plural de um jornal comercial e impresso. Para a pesquisa, foram consideradas todas as unidades de informação da página no Facebook d'A Craco Resiste, principal meio de comunicação do coletivo com os seus seguidores, e todas as unidades de informação do jornal impresso da Folha de S. Paulo no período. Foram analisadas as estratégias argumentativas do texto, as fontes jornalísticas escolhidas, a organização das ações naquele contexto e a sucessão de fatos e elementos em cada unidade, para, então, compreender qual foi a narrativa traçada pelas duas organizações ao longo das duas semanas. Para ter um entendimento integral do tema da pesquisa serão apresentados o processo de abandono da região central da cidade pelo Estado (consequência da migração das classes médias e elites da cidade para a Zona Oeste); a Guerra às Drogas; a flagrante desigualdade de um país que teve sua fundação pautada pelo sistema escravocrata e o processo de financeirização da moradia após 1980.

Palavras-chave: Jornalismo; cracolândia; mídia radical; população em situação de rua; Guerra às Drogas; redução de danos

ABSTRACT

This monograph is a comparison between the covering made by the collective A Craco Resiste and Folha de São Paulo newspaper about Cracolândia, a travelling territory that was formed in the 1980's in Luz district. To make the analysis, were selected from May 14 to 28, 2017, a period that includes a mega-operation carried out by the Military Police of the State of São Paulo and the Metropolitan Civil Guard, which occurred on may 21. There was an escalation of violence against the "flow" at the time of removal. The main goal is to understand in which way a horizontal collective, created in a network society and using social media, can contribute to a more plural coverage in a commercial and printed newspaper. For the research, we considered all the units of information on the A Craco Resiste facebook page, main means of communication of the collective with its followers, and all the units of information of printed newspaper of Folha de São Paulo in the period. The text argumentative strategies, the chosen journalistic source, the organization of actions inside the context and the progression of facts and elements in every unit will be analyzed, in order to understand the narrative drawn by the two organizations over the two weeks. For a integral understanding of the research theme the following will be presented: the process of neglect from the State over the central region of the city (as a consequence of the migration of middle class and elite of the city to the West Zone); the Drug War; the conspicuous inequality of a country that had his foundations ruled by the slavery and the financialization of housing after 1980.

Keywords: Journalism; cracolândia; radical Media; homeless people; Drug War; damage reduction

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Logo d'A Craco Resiste.....	p. 71
Figura 2: Postagem de João Gordo/A Craco Resiste.....	p. 72
Figura 3: Bombas não tirarão as pedras do meu caminho/A Craco Resiste.....	p. 73
Figura 4: Fragmento da capa da Folha de São Paulo/Folha de São Paulo.....	p. 81
Figura 5: A Cracolândia anda. Não adianta maquiar/Observatório do Povo da Rua e A Craco Resiste.....	p. 89
Figura 6: A vida não se especula/A Craco Resiste.....	p. 93

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE FIGURAS	10
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1. INTRODUÇÃO	14
2. MATERIAIS E MÉTODOS	18
3. DESENVOLVIMENTO	21
3.1. Referencial teórico	21
3.1.1. Desigualdade espacial e financeirização da moradia	21
3.1.2. O centro de São Paulo e a Cracolândia	28
3.1.3. A guerra às drogas e a criminalização da pobreza	39
3.1.4. A remoção do dia 21 de maio	50
3.1.5. Mídias comerciais e mídias radicais	54
3.2. A Folha de São Paulo	66
3.3. A Craco Resiste	69
4. RESULTADOS	77
4.1. Unidades de informação da Folha de São Paulo	77
4.2. Unidades de informação d'A Craco Resiste	87
4.3. Comparações	96
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Fazer esta monografia foi uma experiência rica e desafiadora. Desde o início da graduação tenho vontade de fazer pesquisa, mas o envolvimento com outros projetos acabou me afastando dessa possibilidade. Por fim, tive a oportunidade de apresentar “O fluxo é indomável: narrativas da cracolândia”, um tema que me é tão caro, na conclusão do meu curso.

A ideia desta pesquisa surge de uma visita à cracolândia para a reportagem sobre mulheres em situação de rua “Marias das Ruas”, vencedora do 9º Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão, do Instituto Vladimir Herzog. A ida ao território ocorreu em setembro de 2017 e foi realizada junto com A Craco Resiste, durante uma apresentação de Maracatu no fluxo, local em que se reúnem as pessoas em situação de rua no bairro da Luz. No pouco tempo em que permaneci no fluxo, senti tristeza por ver corpos marcados pela violência do Estado. Vi um símbolo do abandono das populações marginalizadas da cidade, que não são aceitas na sociedade formal, mas ali conseguem existir. Vi também uma comunidade com relações complexas, regras próprias e afeto. Embora não seja o intuito aqui romantizar uma situação de completo abandono, acho importante me referir àquele território com a complexidade que ele carrega essencialmente.

Revendo as minhas anotações desse dia para fazer esta monografia, deparei-me com frases que estavam nos muros da Rua Helvétia e da Alameda Dino Bueno, onde se localizava o fluxo. Elas transmitiam com precisão o que eu sentia na minha convivência semanal com a população de rua de Bauru, enquanto realizava o jornal Fatos da Rua. “A vida é um emaranhado de nós” era uma delas, a síntese de uma narrativa que ouvi diversas vezes de diferentes pessoas que não têm moradia: uma vida que de tal forma se desorganizou, que a saída daquela condição parece inalcançável sem uma rede de apoio sólida.

“O fluxo é indomável”, frase que dá nome a este texto, também foi retirada dos muros da cracolândia naquele dia. Fazia mais de três meses que a megaoperação da Polícia Militar do Estado tinha invadido o território com bombas de gás e atiradores de elite, em uma operação que aprofundou o cotidiano de violência que vinha se intensificando desde o início de 2017. Lendo os jornais da Folha de S. Paulo e as publicações na página do Facebook d’A Craco Resiste, penso que a frase não só se refere ao caráter orgânico e itinerante do território da

cracolândia (cuja velocidade de rearranjo após uma remoção impressiona), mas também à impossibilidade de captar a riqueza de relações ali presentes, distante da maioria dos leitores do jornal e dos seguidores do coletivo. Por isso, a importância da ocupação cultural do fluxo pelo A Craco Resiste, que leva à cracolândia pessoas de fora dela. Ali, elas podem desestigmatizar a narrativa que se criou de um território que seria feito apenas de degradação, drogas e violência, devolvendo a complexidade e a humanidade de quem está no fluxo.

Por fim, gostaria de ressaltar a dificuldade que tive para escrever esta monografia durante o período político pelo qual o Brasil passa. Fazer um trabalho de conclusão de curso já é um desafio pela sua carga simbólica, que causa uma ansiedade paralisante. Porém, penso que esta pesquisa é uma colaboração para os novos tempos, em que será preciso exercer o bom jornalismo em todos os tipos de veículos de comunicação.

1. INTRODUÇÃO

A década de 1980 marca o fim de um mundo polarizado entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos e a consequente ascensão de um sistema pautado na hegemonia do mercado financeiro. No final do século XX, a concentração de renda torna-se mais aguda: desde 1970, os países subdesenvolvidos passam por um aumento do décimo superior na renda nacional. Junto com esse quadro, o afrouxamento das políticas públicas é visto como uma das razões para o aumento da desigualdade em países centrais e periféricos.¹ Alguns acontecimentos paralelos acompanham a conjuntura descrita: fusões e aquisições de empresas, incluindo as de comunicação, de modo que apenas sete grandes corporações dominavam o mercado internacional no setor² e o fenômeno de financeirização da moradia. O dismantelamento das políticas de bem-estar social acentuam o aumento de favelas no mundo. Documentos escritos para o Banco Mundial em 1970 já indicavam a retirada do Estado das políticas de moradia para assumir um papel apenas de mediador entre os cidadãos e o mercado.³ Em 2013, o número de moradores de favela já era de mais de 900 milhões de pessoas ao redor do mundo.⁴

Alguns sequer conseguem ter uma casa para morar. Em 2017, o número estimado da população em situação de rua no Brasil era de cerca de 101 mil pessoas.⁵ Em 2015, São Paulo tinha 16 mil pessoas sem uma moradia, contra 8 mil pessoas em 2000. No mesmo período, o aumento da população da cidade foi de 0,7%.⁶ Alia-se a esse quadro a agressiva expansão periférica das metrópoles ao redor do mundo e o corte em políticas públicas (incluindo políticas de moradia e mobilidade), e o que se tem é um cidadão cada vez mais pressionado

¹ PIKETTY, Thomas. O Capital no século XXI. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle, 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

² COSTA, Caio Túlio. Modernidade líquida, comunicação concentrada. Revista USP, São Paulo, n.66, p. 178-197, junho/agosto 2005.

³ MAYO, Stephen; ANGEL, Shlomo. Housing: Enabling Markets to Work. In: ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 79

⁴ MAIS DE 900 MILHÕES DE PESSOAS VIVEM EM FAVELAS, DIZ RELATÓRIO DA ONU. O Globo, 19 out. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/mais-de-900-milhoes-de-pessoas-vivem-em-favelas-diz-relatorio-da-onu-20313751>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁵ NATALINO, Marco Antonio Carvalho. Texto para discussão: estimativa da população em situação de rua no Brasil. Ipea, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁶ ARCANJO, Daniela; MORAES, Ana Carolina. Rua, substantivo feminino. Marias das Ruas. Disponível em: <<https://www.mariasdasruas.com.br>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

por diversos desamparos do Estado. Para muitos, um local no centro, mesmo que não seja uma casa, é mais vantajoso do que vagarosas viagens do trabalho até a própria moradia, em locais cada vez mais afastados.⁷ Outros fatores que também levam as pessoas à rua também foram impactados pela falta de políticas públicas: casos de violência doméstica, abuso sexual, desemprego, transtornos intelectuais, depressão.⁸

Em 1980, então, forma-se, uma comunidade na região da Luz que ficaria conhecida como Cracolândia. Os primeiros registros do nome pela imprensa ocorrem no final da década de 1990. A primeira apreensão de crack na região da Luz foi em 1991.⁹ Apesar do nome referenciar o crack, o abandono do centro pelas elites e, conseqüentemente, pelo Estado, já possibilitava que populações acêntricas ocupassem as ruas do bairro há décadas, muito antes da chegada da droga no Brasil. A partir de 1960, quando o centro é revisto pelo setor imobiliário e novas centralidades são criadas e estimuladas pelo mercado na zona oeste da cidade de São Paulo, pessoas que estavam às margens da sociedade começaram a ocupar o bairro.¹⁰

Desde a sua gênese a Cracolândia passa por diversas ações policiais que têm como objetivo, ao menos teoricamente, o desmantelamento do tráfico na região. Uma dessas ações foi no dia 21 de maio de 2017, quando ocorria a 13ª edição da Virada Cultural de São Paulo. Os relatos indicam para uma das mais violentas ações da história da Cracolândia¹¹. Em 2017, alinhavam-se novamente as políticas estadual e municipal: Geraldo Alckmin estava em seu terceiro ano de mandato no governo do estado e João Doria iniciava o seu primeiro ano à frente da prefeitura da cidade. Em entrevistas, Doria já havia sinalizado o seu interesse em acabar com o programa anterior, chamado De Braços Abertos, que se baseava em uma política de redução de danos focada no cuidado com o usuário de drogas, sem necessariamente induzi-lo a internações e ao rompimento do uso da droga.

⁷ DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. 1. ed. Boitempo: 2006, p. 39.

⁸ TIENE, Izalene. Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais. 1.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

⁹ MAGALHÃES, Tais Rodrigues Pereira. Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da “Cracolândia” paulistana. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 24.

¹⁰ ROLNIK, Territórios em conflito. São Paulo: Três Estrelas, 2017, p. 42

¹¹ ARCANJO, Daniela; MORAES, Ana Carolina. Rua, substantivo feminino. Marias das Ruas. Disponível em: <<https://www.mariasdasruas.com.br>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

A cobertura do evento pela mídia foi massiva: constantes ações policiais no início de 2018 já deixavam o território em alerta. Nem sempre, porém, a cobertura da mídia se volta para a manutenção dos direitos fundamentais e para a pluralidade de opiniões e fontes. O enxugamento pelo qual os meios de comunicação internacionais passaram refletiu também o quadro de competitividade em âmbito nacional. Em 2000, seis corporações dominavam o cenário midiático brasileiro e três venderam as suas ações para grupos estrangeiros.¹²

O surgimento de mídias radicais das quais comunidades acêntricas lançam mão para reivindicar os seus direitos ocorre em diversas sociedades, embora nem sempre essas formas de comunicação sejam exploradas por pesquisas acadêmicas. Por mídia radical, entende-se mídias, em geral de pequena escala, que trazem novos paradigmas e projetos de sociedade alternativos à visão hegemônica¹³. Um exemplo de mídia radical que surge na Cracolândia é o coletivo A Craco Resiste. Por meio de camisetas, atos e por uma página no Facebook que conta com 17.246 seguidores, o coletivo defende os direitos humanos, a redução de danos e se posiciona contra a violência policial que ocorre no território da Cracolândia.

Esta monografia irá comparar as narrativas da Craco Resiste e da Folha de S. Paulo, dois recortes das mídias radicais e hegemônicas, respectivamente, para entender as principais diferenças entre elas e apontar de que forma um coletivo autônomo como A Craco Resiste pode contribuir com a cobertura de mídias comerciais, por estar mais próximo ao território e poder apresentar uma visão mais complexa da população da Cracolândia. Serão estudados 15 dias, do dia 14 ao dia 21 de publicações no jornal impresso da Folha de S. Paulo e o mesmo período de publicações d'A Craco Resiste na rede social Facebook. A Folha de S. Paulo é o jornal de maior circulação do país hoje e a Craco Resiste é o movimento social mais expressivo da Cracolândia. Por trabalhar como uma espécie de assessoria do território, tem material para ser pesquisado e trabalha com rigor as informações.¹⁴

O objetivo principal da pesquisa é entender como a análise da cobertura de um coletivo pró direitos humanos pode contribuir com a cobertura de um jornal diário e empresarial. Embora a Folha tenha princípios que atendam à metodologia de apuração jornalística, há um

¹² COSTA, Caio Túlio. Modernidade líquida, comunicação concentrada. Revista USP, São Paulo, n.66, p. 178-197, junho/agosto 2005.

¹³ DOWNING, John D. H. Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2002, p. 21

¹⁴ MELLO, Daniel, em entrevista realizada no dia 8 de outubro de 2018, no café da Livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo

distanciamento do jornalista médio da população da cracolândia: entre os jornalistas, em 2013, 72% eram brancos e 98% tinham ensino superior.¹⁵ No território, 22% são brancos e a maioria não completou o ensino médio, segundo pesquisa de 2017.¹⁶

Entre os objetivos secundários, que sustentarão o objetivo principal, estão a compreensão da narrativa do jornal e do coletivo no período escolhido para análise (e, para isso, foram observados os elementos de continuidade, as mudanças evolutivas, as organizações das notícias em função do contexto histórico de cada narrativa) e a compreensão dos temas e organizações estudados, que são: a financeirização da moradia, o Centro de São Paulo, a Cracolândia, a Guerra às Drogas, a Folha de S. Paulo e A Craco Resiste. Para isso, serão feitas entrevistas com pessoas do fluxo, integrantes d'a Craco Resiste e com um urbanista. A hipótese é que, por ser um coletivo próximo à comunidade da Cracolândia e que faz frente a uma política higienista e hegemônica, A Craco Resiste pode trazer boas condutas e práticas para jornais comerciais como a Folha de S. Paulo.

¹⁵ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA DA UFSC. Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país. Disponível em: <<http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

¹⁶ PESQUISA PIONEIRA REVELA PERFIL DOS FREQUENTADORES DA CRACOLÂNDIA. Portal do governo de São Paulo. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/pesquisa-pioneira-revela-o-perfil-dos-frequentadores-da-cracolandia/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para investigar a qualidade do jornalismo feito pelas grandes mídias sobre populações acêntricas, a pesquisa irá comparar qualitativamente e quantitativamente a cobertura que o jornal Folha de S. Paulo e o coletivo A Craco Resiste fizeram sobre a cracolândia no período que engloba a remoção pela Polícia Militar de São Paulo, promovida pelo então governador Geraldo Alckmin (PSDB) e apoiada pelo ex-prefeito João Dória (PSDB), no dia 21 de maio de 2017, na Cracolândia, território itinerante que se constituiu em 1980 no centro de São Paulo. O jornal Folha de S. Paulo foi escolhido como um recorte das mídias comerciais brasileiras. A Folha é um jornal crítico e que busca promover os direitos humanos e a evolução dos costumes, o que tornou a comparação mais desafiadora. A Craco Resiste, um movimento social que nasce no final de 2016, foi selecionado pela proximidade da comunidade afetada pela remoção e porque trabalha com a perspectiva de promover ações que respeitem os direitos humanos. Como um movimento social, tem algumas outras premissas: é antiproibicionista, em relação às drogas, e antipunitivista, em relação ao sistema carcerário atual.¹⁷

Para fazer essa comparação, foram analisados 15 dias de publicações sobre o tema no jornal impresso da Folha de S. Paulo e o mesmo período de publicações no Facebook d'A Craco Resiste. Os dias escolhidos foram os que estavam no período de 14 a 28 de maio. A semana anterior à remoção foi escolhida para entender como essas duas mídias se comportavam antes da remoção, a frequência com que o tema da Cracolândia era exposto e como o debate da Cracolândia vinha sendo tratado antes da operação policial.

Os caminhos da pesquisa foram feitos de forma dialética. A escolha decorreu do entendimento de que a análise trata de um embate entre o Estado, empresas e um grupo representado por um movimento social. Trazer, portanto, análises que contemplem os conflitos entre classes enriqueceu a pesquisa. Apesar da monografia ser em comunicação, foram emprestados conhecimentos de diversas áreas para explicar um assunto que, se fosse analisado isoladamente, poderia levar a um resultado falacioso. O urbanismo e a história da formação de São Paulo foram cruciais para a explicação do surgimento da Cracolândia. A

¹⁷ COSTA, Roberta Marcondes. Mil fitas na Cracolândia: amanhã é domingo e A Craco Resiste. 2017. Dissertação de mestrado - Programa de pós-graduação Culturas e Identidades Brasileiras, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017, 286 f.

psicologia comportamental, para a relação dos usuários de drogas com o vício, e estudos sobre comunicação, mídia e jornalismo para examinar o material colhido.

O entendimento de um fenômeno se define como “a conscientização da totalidade que está presente em uma prática, por acidental ou limitada que ela possa ser.”¹⁸ Tomei as diversas práticas explanadas nesta monografia como parte de um conflito social maior e um contexto político-ideológico sobre o uso da terra e da propriedade no território da Cracolândia. Por isso, a estrutura do trabalho é dedutiva: passei de uma conjuntura universal e de fatores gerais sobre moradia, favelas, meio de comunicação e jornalismo para uma situação particular. Apesar de fazer um recorte espacial e temporal, o estudo integra uma realidade maior e pode ser replicado em outros contextos.

O modelo da análise foi de uma pesquisa de intervenção, que pudesse extrapolar os saberes acadêmicos e contribuir para o nível de conhecimento do objeto articulando a pesquisa com a ação.¹⁹ Por meio da análise interpretativa dos dados, buscou-se como seria a aplicação dos resultados alcançados na pesquisa. Ou seja, como coletivos que surgem no bojo da formação da sociedade em rede, e que são típicos de uma era de horizontalização das comunicações, podem influenciar e contribuir para a criação de uma cobertura da mídia comercial que respeite os direitos humanos e abarque as novas demandas e audiências do século XXI.

Além da leitura das obras da bibliografia, foram feitas três entrevistas de profundidade com importantes atores do urbanismo e do território: Jorge Bassani, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), que explanou sobre os efeitos do neoliberalismo no abandono dos centros das grandes cidades; Daniel Mello, militante d'A Craco Resiste e jornalista, um dos responsáveis por gerenciar a página do Facebook e por produzir conteúdo para os outros canais do coletivo; e Dentinho, morador de um hotel na Luz, frequentador da Cracolândia e integrante d'A Craco Resiste. Para as entrevistas, foram usadas técnicas de diálogo para uma inter-relação criadora, explicadas por Medina no livro “Entrevista: o diálogo possível”. Como possibilidade de engrandecimento da entrevista, ela não foi diretiva, como uma enquête pré-elaborada. “Eis algumas das

¹⁸ FERREIRA, Maria Nazareth. Alternativas Metodológicas para a produção científica. 1. ed. São Paulo: CELACC-ECA/USP: 2006. p. 98.

¹⁹ LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Proposta de um modelo metodológico para o ensino da pesquisa em comunicação. In: Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas. MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (orgs). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 105 e 106.

possibilidades de enriquecimento informativo na entrevista aberta, sem a camisa-de-força do questionário fechado: o centro do diálogo se desloca para o entrevistado; ocorre liberação e desbloqueamento na situação inter-humana e esta relação tem condições de fluir; atinge-se a auto-elucidação.”²⁰

As análises feitas foram sobre as duas narrativas elaboradas pelas organizações sobre a Cracolândia em um período que abarca a remoção de maio. A narrativa pressupõe uma sucessão de fatos. Por isso, não apenas as unidades informativas (notas, artigos de opinião, vídeos, reportagens, postagens) posteriores ao dia 21 de maio de 2017 foram estudadas, mas também o que era falado sobre a Cracolândia nas duas organizações estudadas antes da remoção: essas informações também foram importantes para a formação no imaginário da audiência sobre as supostas justificativas da remoção. “Ao estabelecer seqüências de continuidade (ou descontinuidade), as narrativas integram ações no passado, presente e futuro, dotando-as de sequenciação. O relato temporal perspectiva os estados e as ações em momentos históricos (mudanças evolutivas).”²¹ Os seres humanos têm uma tendência inata para a narrativa, que antecede até mesmo a linguagem. É por meio dela que damos significados aos acontecimentos na nossa mente, e justamente por isso ela é usada no jornalismo.²²

“(…) as narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto. As narrativas e narrações são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões. Narrativas e narrações são forma de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação. O discurso narrativo literário, histórico, jornalístico, científico, jurídico, publicitário e outros participam dos jogos de linguagem, todos realizam ações e performances sócio-culturais, não são só relatos representativos.” (MOTTA, 2005, p. 3)

As unidades informativas serão analisadas como um todo. Aparentemente, elas são isoladas e não teriam um significado conjunto. Mas as notícias separadas fazem parte de um

²⁰ MEDINA, Cremilda de Araújo. Entrevista: o diálogo possível. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 11-12.

²¹ MOTTA, Luiz Gonzaga. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28., 2005, Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005, p.2. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

²² Idem.

acontecimento integral, especialmente quando dizem respeito a um único assunto, como a Cracolândia. A análise se fundamentará nos personagens escolhidos e suas dinâmicas institucionais, na ênfase das notícias, nos conflitos apresentados, nas estratégias argumentativas e na reconstituição semântica do texto.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Referencial teórico

3.1.1. Desigualdade espacial e financeirização da moradia

Ocorre no mundo inteiro uma financeirização da moradia decorrente da implementação do neoliberalismo, cenário político-econômico dos anos de 1980 e dos que os sucederam. Após a queda do Muro de Berlim, que encerra a era de um mundo polarizado entre o bloco soviético e as nações capitalistas, a hegemonia do mercado ganha impulso e passa a afetar todas as áreas da vida do cidadão, visto agora como consumidor. No final da década de 1970 já começam a ocorrer diversas políticas de “desmanche dos componentes institucionais básicos que sustentavam o arranjo dos Estados de bem-estar social.”²³ As políticas que sustentavam esse estado haviam sido implementadas na Europa Ocidental e na América do Norte após a divulgação por pesquisadores do modo de vida das classes pobres urbanas do final do século XIX e início do século XX. Nessas regiões, ganha corpo a oferta pública de moradia no final dos anos de 1950 e 1960. Mas a desindustrialização, o aumento da competição internacional em um mercado submisso à terceira fase do capitalismo e a crise do desenvolvimentismo do sistema fordista, que dava sinais de declínio em seus lucros, são as principais razões para impulsionar o corte nas políticas públicas voltadas à garantia de direitos básicos do cidadão.²⁴

O primeiro uso da palavra “slum” data de 1812, no *Vocabulary of the Flash Language* (Vocabulário da Linguagem Formal), mas foi o Cardeal Wiseman que, em textos sobre reforma urbana, incluiu o termo no linguajar de intelectuais e pareceres formais (apud DAVIS, 2006). Especialistas do século XIX já identificavam o que consideravam favelas (*slums*) na França, na América e na Índia. As datas mostram que há muito discute-se esse problema típico da urbanização.²⁵

No início do século XX, a mudança de camponeses para a cidade e a consequente mudança da pobreza rural para a pobreza urbana foi evitada por meio de uma “muralha urbana”. Essa muralha incluía negar a cidadania urbana e a própria entrada na cidade. Na América Latina, um dos principais motivos da urbanização foi a industrialização ocorrida após a Segunda

²³ ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 30

²⁴ Idem, p.30.

²⁵ DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. 1. ed. Boitempo: 2006.

Guerra Mundial, no final da década de 1940, resultado de uma política de substituição de exportações causada pela escassez de produtos dos países em guerra. A industrialização provocou uma onda de invasões de terras de pessoas que antes estavam em casas de aluguel em bairros pobres da cidade. Desde então, já era possível observar um recorte de classe nessas ocupações e o uso da violência para contê-las.

Em resposta ao florescimento das favelas, as autoridades de vários países, com o apoio forte das classes médias urbanas, realizaram ataques maciços ao assentamento informal. Já que muitos dos novos imigrantes urbanos eram indígenas ou descendentes de escravos, era comum haver uma dimensão racial nessa “guerra à ocupação ilegal” (DAVIS, 2006, p.63)

Apesar da existência de favelas muito antigas, a maioria das grandes favelas cresceu na década de 1960. De 1970 a 2003, o crescimento delas no hemisfério sul ultrapassou o crescimento das próprias cidades.

Nos anos de 1970, a política que havia prevalecido graças a união de Robert McNamara, presidente do Banco Mundial, com o arquiteto anarquista John Turner, privilegiava a chamada “autonomia na construção de ambientes”. Em outras palavras, a política adotada pelo casamento entre o anarquismo e o neoliberalismo favorecia o afastamento do fornecimento público de moradias para que os próprios desapropriados construíssem as suas casas, tornando a moradia aos pobres acessível e reduzindo o papel do Estado no cumprimento dos direitos dessa população. A ideia era melhorar a favela ao invés de substituí-la. A legalização desse modelo, que via nas favelas mais uma “solução” do que um problema, tinha uma abordagem de baixo custo, ideal para as expectativas do Banco Mundial. “Elogiar a práxis dos pobres tornou-se uma cortina de fumaça para revogar compromissos estatais históricos de reduzir a pobreza e o déficit habitacional.”²⁶

Já em 1980 e 1990, o cenário muda. Enquanto o PIB mundial, afetado pelo esgotamento do sistema fordista, cresceu 5 vezes entre 1980 e 2010, ativos financeiros (como ações e aplicações bancárias) cresceram 16,2 vezes. A habitação e a moradia são, então, vistas como uma forma de investimentos desse capital excedente. Tanto internacionalmente quanto nas economias domésticas, passa a ser a maneira de reservar e investir valor em um mecanismo que interliga as famílias e os indivíduos, a macroeconomia, os bancos de investimento,

²⁶ DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. 1. ed. Boitempo: 2006, p. 81.

instituições de crédito e instituições públicas. Países do Oeste Europeu e os Estados Unidos usaram a compra de casas como forma de alimentar o crescimento do consumo em um contexto de limitação da produção e diminuição do salário, por ser feita via crédito. Todo o espaço urbano foi usado para a acumulação de capital, inclusive locais voltados para as classes médias e baixas, inclusas agora nesse mecanismo. “A entrada de excedentes globais de capital permitiu o crescimento do crédito para além do tamanho e da capacidade dos mercados internos, criando e inflando as chamadas bolhas imobiliárias” (ROLNIK, 2017, p.28). Nesse cenário formava-se o amálgama para a crise de 2007, que inicia-se com o mercado de hipotecas nos Estados Unidos e logo se espalha para o resto do mundo, em um contexto de economia globalizada.²⁷

Para falar sobre a era da financeirização da moradia e a crise imobiliária que resultaram na crise de 2007, é importante explicar a política habitacional do Banco Mundial dos anos de 1980. Tanto em países que haviam consolidado políticas públicas voltadas à moradia quanto em países que ainda tinham uma grande massa de pessoas sem moradia, o documento *Housing: Enabling Markets to Work*, escrito por Stephen Mayo e Shlomo Angel em 1993 para o Banco Mundial aconselha os Estados a

abandonar seu antigo papel de produtores de habitação e adotar um papel facilitador da gestão do setor habitacional como um todo. Essa mudança fundamental é necessária se quisermos que os problemas habitacionais sejam tratados numa escala proporcional à sua magnitude - para melhorar as condições habitacionais dos pobres de forma substantiva - e se quisermos que o setor habitacional seja gerido como ele é - um setor econômico de grande magnitude. (MAYO, ANGEL, IN: ROLNIK, 2017, p. 79)

A partir dos anos de 1990, o que ocorre são os empréstimos diretamente a instituições financeiras. Dessa forma, projetos de urbanização das favelas feitos pelos Estados são interrompidos. Em seu lugar, “ganham corpo dentro do Banco Mundial os empréstimos integrados a planos de reajuste estrutural mais amplos em países endividados, associados ou não a empréstimos para investimentos e subsídios no setor habitacional e operações de assistência técnica”²⁸. Os Planos de Ajuste Estrutural (PAEs) do final dos anos de 1970 e década de 1980 já impunha às nações endividadas a redução dos programas habitacionais e a

²⁷ DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. 1. ed. Boitempo: 2006, p.28.

²⁸ ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.81.

privatização da moradia, em um cenário de países subdesenvolvidos que nunca haviam consolidado um Estado de Bem Estar Social. Nos anos de 1990, documentos do Banco Central como o “Urban Policy and Economic Development: An Agenda for the 1990s” reconceitua o Estado como mero “capacitador” do mercado. Os limites impostos aos agentes econômicos são rompidos. A ampliação da ideia de financeirização da terra urbana acaba por fazer pressões para privatizar serviços urbanos, sem considerar impactos no emprego ou na igualdade da cidade.²⁹

Desde meados da década de 1990, o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (Pnud) e outras instituições de ajuda contornaram ou evitaram progressivamente os governos para trabalhar com de forma direta com ONGs regionais ou comunitárias. (...) Enquanto o papel do Estado como intermediário reduzia-se, as grandes instituições internacionais instauraram a sua própria presença na base por meio de ONGs dependentes em milhares de favelas e comunidades urbanas pobres. (DAVIS, 2015, p. 84)

Acompanhada a esse fenômeno, a favelização do espaço urbano pode ser observada em grandes capitais e em cidades de médio porte, o que revela a precarização da moradia e a falta de opções de habitações às camadas com renda mais baixa da sociedade. Em 2003, o estudo “The Challenge of Slums”, da Unidade de Planejamento de Desenvolvimento do University College London para o Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-Habitat), assumiu que havia ao menos 921 milhões de moradores de favela no mundo. O estudo foi apresentado por Mike Davis em seu livro Planeta Favela como “a contrapartida empírica há muito esperada das advertências do Banco Mundial na década de 1990 de que a pobreza urbana se tornaria ‘o problema (...) mais politicamente explosivo do século.’”³⁰ Ao longo do século XX, essa realidade foi uma constante, apesar das diferentes políticas de habitação aplicadas no mundo.

A desigualdade do espaço urbano não é uniforme no mundo inteiro: em 2003, 78,2% dos habitantes urbanos dos países em desenvolvimento chamavam favelas de casas, o que representava um terço da população mundial. O mesmo ocorre em apenas 6% nos países desenvolvidos. No Brasil, a porcentagem de favelados naquele ano era de 36,6%, correspondente a 51,7 milhões de pessoas.³¹ Outro levantamento da UN-Habitat revela, em

²⁹ DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. 1. ed. Boitempo: 2006, p. 165

³⁰ Idem, p. 31.

³¹ DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. 1. ed. Boitempo: 2006, p. 33.

2010, 828 milhões de habitantes de favelas.³² O último dado global é de 2016, da Habitat III, Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável. O encontro reuniu 193 países membros da ONU e ocorreu em Quito, no Equador, para discutir um programa de desenvolvimento das cidades. Segundo o estudo, o número de moradores de favela não deu sinais de retração: ainda eram mais de 900 milhões de pessoas em todo o mundo.³³

No Brasil, o déficit de habitação já chega a 7,7 milhões de moradias, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o jornal O Globo. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2014. O déficit aumentou 5,9% desde 2009, o que corresponde a 430 mil moradias.³⁴ O aluguel, por sua vez, cresceu 68%. A pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV Ana Maria Castelo afirma que o número pode ter subido ao longo dos últimos dois anos “por causa do ônus excessivo com aluguel, já que as famílias tiveram a renda afetada pela crise.”³⁵ Na cidade de São Paulo, os moradores de favelas, que representavam 1,2% da população em 1973, eram 19,8% em 1993, com um crescimento na década de 1990 de 19,8% ao ano.³⁶

Em qualquer parte do mundo, a escolha da moradia não é algo feito aleatoriamente pela população. As políticas aplicadas nos locais e a realidade de cada morador entram nessa conta.

Os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes a própria segurança. Para alguns, como muitos moradores de rua, a localização próxima do trabalho — digamos, em uma feira livre ou estação de trem — é ainda

³² ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.81. A autora explica que, em 2010 “a segurança de posse não era levada em consideração pelos levantamentos feitos pelas agências, [portanto] este último número permite apenas vislumbrar a extensão da insegurança da posse em áreas urbanas.”

³³ MAIS DE 900 MILHÕES DE PESSOAS VIVEM EM FAVELAS, DIZ RELATÓRIO DA ONU. O Globo, 19 out. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/mais-de-900-milhoes-de-pessoas-vivem-em-favelas-diz-relatorio-da-onu-20313751>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

³⁴ BOAS, Bruno Villas; CONCEIÇÃO, Ana. Déficit de moradias no país já chega a 77 milhões. Valor Econômico, 3 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5498629/deficit-de-moradias-no-pais-ja-chega-77-milhoes>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

³⁵ Idem.

³⁶ DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. 1. ed. Boitempo: 2006, p. 27

mais importante do que o teto. Para outros, o terreno gratuito, ou quase isso, compensa viagens épicas da periferia para o trabalho no centro. E para todos a pior situação é um local ruim e caro sem serviços públicos nem garantia de posse. (DAVIS, 2005, p. 39)

A falta de moradia não é uniforme para a população inteira e atinge quem já está vulnerável. Dados do IBGE de 2014 mostram que 76% dos mais pobres no Brasil são negros, um aumento de três pontos percentuais em relação a 2004, e um levantamento da organização social TETO Brasil feito em 2016 mostra que, em São Paulo, 70% dos moradores de favelas eram negros.³⁷ As pessoas em situação de rua seguem o mesmo padrão. Em 2015, um levantamento feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas mostrou que 78% das pessoas em situação de rua em São Paulo eram não-brancas e 49,8% tinham o Ensino Fundamental incompleto. A desigualdade é um determinante para a crise de moradia que ocorre no país, e a pobreza pode ser um agravante dessa crise.³⁸

A desigualdade de renda e a concentração de riquezas na mão de poucas famílias vêm se intensificando com o estabelecimento do neoliberalismo no mundo. Os países desenvolvidos apresentam um crescimento na desigualdade de renda desde 1970. Nos Estados Unidos, na década de 2000, a participação no décimo superior da população na renda nacional chegou a quase 50%, algo que não havia acontecido nem no final da década de 1920, com a crise causada pelo subconsumo mundial. Esse número variou ao longo do século XX. Na década de 1940, devido a políticas públicas relacionadas ao fim da II Guerra Mundial, a participação do décimo superior na renda nacional foi de menos de 35%. Ainda que seja uma das décadas mais positivas na questão da igualdade para os Estados Unidos, ainda se trata de uma desigualdade significativa.³⁹

³⁷ LISBOA, Vinícius. Mesmo com maior participação, negros ainda são 17,4% no grupo dos mais ricos. Agência Brasil, 4 dez. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/negros-aumentam-participacao-entre-os-1-mais-ricos-no-brasil>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

³⁸ FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0005.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

³⁹ PIKETTY, Thomas. O Capital no século XXI. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle, 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Essas variações mostram que não são forças exógenas que interferem na economia. O aumento da desigualdade após os anos 80 é apontada como resultado de um afrouxamento das políticas públicas de inserção das bordas da sociedade, dentre elas as políticas de moradia aqui destacadas. O distanciamento da guerra causou uma falsa impressão de estabilidade, gerando despreocupação com as camadas com rendas mais baixas.⁴⁰

A crise global de insegurança que acompanha esse cenário de afrouxamento de políticas públicas é causada, portanto, por decisões políticas históricas, não são mero fruto do acaso ou do caos. O aumento repentino da valorização dos imóveis associada à retirada do Estado na promoção do direito à moradia causaram insegurança em milhares de famílias e indivíduos ao redor do mundo. As leis, instituições, organizações e representantes da população são tomados pelos poderes que regem a sociedade. “(...) tanto as formas de gestão do solo quanto as estratégias de planejamento urbano têm uma enorme incidência sobre as possibilidades de acesso — ou bloqueio — à terra urbanizada para os moradores de menor renda.”⁴¹

Essa realidade não apenas molda a cidade como determina a existência da população que a habita. Ao fazer a cidade, o homem se condena a refazer-se constantemente naquele arranjo.

Se descobrirmos que a nossa vida se tornou muito estressante, alienante, simplesmente desconfortável ou sem motivação, então temos o direito de mudar de rumo e buscar refazê-la segundo outra imagem e através da construção de um tipo de cidade qualitativamente diferente. A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos. (HARVEY, 2013, p. 28)

As cidades sempre foram locais de tensão e desigualdade. Mas hoje elas se tornaram fragmentadas, divididas por uma gestão neoliberal. “A globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo enfatizaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais. O poder da classe foi restaurado às elites ricas. (...) A maioria dos relatos agora aponta para um desenvolvimento geológico desigual ao longo dos últimos trinta anos.”⁴² Não é de se esperar,

⁴⁰ PIKETTY, Thomas. O Capital no século XXI. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle, 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

⁴¹ ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.152.

⁴² HARVEY, David. A liberdade da cidade. Tradução de Gavin Adams. In: MARICATO, Ermínia ... [et al.]. Cidades Rebeldes, 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 28.

portanto, que a massa nas favelas e nas ruas das cidades seja a população excedente dessa gestão, nem que remoções forçadas, uma das faces mais visíveis da financeirização das moradias, sejam fruto apenas de um mero rearranjo espacial.⁴³ Moradias lotadas, mal conservadas e sob constante risco de desabamento podem ser mais lucrativas às elites do que outros tipos de investimentos imobiliários. As ocupações de prédios abandonados, a construção da moradia pelo próprio morador acabaram sendo “válvulas de escape para as contradições sociais das cidades latino-americanas.”⁴⁴ Foi também em 1980 que a informalidade voltou de forma abrupta, de forma bem diferente daquela que os empreendedores capitalistas pregavam. A marginalidade urbana e a marginalidade ocupacional andam de mãos dadas, e o emprego informal cresceu duas a cinco vezes mais depressa do que o emprego formal, em relação à década de 1980. Esse tipo de emprego é, portanto, o “novo meio primário da maioria das cidades do Terceiro Mundo. (...) Parte do proletariado informal, na verdade, é uma força de trabalho invisível para a economia formal, e numerosos estudos já apontaram como as redes de terceirização (...) penetram profundamente na miséria (...).”⁴⁵

3.1.2. O centro de São Paulo e a Cracolândia

Forças do mercado imobiliário agem agressivamente no centro de São Paulo há décadas. Até os anos de 1940, o bairro era ocupado por pessoas da classe média, que moravam em casarões e tinham à sua disposição elegantes ruas de comércio.⁴⁶ Desde o final dos anos de 1980, quando a Cracolândia se formou, seus integrantes já sofreram dezenas de operações policiais ou de saúde que aconteceram ao prazer de especulações econômicas no bairro.

No segundo semestre de 2009, por exemplo, a prefeitura, sob o comando de Gilberto Kassab (DEM), lançou mão da “Ação Integrada Centro Legal”, voltada para o atendimento em saúde. No dia 7 de maio de 2009, o prefeito sancionou um projeto de concessão urbanística que previa a desapropriação de cerca de 600 imóveis no centro. A Operação Limpa, em maio de 2005, que englobou especialmente o perímetro onde se pretendia instalar o projeto municipal

⁴³ ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.149

⁴⁴ DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. 1. ed. Boitempo: 2006, p. 98

⁴⁵ Idem, p.178

⁴⁶ GATTI, Simone Ferreira. Entre a permanência e o deslocamento: ZEIS como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais. O caso da ZEIS 3 C016 (Sé) inserida no perímetro do projeto Nova Luz. 2015. 345 f. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Nova Luz, dispersou os usuários para outras regiões do centro da cidade, como Barra Funda, Vale do Anhangabaú e Santa Cecília. A Nova Luz seria um pentágono, divulgado pela prefeitura, sujeito a grande valorização urbana.⁴⁷

Segundo Davis, na América Latina, é comum o uso de casarões antigos para moradia de forma irregular. “Muitas vezes, como no antigo bairro elegante de Campos Elíseos em São Paulo ou em partes da paisagem urbana colonial de Lima, bairros burgueses inteiros transformaram-se em favelas”⁴⁸. Nesses casos, há uma inversão da segregação, semelhante ao que ocorre nos Estados Unidos: embora o padrão global seja a expulsão dos pobres do centro, nessa situação a classe média foge do núcleo para condomínios fechados e “cidades periféricas”. O transporte e a distância do trabalho acabam não compensando as viagens que os cidadãos de baixa renda da periferia têm que fazer todos os dias, o que os leva a resistir no centro. “Se os pobres resistem duramente ao despejo do núcleo urbano, os mais abonados trocam voluntariamente os seus antigos bairros por loteamentos temáticos murados na periferia.”⁴⁹

Com razões múltiplas ao redor do mundo, no Brasil, a urbanização ganha ímpeto durante a Primeira Guerra Mundial, quando o mundo assiste ao desmonte das indústrias dos países que estavam em guerra. Um modelo de substituição das importações e exportação de alimentos para os países que antes vendiam bens de consumo para o Brasil resulta no primeiro surto industrial no país e, especialmente, na cidade de São Paulo. Surge, então, um proletariado urbano. Ele se tornará ainda mais vulnerável pelo contexto em que a urbanização se deu: a inflação crescia conforme a demanda por terrenos, habitação, alimentos e vestuário disparava na cidade. Para as classes mais endinheiradas, a diversificação de atividades para além da produção e exportação do café dava novas possibilidades de acumulação de renda.⁵⁰

Junto com a industrialização da cidade, ocorre a chegada dos imigrantes, no final do século XIX. Os primeiros imigrantes foram os italianos, que resolveram a questão da mão-de-obra assalariada para os investimentos que ocorriam na região com a expansão do cultivo de café, deixando um vácuo de trabalho para os negros, um terço dos então 32 mil habitantes de São

⁴⁷ FRÚGOLI, Heitor; SPAGGIARI, Enrico. Da cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. 2010. Ponto Urbe, São Paulo. v. 6, 2010. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1870>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁴⁸ DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução de Beatriz Medina. 1. ed. Boitempo: 2006, p. 42

⁴⁹ Idem, p.120.

⁵⁰ ROLNIK, Raquel. Territórios em conflito. 1. ed. São Paulo: Três estrelas, 2017.

Paulo. Ao longo das três décadas seguintes, chegariam pessoas da Espanha, Portugal, Síria e Líbano. Com o rápido crescimento da cidade, na virada do século a população de São Paulo já tinha 250 mil habitantes. Desses, mais de 150 mil eram estrangeiros, que chegavam de forma subsidiada e tinham oportunidades de renda. Bairros como a Lapa, Brás e Mooca receberam esses grupos em casas coletivas e pensões.⁵¹

Na época, as reformas urbanísticas que deram luz, encanamento e transporte por bondes elétricos já eram destinadas apenas a alguns espaços da cidade. O projeto de Joseph Antoine Bouvard no Vale do Anhangabaú, perto do Theatro Municipal e o viaduto do Chá, promoveu alargamentos das ruas e construção de cafês, jardins públicos e equipamentos culturais. “Enquanto isso, nos bairros populares, a paisagem misturava as chaminés de fábrica à alta densidade populacional das vilas e cortiços, e a infraestrutura urbana se resumia praticamente ao bonde.”⁵²

O centro recebia investimentos de um grupo político que representava apenas a elite da cidade. Na Primeira República, o sistema político e eleitoral acaba privilegiando uma minoria da população que conseguia eleger políticos dos seus grupos de interesse. Votavam apenas homens, brasileiros, maiores de 21 anos e alfabetizados, e o voto não era secreto. Esses critérios acabavam por selecionar apenas banqueiros, grandes proprietários rurais e profissionais liberais, deixando de fora do jogo democrático a maioria da população, analfabeta e estrangeira. Esse desarranjo no sistema político teve como resultado a urbanização da Zona Oeste da cidade, que concentrou as camadas mais ricas da cidade, e a degradação de outras vilas e bairros operários de São Paulo. Muito dessa segregação se deve a um esforço por manter as classes sociais e as diferentes etnias demarcadas. A diferença da São Paulo do século XX e da escravocrata é a segregação espacial. A forma como ela se dava na cidade era algo inédito na sociedade paulistana — na São Paulo escravocrata, essa segregação não era tão necessária: “(...) os limites e fronteiras entre os grupos espaciais estavam clara e rigidamente definidos, já que as marcas da diferença entre senhores e escravos, visíveis na cor da pele, prescindem de signos espaciais.”⁵³

⁵¹ ROLNIK, Raquel. Territórios em conflito. 1. ed. São Paulo: Três estrelas, 2017, p. 20

⁵² Idem, p.22

⁵³ ROLNIK, Raquel. Territórios em conflito. 1. ed. São Paulo: Três estrelas, 2017, p. 22.

A Avenida Paulista, escolhida pela elite cafeeira como moradia, estava fora do centro urbanizado. Ainda assim tinha a sua representação na máquina pública: a Câmara Municipal aprovou, em 1894, apenas três anos depois da inauguração da avenida, uma lei que determinava que as futuras construções deveriam cumprir um afastamento de dez metros em relação à rua e ter dois metros de cada lado, que deveriam ser preenchidos com jardins. Essas premissas selecionaram os moradores que se instalariam ali.

O bairro Campos Elíseos, onde se localiza atualmente a chamada “Cracolândia”, foi criado em 1879 por um suíço, Frederico Glete, e um alemão, Victor Northmann. A ideia era ser, de fato, um Champs-Élysées (bairro francês) paulistano: ao comprarem a chácara que ocupava o que seria o bairro hoje, abriram largas ruas e alamedas arborizadas. Por muito tempo, essa região da cidade recebeu as pessoas que tinham as mais altas rendas em seus palacetes.⁵⁴ O bairro foi o precursor da geografia que até hoje se sustenta na cidade: a região sudoeste, que comporta o próprio Campos Elíseos, o bairro Higienópolis, a Paulista, e, por último, em 1950, os Jardins. Essa parte da metrópole concentrava o maior volume de investimentos públicos, os moradores com maiores rendas e os maiores valores imobiliários em seus terrenos e casas.⁵⁵ A estação de trem Júlio Prestes era um ponto considerado elegante quando foi inaugurada, em 1872. Aos moldes do século XIX, a Luz era um bairro elitizado. Mas no começo do século XX, com a congestão que uma estação de trem proporciona para uma cidade em crescimento acelerado, a Luz passa a ser um território popular e com uma série de características que a elite que estava ali não queria conviver.⁵⁶

Quanto à periferia da cidade, há muito ela se expande horizontalmente. O afastamento dos bairros operários do centro foi uma escolha política central, especialmente após a década de 1920, com o modelo radiocêntrico de sistema viário que construiu as principais avenidas (Vinte e Três de Maio, do Estado, Aricanduva etc.), eventualmente diminuindo várzeas de rios ou os canalizando — o que trouxe problemas de enchente para aqueles que ocupavam territórios próximos às suas margens. A chegada dos ônibus, que começavam a circular pela cidade movidos à diesel, tornou o afastamento dos bairros operários do centro, que cresciam,

⁵⁴ ROLNIK, Raquel. Territórios em conflito. 1. ed. São Paulo: Três estrelas, 2017, p.23

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ BASSANI, Jorge, em entrevista realizada no dia 28 de setembro de 2018, no café da Livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo.

algo possível. A crise da moradia era resolvida com loteamentos em periferias distantes e a autoconstrução.

Dessa forma, viabilizava-se um aumento da oferta de moradia, em um quadro de baixos salários. Esse modelo se expande para a inclusive na escala metropolitana, contribuindo para viabilizar a instalação de indústrias multinacionais de bens modernos, como automóveis e eletrodomésticos, na medida em que a autoconstrução em loteamentos periféricos permite a manutenção de salários deprimidos, que jamais incorporaram o custo da moradia. (ROLNIK, 2017, p.34)

Por fim, a crise econômica, o preço do transporte e a valorização dos interesses do mercado imobiliário e da elite financeira às custas das políticas habitacionais acabaram por tornar a periferia cada vez menos atraente para o morador.

Em 1960, ocorre, em São Paulo, a mudança mais brusca do papel do centro. O processo se inicia no “milagre brasileiro”, como ficou conhecido o período de 1968 a 1973, e é marcado pela retirada de centros financeiros e empresas do Centro Histórico, região da Sé e da República, para a Avenida Paulista, até então uma via residencial. A avenida passa a ser, a partir de 1970, uma das vitrines do milagre econômico: os casarões dão lugar a bancos, sindicatos patronais e grandes empresas. Dentre os motivos para o esvaziamento do centro estão a indústria automobilística e a construção das duas primeiras linhas do sistema metroviário. A chegada do setor de automóveis ao país tornou mais acessível às classes médias e altas o uso do carro particular. Ao mesmo tempo, com um investimento massivo, as linhas azul e vermelha do metrô cruzavam na Sé. Para tornar viável o transporte público, antigas ruas foram transformadas em grandes calçadas, locais exclusivos de pedestres. Enquanto os grupos mais abastados se confinavam em carros, o centro passa a ser um local mais acessível para as classes populares. Os equipamentos públicos começam a dar sinais de deterioração e, pela primeira vez na história, o metro quadrado do Centro Histórico não é o mais caro da cidade.⁵⁷

A expansão dos condomínios fechados, shoppings centers e hipermercados dialoga com o uso do carro e reforça a dependência em relação a este. (...)

Com a saída das classes médias das ruas, estas vão sendo cada vez mais abandonadas. A São Paulo do final do século XX é a cidade do império do automóvel e da

⁵⁷ ROLNIK, Raquel. Territórios em conflito. 1. ed. São Paulo: Três estrelas, 2017, p. 42

circulação, da vida privada levada ao extremo, da agonia dos espaços públicos.
(ROLNIK, 2017, p. 61-62)

Mas a alta concentração de empregos formais e equipamentos públicos faziam com que o centro continuasse sendo o local de preferência das classes populares. Tal qual na maioria das cidades, estações de trem ou rodoviárias são locais de muita circulação de pessoas em situação de rua. Grande parte desse grupo é migrante e viaja com frequência entre cidades próximas. Em São Paulo, a reforma que deu origem ao modelo radiocêntrico de transporte rodoviário foi um dos fatores que contribuíram para a ruptura dos investimentos imobiliários e a popularização do comércio e moradia.⁵⁸ Nos anos de 1960, quando o centro passa por essa revisão de investimentos imobiliários e as classes médias acham novas centralidades na região oeste, a chamada “Boca do Lixo” já abrigava aqueles que a sociedade formal não conseguia incluir: prostitutas, travestis, transexuais e pessoas em conflito com a lei. Ela ficava entre as ruas e avenidas Duque de Caxias, Timbiras, São João e Protestantes. Essa região viria a ser rebatizada como Cracolândia nos anos de 1990.⁵⁹

Em 1980, a cidade também vai sentir os efeitos do neoliberalismo, já explicados em âmbito mundial no item anterior. As inovações tecnológicas que, em sua essência, reduzem a mão de obra, chegam com toda força na metrópole industrial. Apesar de conseguir produzir mais valor, a nova indústria que surge na cidade de São Paulo deixa milhares de pessoas desempregadas. Ao longo do século XX, a capital conseguiu absorver toda a mão de obra que chegava na cidade, mas a automação nos processos produtivos e a entrada da tecnologia no gerenciamento das atividades fizeram apenas 5% da população total de São Paulo estar empregada formalmente no ramo industrial.⁶⁰

Portanto, a existência do território itinerante da Cracolândia ocorre nas proximidades da Luz como consequência de escolhas políticas históricas, antes da popularização do crack, droga que o batizou. Com o abandono do bairro pelas elites, ele se torna um local em que os marginalizados se territorializam. Por ser uma droga barata, o crack estigmatiza ainda mais

⁵⁸ GATTI, Simone Ferreira. Entre a permanência e o deslocamento: ZEIS como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais. O caso da ZEIS 3 C016 (Sé) inserida no perímetro do projeto Nova Luz. 2015. 345 f. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 99

⁵⁹ BARROS, Juliano Carlos. A boca do lixo ainda respira. Repórter Brasil, 15 jun. 2004. Disponível em: <<https://repórterbrasil.org.br/2004/06/a-boca-do-lixo-ainda-respira/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁶⁰ ROLNIK, Raquel. Territórios em conflito. 1. ed. São Paulo: Três estrelas, 2017, p.55

pessoas que já estão em vulnerabilidade, o que explica a formação de uma comunidade em um local já degradado e abandonado pelas elites, empresários e poder público. Forma-se uma comunidade composta por pessoas em situação de rua, ocupantes de imóveis abandonados, movimentos sociais, comerciantes e outros atores sociais que tornam a resolução dos conflitos ali presentes algo complexo do ponto de vista urbanístico. “O nível de regularização de propriedade [de quem está nos casarões e pensões] (...) é super difuso. Você tem coisas que foram ocupadas, tem usucapião, tem tudo quanto é relação de uso de posse”, desde documentos formais de propriedade até locadores que não têm posse do imóvel que alugam.⁶¹

A degradação do centro e a crescente vulnerabilidade dos moradores de São Paulo, que não eram mais incluídos no mercado de trabalho nem atingidos por políticas públicas de moradia, são acontecimentos que ocorrem junto com os primeiros registros da chamada Cracolândia pela imprensa, no final da década de 1990⁶², alguns anos depois do registro da primeira apreensão de crack na região da Luz, em 1991.⁶³

No fluxo (local, na Cracolândia, onde há a concentração de pessoas, a maioria em situação de rua, que circulam livremente pelas ruas) nem todos fazem uso de droga. Na verdade, uma pesquisa realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo em junho de 2017, mostra que 13% deles não fazem uso de nenhuma substância lícita ou ilícita e 15% dizem ser usuários apenas de álcool. Dentre as mulheres, 44,1% sofreu algum tipo de abuso físico ou sexual na infância. Do total dos entrevistados, 44,21% tem algum conflito familiar que levou à situação de rua (como perda de um parente, divórcio, violência) e 42% afirma não ter com quem contar em uma situação de emergência.⁶⁴

São Paulo é ainda a cidade destino dessa população sem moradia. Em 2015, o Brasil tinha uma estimativa de 101.854 pessoas em situação de rua. Dessas, dois quintos (40,1%) estão em

⁶¹ BASSANI, Jorge, em entrevista realizada no dia 28 de setembro de 2018, no café da Livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo.)

⁶² MAGALHÃES, Taís Rodrigues Pereira. Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da “Cracolândia” paulistana. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.24.

⁶³ PINHO, Márcio. Em 12 anos, prefeitos e governadores já consideraram Cracolândia problema resolvido e celebraram operações. G1, 22 mai. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/em-12-anos-prefeitos-e-governadores-ja-consideraram-cracolandia-problema-resolvido-e-celebraram-operacoes.ghtml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁶⁴ BOCCHINI, Bruno. Número de usuários na cracolândia cresce 160% no último ano, mostra pesquisa, 6 jun. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/quantidade-de-usuarios-na-cracolandia-cresce-160-no-ultimo-ano-mostra-pesquisa>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos estão em municípios com mais de 100 mil habitantes.⁶⁵ Nota-se, portanto, a tendência de pessoas nessas condições de buscarem municípios de maior porte.

Na Cracolândia, a população criou laços e novas relações sociais. Há códigos próprios, fortes relações interpessoais e um comércio local que promove o sustento daqueles que não conseguem as vagas de emprego formais.

Este lugar decadente, precário fisicamente, porém vivo, é palco de manifestações sociais ricas e sólidas, de maneiras de viver distintas, representativa de uma massa trabalhadora originária muitas vezes de lugares distantes e ausentes de convívio familiar. É o lugar escolhido por centenas de pessoas para morar ou trabalhar, em função das possibilidades de sobrevivência que o centro de uma cidade e sua dinâmica possibilitam, da sociabilidade que este movimento e esta vitalidade oferecem a estes usuários e moradores, muitos deles presentes na região há 30, 40, 50 anos. Para esta população, estar no centro, morar e trabalhar na área central é ter a possibilidade de ser inserido no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, de garantir o sustento de famílias e ainda ter a possibilidade do encontro e da criação de relações sociais. (GATTI, 2015, p. 100)

Não obstante as relações e manifestações sociais da comunidade que ali se formou, a remoção da Cracolândia tornou-se uma espécie de vitrine dos candidatos a políticos da cidade e do estado de São Paulo. Ao menos quatro pessoas ligadas à prefeitura ou ao governo do estado já afirmaram que aquele território, como existe hoje, havia acabado. A história se repete ao menos desde 2005 e passa por partidos políticos das mais diferentes correntes ideológicas.⁶⁶ João Dória, do PSDB, após a remoção que ocorreu no dia 21 de maio de 2017, foi um deles. Ele chegou a afirmar que a “Cracolândia aqui acabou, não vai voltar mais. Nem a Prefeitura permitirá, nem o governo do Estado. Essa área será liberada de qualquer circunstância como essa. A partir de hoje, isso é passado.”⁶⁷ Kassab (PSD), prefeito eleito em 2008 pela cidade de

⁶⁵ NATALINO, Marco Antonio Carvalho. Texto para discussão: estimativa da população em situação de rua no Brasil. Ipea, 2016. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf>

⁶⁶ PINHO, Márcio. Em 12 anos, prefeitos e governadores já consideraram Cracolândia problema resolvido e celebraram operações. G1, 22 mai. 2017. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/em-12-anos-prefeitos-e-governadores-ja-consideraram-cracolandia-problema-resolvido-e-celebraram-operacoes.ghtml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁶⁷ POLÍCIA FAZ OPERAÇÃO CONTRA TRÁFICO DE DROGAS E DÓRIA DIZ QUE CRACOLÂNDIA ‘ACABOU’. G1. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/policia-faz-operacao-na-cracolandia-no-centro-de-sp.ghtml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

São Paulo, também chegou a decretar o seu fim antes mesmo de dar continuidade ao projeto Nova Luz, de José Serra, do PSDB. Em 2012, com a operação Centro Legal, do então governador Geraldo Alckmin (PSDB), foi a vez da secretária da Justiça da época, Eloísa Arruda, afirmar que a Cracolândia não existia mais.

O parágrafo II do artigo 18 do decreto 44667, decretado por Marta Suplicy (PT) em 2004, garante “a participação da população moradora em todas as etapas de planejamento e implementação das ações necessárias para a recuperação e regularização das áreas referidas no inciso I deste artigo.”⁶⁸ Uma das áreas referidas são as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), como a região da Cracolândia. É possível apontar momentos de articulação da sociedade civil: um dos objetivos do Programa de Recuperação de Cortiços, de 2007, era fixar a população no local em que ela morava, a fim de preservar os laços ali formados. Essa reivindicação teve como principal porta-voz a União dos Movimentos de Moradia (UMM).

No entanto, a revitalização de locais como a Luz passa por um crivo muito mais poderoso: o dos investidores. Ou seja, a incompreensão de representantes que acreditam conseguir acabar com um território itinerante por meio da força policial é apenas um dos desafios que a Cracolândia enfrenta. Apesar dos movimentos sociais conseguirem dialogar com as autoridades institucionais e ocupar espaços formais de decisão, é comum agentes detentores da verba que ali seria investida ditarem os rumos das negociações, pondo em cheque o valor democrático das decisões.⁶⁹

Um exemplo disso é o período posterior à abertura do edital de licitação nº 01/2009SMDU, processo 2009-0.209.264-9, no dia 1º de julho de 2009. Ele ficou aberto por dois meses a empresas que tinham interesse em ser contratadas para desenvolver um projeto urbanístico na

⁶⁸ SÃO PAULO. Decreto nº 44.667, de 26 de abril de 2004. Regulamenta as disposições da lei nº 13430, de 13 de setembro de 2002, que institui o plano diretor estratégico, relativas às zonas especiais de interesse social e aos respectivos planos de urbanização, e dispõe sobre normas específicas para a produção de empreendimentos de habitação de interesse social, habitação de interesse social e habitação de mercado popular. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2004/4466/44667/decreto-n-44667-2004-regulamenta-as-disposicoes-da-lei-n-13430-de-13-de-setembro-de-2002-que-institui-o-plano-diretor-estrategico-relativas-as-zonas-especiais-de-interesse-social-e-aos-respectivos-planos-de-urbanizacao-e-dispoe-sobre-normas-especificas-para-a-producao-de-empreendimentos-de-habitacao-de-interesse-social-habitacao-de-interesse-social-e-habitacao-do-mercado-popular>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁶⁹ GATTI, Simone Ferreira. Entre a permanência e o deslocamento: ZEIS como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais. O caso da ZEIS 3 C016 (Sé) inserida no perímetro do projeto Nova Luz. 2015. 345 f. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

área da Nova Luz. Os cinco meses que se seguiram foram marcados por “ações na cracolândia, tentativas de ressignificação do lugar pelo poder público e especulações do mercado sobre o destino da área e suas possibilidades de investimento.”⁷⁰ Alguns dos números da operação Ações Integradas Centro Legal, do dia 22 de julho de 2009, responsável pelo “embelezamento” da área para investidores: 22 mandados de prisão, 20 cortiços interditados (o que ocasionou aumento das pessoas em situação de rua), 12 dependentes químicos encaminhados para internação, 66 encaminhamentos médicos, 332 abordagens. Recusou auxílio 90% dos abordados. “(...) três meses depois do início da operação, a cracolândia permanecia visível, com usuários de drogas ocupando as ruas e espaços públicos não somente na região da Luz e da Santa Ifigênia, mas também Campos Elíseos, Santa Cecília, Barra Funda, República e arredores.”⁷¹

O mais recente programa da região é o Redenção, de João Dória (PSDB). Substituto do Braços Abertos, de Fernando Haddad (PT), ele foi composto por diversas ações de limpeza na região da Luz, que descontinuaram as ações da gestão anterior. O Braços Abertos seguia uma política de redução de danos que oferecia moradia e trabalho para a população do fluxo da Cracolândia. A distribuição de vagas, hoje, fica reservada àqueles que já interromperam o consumo de drogas.⁷² Desde a operação policial organizada por Geraldo Alckmin no dia 21 de maio de 2017, que mobilizou mais de mil policiais e atiradores de elite, “uma rotina de violência se instalou na área.” No ano de 2018, a Polícia Militar fez, em média, uma ação por semana com bombas de gás na Cracolândia.⁷³ Nesse cotidiano de repressão também há interesses imobiliários: Fabio Luchetti, presidente do grupo Porto Seguro, uma das maiores empresas no centro da cidade, demonstra interesse pelo local, mas deixa claro que o investimento deve ter um retorno: “Se entendermos que agrega valor, estamos dispostos a apoiar. Mas coisas estanques que não se conectam com nada não faz sentido.”⁷⁴ Luchetti

⁷⁰ Idem, p.124.

⁷¹ Ibidem, p. 125

⁷² GRAGNANI, Juliana. Programa de Doria enterra de vez políticas de Haddad na cracolândia. Folha de São Paulo, 26 jun. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1896127-programa-de-doria-enterra-de-vez-politica-s-de-haddad-na-cracolandia.shtml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁷³ MELLO, Daniel. PM faz em média uma ação por semana com bombas de gás na cracolândia. Ponte Jornalismo, 16 jan. 2018. Disponível em: <<https://ponte.org/pm-faz-em-media-uma-acao-por-semana-com-bombas-de-gas-na-cracolandia/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁷⁴ PINTO, Ana Estela de Sousa. Saída para cracolândia tem que ser apartidária, diz CEO da Porto Seguro. Folha de São Paulo, 26 jun. 2017. Disponível em:

mostra interesse na política e diz que, sempre que há troca de prefeito, ele vai conversar, já que sua empresa está próxima do centro.

O que se observa é que, com as políticas aplicadas ali, sequer um típico projeto de bairro neoliberal e elitizado seria alcançado pelo poder público.

“[As remoções na Cracolândia] sempre pioraram a própria situação deles porque a reação do poder público é completamente desordenada. (...) Ficando [hipoteticamente] do lado do mercado imobiliário e da importância daquela região para esse mercado imobiliário (por ser um território estruturado, próximo ao centro, de ótima qualidade e que poderia ser todo transformado em um bairro elitizado e tudo o mais), até esse tipo de ação [de investidores no bairro] sempre fracassa. Sempre fracassa porque imagine o investidor (que deve olhar para a Luz, ver aquele lugar super bacana, com equipamentos culturais de primeira linha na cidade, o parque da Luz, a estação, o metrô) (...) vendo aquilo. Ele percebe que o Estado é completamente incapaz de resolver a questão social. E ele como investidor não vai resolver.” (BASSANI, Jorge, em entrevista realizada no dia 28 de setembro de 2018, no café da Livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo.)

Há pelo menos quarenta anos o Estado tenta tornar aquela região um espaço funcional, de consumo. Entre entradas e saídas de políticos conservadores e progressistas houve alguns momentos de alinhamento de interesses entre governo do estado e governo municipal: a gestão Kassab (PMDB) e Serra (PSDB) e, agora, a gestão Dória (PSDB) e Alckmin (PSDB), são dois deles. Nos dois ocorrem as remoções mais violentas.⁷⁵

3.1.3. A guerra às drogas e a criminalização da pobreza

Até o final do século XIX, cocaína, heroína e cannabis não eram enquadradas como “drogas”. A própria denominação das substâncias nessa categoria é uma estratégia de poder: em 1909, ocorre o primeiro esforço internacional para proibí-las: o alto consumo de ópio leva a uma discussão na Comissão de Ópio, em Xangai. Na época, a comercialização da droga era feita pela Inglaterra, que a comprava dos indianos. A droga chegou a representar um sexto dos recursos externos da Inglaterra.⁷⁶ Apesar dos argumentos mais propagados pelos defensores

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1895822-empresa-pode-ajudar-a-melhorar-centro-mas-precisa-haver-projeto-diz-ceo-da-porto-seguro.shtml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁷⁵ BASSANI, Jorge, em entrevista realizada no dia 28 de setembro de 2018, no café da Livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo.

⁷⁶ DROGAS: MARCO LEGAL. UNODC. Disponível em:

<<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

da proibição estarem relacionados à saúde (a proibição levaria à redução do consumo, diminuindo as ocorrências de doenças), há registros de argumentos morais na bibliografia de estudiosos proibicionistas. Se antes a Inglaterra justificava a exportação de ópio afirmando que o comércio seria feito de qualquer forma, portanto ela deveria aproveitar a oportunidade e ficar com o lucro, vinte anos depois a venda e consumo de drogas passa a ser visto como algo moralmente inferior. Em 1922 o *The Times* definiu os comerciantes de droga como “fornecedores da devassidão” e “inimigos da sociedade”.⁷⁷

É possível notar um esforço da mídia para associar a droga a algo a ser combatido e repellido. Mas essa argumentação não se deve apenas aos meios de comunicação. Também engloba a academia e as pesquisas nas universidades ao longo do século XX⁷⁸. Mena, autora do estudo “Narcofobia - Proibição às drogas e geração de abusos contra os direitos humanos” (no qual foram levantadas as informações aqui usadas), relaciona a proibição a um outro malefício à sociedade: ela cria um mercado que a justiça formal não consegue alcançar e que não tem compromisso com o respeito aos direitos humanos. A falta de acesso à justiça pelos empreendedores e comerciantes de drogas os leva a resolverem sozinhos, e com violência, eventuais disputas por mercado.⁷⁹

Os dados mostram que a comercialização de drogas é uma das principais formas de lucro dos crimes organizados. Há quase 100 anos eles se beneficiam da venda de diversas substâncias ilícitas. A maioria se desenvolveu após a Segunda Guerra Mundial, mas é na década de 1980 que eles se tornam dominantes. Nesse momento, as trocas comerciais se tornam muito mais complexas e o tráfico ilegal de substâncias se intensifica. A quebra do Cartel de Medellín, na Colômbia, em 1993, e de Cali, em 1995, resulta no aparecimento de diversos pequenos grupos dissidentes. Eles continuam a vender drogas, embora o papel do comércio delas tenha dado sinal de declínio, uma vez que o crime organizado tem buscado diversificar o seu comércio com outros tipos de mercadorias de menor risco.

“Apesar das transformações nas últimas décadas e da tendência para a diversificação da criminalidade, o tráfico de drogas continua a desempenhar um papel fundamental

⁷⁷ MENA, Fernanda. Narcofobia: proibição às drogas e geração de abusos contra os direitos humanos. Folha de São Paulo, 10 out. 2010. Disponível em <<https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2010/10/812233-narcofobia---proibicao-as-drogas-e-geracao-d-e-abusos-contra-os-direitos-humanos.shtml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Ibidem.

nas atividades criminosas. Na Europa, as drogas ilícitas não só constituem o maior crime organizado, como também mostra um mercado que apresenta um alto grau de colaboração e concorrência entre os grupos, atravessando divisões nacionais, linguísticas e étnicas.” (UNODOC, 2017, p. 18)

A política do medo, estabelecida também no início do século XX, é dada por um moralismo que marca aqueles que fazem uso de substâncias que alterem a consciência. A inebriação é, a partir de então, uma prática “errada”. Pessoas que fazem uso de drogas passam a ser estigmatizadas e passíveis de um novo tipo de controle. Em 1971, o presidente dos Estados Unidos Richard Nixon declarou oficialmente guerra às drogas, o que influenciou toda a América Latina e o restante do mundo. A criminalização dessas substâncias não aconteceu apenas com base em estudos científicos e empíricos, mas também com julgamentos morais. Quem mais sofre com a proibição são as populações marginalizadas dos países subdesenvolvidos, uma vez que o desemprego acaba por empurrar pessoas que se veem sem oportunidades para um mercado ilegal, regulado por empreendedores que usam a violência para manter o seu negócio.⁸⁰

A América Latina, por ser o local de maior produção de folhas de coca e pela posição geográfica em relação aos Estados Unidos, foi uma das regiões que mais sofreu influência da declaração das drogas como “inimigo público número um dos Estados Unidos.” As metáforas bélicas contra um inimigo que, em discurso, sequer era uma pessoa ou um grupo, contribuíram para o pânico da população. E o discurso foi para a prática: a onda de militarização que buscou combater as drogas na América Latina ocorreu quando a região passava por uma onda de redemocratização, logo após as ditaduras militares que predominaram na região durante a Guerra Fria.

Ao menos três grandes ações militares, cujo bode expiatório foram as drogas, podem ser citadas. Uma delas depôs o general Manuel Noriega do Panamá, por supostamente ter se envolvido com o tráfico de drogas da região. Foi a operação “Just Cause”, em 1989, em que soldados norte-americanos invadiram o país. As forças de segurança da Bolívia eram treinadas pelos Estados Unidos, e há denúncias de grupos de direitos humanos de violações de direitos dos plantadores de coca. Já o Plan Dignidad, de 1998, que visava acabar com as

⁸⁰ UNODC. World drug report 2017: the drug problem and organized crime, illicit financial flows, corruption and terrorism. 2017. Disponível em: <http://www.unodc.org/wdr2017/field/Booklet_5_NEXUS.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

plantações ilícitas em cinco anos, foi responsável por um longo confronto entre os plantadores de coca e os soldados americanos. O Plano Colômbia, do início dos anos 2000, deu assistência militar de US\$1,3 bilhão para tentar sanar o tráfico do país.

A erradicação e substituição de safras não era algo simples de fazer, e nem se mostrou eficiente. Mas isso não impediu que essa política fosse usada pelos Estados Unidos nos países latino-americanos. Um dos modos de operação dos Estados Unidos e das forças militares dos países para acabar com as plantações de coca envolviam o uso de herbicidas, o que causava doenças e danos ambientais. O incentivo ao cultivo de outras plantas tampouco tinha sucesso duradouro. Ao verem que a antiga safra era bem mais lucrativa, os agricultores voltavam a plantar coca.⁸¹

No Brasil, bem como no restante do mundo, as organizações criminosas começam a se organizar de forma semelhante às que conhecemos hoje nos anos de 1980. Criminosos de alta status no mundo do crime, como assaltantes de bancos e de carros fortes, foram os fundadores da Falange Vermelha, atual Comando Vermelho, nos presídios do Rio de Janeiro. Eles formam uma rede de solidariedade entre a população carcerária e traficantes soltos, e logo dominam todo o sistema presidiário do Rio de Janeiro.⁸² Em 1992, mesmo ano do Massacre do Carandiru, é fundado o Primeiro Comando da Capital (PCC). Ambas as organizações hoje se preparam para uma internacionalização. Como já conquistaram grande parte do comércio nacional, disputam com os mercados vizinhos por mercados consumidores.⁸³

O Brasil está entre os países mais desiguais do mundo. Em 2016, a renda do 1% mais rico da população equivalia a 36 vezes o ganho de uma pessoa que está entre os 50% mais pobres do país. Em números, isso equivale a 889 mil pessoas que têm uma renda de mais de R\$27 mil por mês contra 44,4 milhões de pessoas que têm o rendimento mensal de R\$747, valor

⁸¹ MENA, Fernanda. Narcofobia: proibição às drogas e geração de abusos contra os direitos humanos. Folha de São Paulo, 10 out. 2010. Disponível em <<https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2010/10/812233-narcofobia---proibicao-as-drogas-e-geracao-d-e-abusos-contra-os-direitos-humanos.shtml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁸² OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Novas configurações das redes criminosas após a implantação das UPPs. WILLADINO, Raquel; NASCIMENTO, Rodrigo Costa do; SILVA, Jailson de Souza e (coords.). Disponível em: <http://of.org.br/wp-content/uploads/2018/07/E-BOOK_Novas-Configura%C3%A7%C3%B5es-das-Redes-Criminosas-ap%C3%B3s-implanta%C3%A7%C3%A3o-das-UPPs.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁸³ FARIA, Tales. Ministro da Defesa confirma internacionalização do PCC e do Comando Vermelho. Poder360, 11 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/ministro-da-defesa-admite-internacionalizacao-do-pcc-e-do-comando-vermelho/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

inferior ao do salário mínimo. No Brasil em 2016, o índice de Gini, que vai de 0 a 1 (sendo o 0 a situação mais igualitária e o 1 a menos igualitária), foi 0,525. No mesmo ano, o rendimento médio de pessoas brancas foi de R\$2810. Entre pessoas pardas a renda cai para R\$1524 e, entre pessoas pretas, R\$1547.⁸⁴ Em relação à violência, o país também configura entre os primeiros da lista. Em 2016, atingiu a marca histórica de 62.517 homicídios. São 30,3 mortes a cada 100 mil habitantes.⁸⁵

Tendo em vista os dados apresentados, é natural pensar que a população brasileira está mais vulnerável à ação de organizações criminosas. Vítimas do desemprego e se vendo em uma sociedade brutalmente desigual, os brasileiros são mais facilmente recrutados pelas organizações criminosas. Zaluar associou essas duas esferas em uma análise de 2004. Segundo ela, “(...) os efeitos da pobreza e da urbanização acelerada não serão compreendidos se não se analisarem os mecanismos institucionais e societais do crime organizado.”⁸⁶ Esses mecanismos atravessam classes sociais e se apoiam inclusive em instituições que deveriam combatê-los, que são responsáveis pela fácil chegada de armas e drogas nas comunidades populares de cidades como o Rio de Janeiro. No entanto, os pequenos traficantes são usualmente os únicos identificados e presos, e ainda são os mais atingidos pela violência.

(...) as principais vítimas dos crimes violentos são os próprios jovens pobres. Por causa da cadeia de vinganças pessoais de que são prisioneiros, especialmente cruel entre os traficantes de drogas. (...) A ilusão do “dinheiro fácil” revela a sua outra face: o jovem que se encaminha para a carreira criminosa enriquece não a si próprio, mas a outros personagens que quase sempre permanecem impunes e ricos: receptadores de produtos roubados, traficantes do atacado, contrabandistas de armas, policiais corruptos e, por fim, advogados criminais sem escrúpulos. (ZALUAR, 2004, p. 34)

Dentre as maiores vítimas da violência no Brasil estão os negros. De 2006 a 2016, a taxa de homicídios de não negros diminuiu 6,8%. Entre os negros, o índice aumentou 23,1% no mesmo período. Mas essa população não é afetada apenas como vítima da violência do crime

⁸⁴ VENTURINI, Lilian. A desigualdade de renda no Brasil, segundo o IBGE. Nexo Jornal. Disponível em:

<<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/11/30/Como-est%C3%A1-a-desigualdade-de-renda-no-Brasil-segundo-o-IBGE>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁸⁵ INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da violência. CERQUEIRA, Daniel (coord). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁸⁶ ZALUAR, Alba. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 31.

organizado. A estigmatização dos usuários de drogas também é uma das faces da violência, que pode levar ao aumento da letalidade. No início do século passado, nos Estados Unidos, a popularização da cocaína oprimiu ainda mais a população negra. A ideia de que a droga levava essa parcela da população a cometer crimes violentos era propagada e incitava ainda mais a população a pedir por medidas punitivas mais duras.⁸⁷

O neurocientista Carl Hart tem sido uma das principais vozes da atualidade a refutar o que ele chama de “histeria emocional” em relação às drogas no mundo, decorrente, especialmente, da desinformação e de equívocos científicos do século passado. Desinformação esta que serviu para dar continuidade a um processo de aniquilamento das parcelas mais vulneráveis das sociedades ocidentais, com uso massivo do sistema carcerário e da força do Estado, além de contribuir “(...) para graves equívocos na utilização de recursos públicos já bastante limitados.”⁸⁸

As pesquisas que deram base à política de drogas e que foram divulgadas pela mídia a partir dos anos de 1950 continham alguns erros. Um deles foi a falsa ideia de que o aumento da atividade dos neurônios da dopamina no cérebro ocasionado por algumas drogas aumentaria a sensação de prazer muito mais intensamente do que outras atividades comuns, como o sexo ou a alimentação, tornando os usuários de drogas reféns de sensações artificiais. Isso os faria perder o controle sobre suas ações e furtar, roubar e até matar por mais uma dose de droga. Essas teorias embasam a ideia de um usuário de crack descontrolado e potencialmente perigoso para a sociedade, que tomou forma na mente de grande parte da população.⁸⁹

Os neurocientistas James Olds e Peter Milner, da McGill University, chegaram a investigar, em experimento com ratos, a área do cérebro que ficaria conhecida como “centro de prazer”. Seus experimentos, bem como os próximos que descreverei aqui, estão no livro “Um preço muito alto”, de Hart. A obra mostra a falta de consenso na Academia, hoje, sobre as causas do vício.

⁸⁷ MENA, Fernanda. Narcofobia: proibição às drogas e geração de abusos contra os direitos humanos. Folha de São Paulo, 10 out. 2010. Disponível em <<https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2010/10/812233-narcofobia---proibicao-as-drogas-e-geracao-d-e-abusos-contr-os-direitos-humanos.shtml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁸⁸ HART, Carl. Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas. Tradução de Clóvis Marques. ed. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 9.

⁸⁹ Idem, p.82.

Na década de 1960 foi descoberto que o neurotransmissor mais abundante no centro de prazer era a dopamina. Era o terreno para uma falsa analogia: álcool, heroína e cocaína aumentam a atividade de neurônios da dopamina no cérebro. Se, em experimentos, os ratos apresentam um comportamento compulsivo com a possibilidade de ser estimulados em uma região com alta concentração desses neurônios, então o vício poderia ser resolvido se a interação da dopamina no cérebro causada pela droga fosse bloqueada.

Não houve uma reconsideração geral sobre a forma como as drogas e esse centro de recompensa agem, muito menos uma revisão das políticas de drogas aplicadas aos usuários de drogas. Os experimentos mostram que fazer com que um rato aperte uma alavanca para receber nicotina, por exemplo, é algo difícil. O mesmo não acontece com a cocaína, droga que age de forma diferente no cérebro, apesar de ambas liberarem dopamina. Outros fatores passaram a tornar o cenário ainda mais profundo: a dopamina não é liberada apenas em situações agradáveis, mas também em momentos de tensão. Além disso, quando ela é bloqueada no cérebro, os animais deixam de “pedir” a cocaína, mas o mesmo não acontece com a heroína. Isso porque dopamina não é a única fonte de prazer no cérebro.⁹⁰

Não só de forma recreativa ou abusiva são usadas as drogas que liberam dopamina. A anfetamina (Adderall), a metanfetamina (Desoxyn) e o metilfenidato (Ritalina) são ministradas para pessoas que convivem com o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Quem convive com o transtorno e não é tratado corre mais risco de desenvolver vícios do que aqueles que são diagnosticados e tratados.

O problema é que, ao estudar coisas como o vício, focalizamos os comportamento patológicos e ignoramos o que acontece nas condições comuns e normais. O uso de drogas, na maioria dos casos, não leva ao vício. Pouquíssimas pesquisas foram divulgadas sobre usuários de drogas que não perderam o controle do próprio comportamento, ou sobre animais que não pressionam alavancas para obter nicotina ou THC. (HART, p. 87)

Um desses estudos mostra o quanto influenciava no comportamento dos animais o ambiente em que eles estavam inserido. Bruce Alexander, psicólogo canadense, resolveu, junto com outros colegas, fazer uma série de experiências que ficariam conhecidas como Parque dos Ratos. O ambiente em que as drogas eram oferecidas ao animais, até então, em nada se

⁹⁰ HART, Carl. Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas. Tradução de Clóvis Marques. ed. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 85.

assemelhava a um ambiente perto do natural para a espécie. Eles permaneciam em isolamento, em uma gaiola fechada. A falta do que a psicologia comportamental chama de “reforços alternativos” fazia com que, em muitos experimentos, os ratos escolhessem tomar as drogas oferecidas até a morte. Algo muito diferente foi observado quando os ratos foram colocados em um ambiente mais próximo do seu habitat natural, com brinquedos e outros ratos (para contatos sociais e acasalamento). A conclusão que se tomou é que, enquanto ratos isolados passavam a tomar água com morfina com regularidade, no Parque dos Ratos esse comportamento não ocorria. Em algumas circunstâncias, a diferença de consumo era de até vinte vezes.

Em estudos com seres humanos, o padrão se repete. Quando são oferecidas outras recompensas positivas que não a droga, como dinheiro, os participantes não optam pela droga todas as vezes, mesmo quando a quantia de dinheiro oferecida é baixa. Hart afirma, sobre os resultados dos experimentos com animais em ambientes isolados:

Essa maneira de proceder apresenta a droga como um prazer inigualável, e a pessoa viciada, como uma tola, presa de um estúpido hedonismo, passando por cima do fato de que, quando as pessoas dispõem de alternativas interessantes, em geral não optam por tomar drogas de maneira autodestrutiva. Mas demonstra que, na ausência de apoio social ou outras formas significativas de recompensa, a cocaína pode ser muito atraente. O que interessa é que constantemente nos diziam que drogas como o crack são tão irresistíveis que os usuários trocam qualquer coisa por elas. Mas as provas empíricas de que isso não é verdade são esmagadoras. (HART, 2014, p. 100)

As provas são esmagadoras, mas as políticas de drogas no Brasil e em boa parte do mundo não contemplam o avanço desse conhecimento científico. Foi em 2006 que a lei 11.343 foi sancionada pelo então Presidente Lula⁹¹, ignorando os alertas de entidades de direitos humanos e movimentos sociais de que ela poderia ser um fator de severo aumento da população carcerária.⁹² No primeiro parágrafo do artigo 3º, a lei decreta a “(...) prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas”. O uso de drogas não é descriminalizado, mas a pena deixa de ser de prisão. Quem for flagrado com

⁹¹ BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁹² BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018, p. 19.

porte ou plantio de drogas para uso pessoal está sujeito a três tipos de pena: advertência sobre o uso das drogas, prestação de serviços à comunidade e medidas socioeducativas. A questão é que, para determinar se a droga é destinada a uso pessoal, “o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.” A subjetividade da lei, especialmente nos quesitos “conduta” e “antecedentes”, é brutal para o aumento do encarceramento, porque a penalidade para quem for considerado traficante foi endurecida. A pena é de “reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa”.

Para o diretor-adjunto da ONG Conectas Direitos Humanos Marcos Fuchs, “no Brasil, a população carcerária só cresce porque nós temos um policial julgador. Dependendo da pessoa que ele pega fumando maconha, vai só dar uma dura. Se pegar alguém em uma rua escura na periferia, é algemado e ‘vira’ traficante”⁹³. Até 2016, o Brasil sustentava uma população carcerária de 726 mil pessoas. Em 26 anos, o número aumentou 707%, sendo que 300 mil pessoas foram presas de 2006 até 2016. Dos presos, 40% ainda não haviam sido condenados, sendo que em alguns estados, como o Sergipe, Alagoas e Paraná, mais de 84% dos que aguardavam julgamento estavam presos há mais de 90 dias. Em todos os estados a taxa de ocupação dos presídios ultrapassa os 100%, evidenciando que todos as regiões do Brasil apresentam superlotação, e 64% dos encarcerados são negros (contra 53% da mesma raça na população brasileira) e 51% tem o ensino fundamental incompleto. De todos os crimes, o que mais prende é o tráfico: 26% dos homens encarcerados e 62% das mulheres. Dessa forma, é possível afirmar que a lei de drogas, impulsionada pela guerra às drogas, foi um dos motores para o aprisionamento de jovens negros, pobres e mulheres no momento em que políticas afirmativas e de redistribuição de renda ganhavam forma no país.

(...) se antes havia um crescimento estável, e por diversos fatores que, não tenho dúvidas, se impregnaram de racismo, a reordenação sistêmica e de pleno funcionamento da lógica racista ocorre neste marco de 2006. E o mais importante, ainda a ser ressaltado, é que isto ocorre, justamente, em um momento em que diversas eram as ações que o Estado brasileiro passava a tomar que mudavam

⁹³ ARCANJO, Daniela. Mulheres invisíveis: as presas no Brasil por tráfico de drogas. Calle 2, 29 mar. 2017. Disponível em: <<https://calle2.com/mulheres-invisiveis-as-presas-no-brasil-por-trafico-de-drogas/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

significativamente e profundamente a vida da população negra no Brasil, com programas como Bolsa-família, expansão de vagas nas instituições de ensino superior públicas e privadas (primeiras ações por cotas e Prouni), criação de empregos e ampliação de crédito, etc. Isso explicita os rearranjos estruturais em um país que se forma sob desigualdades sociais baseadas na hierarquia racial. (BORGES, p. 20)

O momento em que a taxa de encarceramento no Brasil aumentou foi o mesmo em que importantes políticas públicas haviam sido conquistadas pela população pobre e negra. Essa situação em muito coincide com a própria inauguração do sistema prisional no país: a Lei Criminal no Brasil se deu em 1830, no Brasil Império, época em que os levantes e motins dos escravizados contra o sistema escravista tornavam-se mais frequentes, e o tráfico de escravos passa a ser insustentável graças a mobilização dos negros e pobres livres no Brasil.⁹⁴

A Lei Áurea só iria libertar os escravos em 1888, quando o sistema criminal já dava mais sinais de consolidação e a elite brasileira havia conseguido reestruturar e recombina as instituições de modo que a sociedade seguisse segregando a população negra, dessa vez com um sistema punitivo que consagrar a desigualdade como aspecto fundante no Brasil. Em 1890 o Código Penal Brasileiro intensifica ainda mais o controle social sobre os corpos negros, garantindo mais uma vez a manutenção de um sistema racista, mas no período republicano. Nessa década e na posterior, o crescimento das cidades fez com que diversas medidas fossem tomadas com o objetivo de aumentar a vigilância sobre as camadas pobres e negras. A capoeiragem e a vadiagem — esta fruto de uma visão preconceituosa de que as classes pobres eram preguiçosas — ganham o status de um crime embasado em contornos racistas, intensificando a perseguição à cultura afro-brasileira.⁹⁵

Há, portanto, uma relação intrínseca das justiça criminal atual e as do passado com o racismo, conforme pode ser constatado na obra “A nova segregação”, de Michelle Alexander. A autora frisa que o livro se atém à realidade dos Estados Unidos, mas Ana Luiza Pinheiro Flauzina, autora da apresentação à edição brasileira, não apenas cita as semelhanças das realidades brasileira e estadunidense como descreve a sensação de ter encontrado na prisão dos Estados Unidos o ponto de intersecção das realidades dos dois países. Em ambos o encarceramento em massa ocorre, e a guerra às drogas é o principal pilar de sustentação. Há, na argumentação de

⁹⁴ BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

⁹⁵ BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

Alexander, uma inversão do paradigma de que o racismo seria uma consequência da justiça penal, quando, na verdade, é a causa. “Ao se falar na escravidão, na segregação racial e na prisão, pensa-se fundamentalmente no corpo negro. É a corporeidade negra, portanto, o dado constante na retórica do terror, transmutando-se apenas as estruturas formais de controle.”⁹⁶

O lançamento da Guerra às Drogas e a construção inicial do novo sistema exigiram o dispêndio de uma enorme iniciativa política e de recursos. Campanhas de mídia foram travadas, políticos criticaram os juízes “brandos” e decretaram duras leis de condenação, pessoas pobres não brancas foram vilipendiadas. O sistema, no entanto, requer agora pouca manutenção ou justificação. Na verdade, se você é branco e de classe média, pode nem perceber que a Guerra às Drogas ainda está em curso. (...) Hoje, a fanfarra política e a veemente retórica racial a respeito do crime e das drogas já não são mais necessárias. O encarceramento em massa foi normalizado e todos os estereótipos e suposições raciais que deram origem ao sistema são agora abraçados (ou pelo menos normalizados) por pessoas de todas as cores, de todas as trajetórias de vida e por cada um dos principais partidos políticos. (ALEXANDER, 2017)

Não por acaso o encarceramento em massa conseguiu um terreno tão fértil no Brasil, que tem 352,6 presos para cada 100 mil habitantes.⁹⁷ O regime escravocrata é fundante no país, e traça as relações interpessoais e os grandes problemas nacionais que vivemos atualmente, apesar de outros contornos mais digeríveis, como a corrupção, ganharem destaque.

No meio do século XX, após a suposta superação nas ciências humanas do que chamamos de culturalismo (que justificou o sistema escravocrata nas sociedades ocidentais com base na suposição de que uma cultura estaria mais avançada do que outra), novas versões desse paradigma foram cravadas. Uma delas versões, que ganhou aprovação das classes intelectuais, foi a continuação brasileira do patrimonialismo e da corrupção de Portugal. De lá viria o homem cordial, de Sérgio Buarque de Hollanda, inapto para o mundo burocrático que se formava no Brasil e ainda preso a relações que remontariam ao feudalismo, do qual Portugal não teria conseguido se desvencilhar completamente devido ao seu ineditismo nas Grandes Navegações.⁹⁸ Jessé Souza, hoje, refuta essas argumentações: taxa-se o Brasil como uma

⁹⁶ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Apresentação à edição brasileira. In: ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.

⁹⁷ VERDÉLIO, Andréia. Com 726 mil presos, Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo. Agência Brasil, 12 set. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

⁹⁸ HOLLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

continuação com Portugal, sendo que o território brasileiro não foi uma reprodução do país europeu, e sim sua colônia. Além disso, ignora-se um traço essencial da formação brasileira, que não ocorreu em Portugal (ao menos não nos moldes que se deu no Brasil): a escravidão.⁹⁹

A formação de uma país não se dá pelo mero transporte de indivíduos, que trariam com eles os modos de seus locais de origem. Deve-se considerar as instituições e funcionamento da nova sociedade. E a escravidão raramente é tratada como o fio condutor em uma análise da sociedade brasileira, tanto pelas suas figuras públicas, quanto pela sua elite intelectual. Um episódio simbólico dessa negação é a queima dos arquivos que registravam o período da escravidão comandado por Rui Barbosa, então ministro no período da República Velha. Uma clara tentativa de tentar esquecer todos os crimes cometidos em nome de um sistema escravocrata.¹⁰⁰

Esse aspecto [de apagamento do sistema escravista nas análises da sociedade brasileira] não deixa de ser sintomático, afinal, trata-se da única instituição que logrou, numa nação tão jovem, quase quatrocentos anos de longevidade e uma penetração, ainda que sob formas peculiares em cada região, que abrangeu toda a extensão de uma enorme massa territorial. Foram os interesses organicamente articulados à escravidão que permitiram a manutenção da unidade do vasto território brasileiro e foi também a escravidão que determinou, inclusive, o modo de vida peculiar do homem livre no Brasil. (SOUZA, 2018, p. 154-155)

Hoje, uma das instituições mais atuantes na criminalização da pobreza e a perpetuação do racismo é a Polícia Militar (PM). Cabe a ela o policiamento ostensivo e uniformizado, ou seja, o policiamento preventivo. Uma vez que o trabalho investigativo cabe à Polícia Civil, fica relegada à PM prender pessoas e apreender drogas e armas. Cobrar mais produtividade dessa instituição significa cobrar mais prisões em flagrante, uma vez que ela não é autorizada a investigar. Lavagens de dinheiro, cometidas usualmente por pessoas de renda mais alta, precisam de investigação. Sobram, então, vendedores de drogas, ladrões de automóveis, autores de pequenos furtos.

O nome desse processo é criminalização da pobreza, verdadeira consagração do racismo institucionalizado. Se o flagrante como expediente exclusivo de ação policial no campo da persecução criminal submete a aplicação da lei a um crivo seletivo

⁹⁹ SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

¹⁰⁰ BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

muito peculiar, o recurso à lei de drogas submete o princípio constitucional elementar, a equidade, a refrações de classe e cor. E assim o acesso à Justiça revela-se uma das mais impiedosas e dilacerantes desigualdades da sociedade brasileira. (SOARES, 2015)

O instrumento legal para prender em flagrante, o mais rápido possível e sem investigação, é a política criminal relativa a drogas. A efetividade da PM não se dá por índices que deveriam importar, como a redução da violência, mas por taxa de encarceramento. Essa política é a explicação para as penitenciárias estarem lotadas de jovens que não portavam armas, não eram violentos e não participavam de organizações criminosas. A estrutura social brasileira, que tem como fio condutor o racismo e todas as instituições que dele derivam, são as principais estratégias para dar continuidade à criminalização da pobreza no Brasil.¹⁰¹

3.1.4. A remoção do dia 21 de maio

A megaoperação do dia 21 de maio ocorre em um contexto de acirramento da questão política da Cracolândia. Uma das promessas de João Dória, que havia assumido a prefeitura de São Paulo em janeiro de 2017, foi acabar com o programa De Braços Abertos, o que mais incorporou ações de redução de danos no uso de drogas até então. Ou seja, o uso do hotel, o trabalho remunerado e a alimentação não estavam vinculados com a interrupção do uso de drogas.¹⁰² Os planos de revitalização de Doria para a cidade, com o slogan “Cidade Linda”, também davam indícios de que o prefeito poderia investir em ações que retirassem a população da Cracolândia.

A Craco Resiste surge justamente pelo receio de pessoas que trabalhavam com a população da Cracolândia sobre como seria uma gestão de Dória para o território. De fato, foi possível observar uma violência crescente no território no início de 2017: no dia 6 de maio, um socorrista que tentava levar uma usuária de droga para tratamento foi torturado e morto por pessoas que estavam no fluxo.¹⁰³ No dia 17 de janeiro ocorre uma ação do batalhão de choque

¹⁰¹ SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? In: KUCINSK, Bernardo ... [et al.] Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

¹⁰² LIBÓRIO, Bárbara. Como estão as 10 promessas feitas por Doria ao assumir a prefeitura? UOL, 22 dez. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2017/12/22/como-estao-10-promessas-feitas-por-doria-ao-assumir-a-prefeitura-de-sp.htm>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

¹⁰³ MORTE DE SOCORRISTA NA CRACOLÂNDIA COMPLETA UMA SEMANA E NENHUM SUSPEITO FOI PRESO. G1, 13 mai. 2017. Disponível em:

No dia 2 de fevereiro também houve uma ação repressiva no local. O que era apenas uma ação de limpeza se transformou em mais um episódio de violência. O dia 23 de fevereiro foi marcado por uma ação repressiva após uma suposta perseguição de infratores pela PM na área, o que teria levado a uma abordagem truculenta de pessoas do fluxo. Este episódio gerou protestos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, mas no dia 27 de abril o secretário estadual de Segurança Pública Máximo Barbosa apresentou a versão de que o episódio teria sido um “confronto com traficantes”. A narrativa dele vai ao encontro das imagens cedidas pela Polícia Civil para redes de televisão do tráfico no fluxo da Cracolândia alguns dias antes. Segundo A Craco Resiste, apreensão de celulares, jatos de spray de pimenta, ataques gratuitos a pessoas e até o atropelamento de um indivíduo que estava no fluxo levaram a mais dias de violência, em 10 e 23 de março.

Essa operação acontece em um momento de intensa campanha midiática para justificar a truculência e o encarceramento, por via de saúde ou judicial, como forma de lidar com a Cracolândia. Nas últimas semanas, a Polícia Civil alimentou veículos de comunicação com imagens que não mostram fatos novos, porém, tentam chocar a opinião pública com a prática de crimes por alguns indivíduos da área. (A CRACO RESISTE, 2017, p. 27)

<<https://drive.google.com/file/d/0Bwl3ov41jnJ6Y2xQenhJZWpheEU/view>>. Acesso em: 4 nov. 2018, p.27

Em uma dessas ações, anteriores a do dia 21, Ferreira, frequentador do Fluxo e morador de um hotel do programa De Braços Abertos, perdeu a visão e a audição do lado esquerdo. Seu relato mostra como ele acha que é a imagem das pessoas da Cracolândia e a insegurança que tem em contar com órgãos de justiça da cidade, além de revelar uma consequência da violência do estado que não foi noticiada em nenhuma mídia.

Foi em um ataque um pouco antes [do dia 21], em uma tarde, da Polícia Militar. Teve uma treta na base e eles vieram para cima. E tinha uma amiga nossa que (...) tinha uma lojinha na Rua Helvétia. Na hora que a gente chegou ela estava caída lá no meio, e ela tem um problema nas pernas, não consegue correr. E ela estava no meio de um monte de gás, e os caras tacando gás e dando risada. Eu comecei a chutar as bombas, e uma das que eu chutei estourou no meu rosto. (...)

‘E por que você não entra na justiça?’ A defesa vem e fala assim: ‘você deveria ter feito um B.O.’ Agora, pensa em um cara que mora na rua fazendo um B.O. na polícia. Segundo: quem é que vai botar fê em um cara que era morador, que usava crack? (FERREIRA, Cleiton Conceição, em entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2018, no restaurante Amarelinho, no bairro da Luz)

A ideia bélica que se revela no nome Guerra às Drogas se concretiza para Ferreira, que faz referências à filmes de conflitos armados para descrever as ações de policiais da Cracolândia. “Já assistiu ao filme ‘O Patriota’? Você viu a Frente Armada? É a mesma fita. Enquanto um abaixa e atira o outro levanta e taca a bomba. E é engraçado que eles dão risada.”¹⁰⁶

Ferreira lembra que, quando a prefeitura não montou um palco da Virada Cultural na praça Júlio Prestes, local em que sempre ocorriam shows do evento, começou a surgir a desconfiança de que uma nova operação policial estava para ocorrer: “(...) eles [os policiais] já estavam lá equipados com colete e tudo. Eles fizeram um cerco no fluxo (...) e foram para cima. A galera estava ‘pelada’, não tem o armamento que mostram nas mídias.”¹⁰⁷

O militante Daniel Mello também afirma que o momento era de amplificação da violência no fluxo e na região ao explicar a ação do dia 21.

¹⁰⁶ FERREIRA, Cleiton Conceição, em entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2018, no restaurante Amarelinho, no bairro da Luz.

¹⁰⁷ Idem.

A gente estava em um momento de acirramento, realmente, da tensão ali. E a gente via isso pela narrativa que estava sendo construída. A Polícia Civil começou a soltar umas imagens que eles tinham feito (a polícia ou a GCM), de gente cometendo crime no local, em locais próximos. (...) Depois foram as imagens que eles fizeram não sei quando, porque desde que eu estou lá eu não vi aquela cena, mas era (...) de gente armada dentro do fluxo. (...) não é comum no fluxo ver gente armada, eu ia quase todo dia e não tinha visto, mas eles tinham algumas cenas, [então] aconteceu em algum momento (...). Quando a gente chegou [no dia 21 de maio] a imprensa já estava lá. A gente acompanhou, tentou constranger as autoridades que foram lá, demos entrevista para a televisão, para os jornais. Mas foi um dia que a gente ficou um tanto também desarmado, porque normalmente a gente trazia a mídia para tentar diminuir a violência. E na verdade eles já tinham armado um espetáculo para a mídia. (MELLO, Daniel, em entrevista realizada no dia 8 de outubro de 2018, no café da Livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo)

Juliana afirma que o clima de tensão atingiu todos os que compunham o movimento d'A Craco Resiste e os indivíduos do fluxo.

Todo dia a gente achava que ia acontecer [a megaoperação]. Tem um amigo nosso da Craco que até fala que nessa época ele dormia de tênis. Porque qualquer hora as coisas poderiam virar e o que a gente tinha combinado com os usuários é que a gente ia estar lá, né? Para chamar a defensoria (...) e tentar impedir que fosse tão ruim quanto as outras vezes ou até pior. (PAULA, Juliana, em entrevista realizada no dia 14 de agosto de 2017, por telefone, para a reportagem Marias das Ruas)

No dia 21, a ação começa às 6h. Para Raphael Escobar, militante da Craco Resiste, essa “talvez tenha sido a [ação policial] mais violenta da história da Cracolândia.”¹⁰⁸ Há registros de invasões em domicílios sem mandados policiais, abuso de autoridade com moradores e pessoas do fluxo e demolições que deixaram feridos. No dia 24 de maio, militantes de movimentos sociais, entre eles A Craco Resiste, ocuparam a Secretaria de Direitos Humanos de São Paulo. A secretária Patrícia Bezerra pediu exoneração do cargo após uma operação que chamou de “desastrosa”. “Um problema complexo não se resolve dessa maneira”¹⁰⁹, afirmou

¹⁰⁸ OPERAÇÃO BARBÁRIE. Agência Pública. Disponível em: <<https://apublica.org/2017/05/operacao-barbarie/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

¹⁰⁹ Idem.

ela. Na época, a prefeitura solicitou a autorização de internações compulsórias sem avaliação judicial à justiça. O promotor do Ministério Público Arthur Pinto Filho afirmou que o pedido era “uma caçada humana que não tem paralelo na história.”¹¹⁰ Após a ação, a Polícia Militar passa a fazer ações com bombas na Cracolândia semanalmente.¹¹¹

3.1.5. Mídias comerciais e mídias radicais

A luta pelo poder tem, em seu cerne, a luta pela concepção de significados nas mentes das pessoas. O poder é uma premissa da constituição da sociedade — é por meio dele que decisões institucionais e valores são determinados — e pode ser exercido por meio da coerção (com uso legítimo ou ilegítimo do monopólio da violência pelo Estado) ou por meio da manipulação simbólica (com a criação de significados para a população). Uma das principais formas de se criar significados é através da comunicação, “(...) o processo de compartilhar significados pela troca de informações.”¹¹²

Para a sociedade, a principal forma de trocar informações é a “comunicação socializada”, ou seja, aquela que ocorre na esfera pública, diferente da comunicação interpessoal. A estrutura das mensagens influencia largamente no tipo de imagem mental que os receptores terão sobre um fato, coisa ou pessoa. Essa influência é limitada, em certa medida, porque cada indivíduo tem um repertório e interpreta a mensagem recebida com seus próprios termos. Mas é sabido que “a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações do saber”¹¹³:

“Coerção e intimidação, baseadas no monopólio estatal da capacidade de exercer a violência, são mecanismos essenciais de imposição da vontade dos que controlam as instituições da sociedade. Entretanto, a construção de significados na mente das pessoas é uma fonte de poder mais decisiva e estável. A forma como as pessoas pensam determina o destino de instituições, normas e valores sobre os quais a sociedade é organizada. Poucos sistemas institucionais podem perdurar baseados na

¹¹⁰ OPERAÇÃO BARBÁRIE. Agência Pública. Disponível em:

<<https://apublica.org/2017/05/operacao-barbarie/>>. Acesso em: 4 nov. 2018..

¹¹¹ MELLO, Daniel. PM faz em média uma ação por semana com bombas de gás na cracolândia.

Ponte Jornalismo, 16 jan. 2018. Disponível em:

<<https://ponte.org/pm-faz-em-media-uma-acao-por-semana-com-bombas-de-gas-na-cracolandia/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

¹¹² CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, p. 21.

¹¹³ Idem, p. 21.

coerção. Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades.” (CASTELLS, 2017, p. 20-21)

A função da comunicação e do jornalismo, portanto, é essencial para a formação das nações pela sua importância na concepção de imagens mentais. Há uma concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucas famílias ao redor do mundo e no Brasil. As empresas de comunicação no planeta passaram por um severo enxugamento e concentração de renda, bem como outros setores (como o da moradia) ao longo dos anos de 1980 e 1990, conforme já foi explicado nesta monografia. Em 2004, seis corporações detinham quase 40% das receitas globais no setor de comunicação e metade era liderada por grupos de uma família. A velocidade com que as grandes corporações midiáticas transnacionais estão sendo enxugadas por meio de fusões e aquisições é surpreendente: na década de 1980, mais de 50 dessas empresas eram competitivas no mercado. Em 1993 esse número já tinha reduzido para 27 e, em 2000, restaram sete: Disney, Time Warner, Sony, News Corporation, Viacom, Vivendi-Universal e Bertelsmann.¹¹⁴

No caso brasileiro, apenas cinco famílias detêm 50% da mídia brasileira.¹¹⁵ Apesar do cenário de comunicação via internet e do fenômeno da sociedade em rede, pode-se afirmar que essas organizações podem decidir sobre algo que vai influenciar o imaginário e a formação de significados da população brasileira. A falta de competitividade do final do século XX também atingiu o Brasil. De 1970 a 2000, dez grupos familiares detinham o controle das dez grandes empresas midiáticas brasileiras, que eram quase todos os meios de comunicação no país. A crise econômica da virada do milênio resultou em um quadro de oligopólio dos meios de comunicação ainda mais severo. A mudança constitucional que permitia a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas, que ocorreu em 2002, também colaborou para o agravamento da concentração midiática. Seis meios de comunicação compunham o quadro das grandes corporações brasileiras na década de 2000 e três venderam parte de suas ações a grupos estrangeiros.¹¹⁶

¹¹⁴ COSTA, Caio Túlio. Modernidade líquida, comunicação concentrada. Revista USP, São Paulo, n.66, p. 178-197, junho/agosto 2005.

¹¹⁵ FILGUEIRAS, Mirela Araújo. Como os jornais e as redes sociais atuaram na retomada do poder pela direita. Observatório da imprensa, 24 abr. 2018. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/como-os-jornais-e-as-redes-sociais-atuaram-na-retomada-do-poder-pela-direita/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

¹¹⁶ COSTA, Caio Túlio. Modernidade líquida, comunicação concentrada. Revista USP, São Paulo, n.66, p. 178-197, junho/agosto 2005.

A constituição brasileira de 1988 determina, no capítulo V, artigo 220, que não poderá existir monopólio ou oligopólio na comunicação social eletrônica. A realidade atual, porém é a do controle de 70% do mercado de TV aberta por uma única emissora.¹¹⁷ Da mesma forma, o artigo 223 do mesmo capítulo define a complementaridade e equilíbrio entre a comunicação pública, a privada e a estatal.¹¹⁸ Existem, no entanto, 5000 rádios comunitárias no Brasil que são legalizadas e que não podem operar com mais de 25 watts, o que não acontece com rádios privadas que chegam a operar, cada uma, com potência superior a 400.000 watts.¹¹⁹

Sendo a produção de significados a grande chave para dominar as mentes de uma população, os meios de comunicação e o jornalismo são alvos de acirradas disputas. No Brasil, o produto dessa disputa é um tema central para compreender as relações de dominações sociais e econômicas. Jessé Souza faz uma análise do jornalismo e das grandes mídias no Brasil no livro “A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato”. Para o sociólogo, a elite dos proprietários pouco é atingida pela mudança dos representantes a cada eleição ou por problemas com o sistema criminal — uma vez que tem capital para manter o seu poder e influência em todas essas instituições. As classes mais baixas, os históricos marginalizados da sociedade, tem poucas oportunidades de fala e usualmente são controlados por forças policiais ou enviadas ao sistema carcerário, conforme foi explanado no item anterior deste trabalho. As classes médias são, então, a classe mais estratégica para manter o padrão de poder que foi instalado no país.

A classe média surge com mais força no Brasil no início do século XX, com a industrialização resultante da substituição de importações causada pela Primeira Guerra Mundial. O século XX, recoberto pelos ideais de “liberdade” e “autonomia” traz uma nova forma de se fazer política: a supremacia de uma classe ou raça não pode mais ser exercida com total liberdade. “Os novos tempos exigiam mudança na forma de dominação elitista da violência física das terras aumentadas por assassinatos e das eleições fraudadas para a violência simbólica da criação de uma nova hegemonia de classe.”¹²⁰

Passava a ser necessário, percebia-se, ganhar o coração e as mentes das pessoas de bem, a classe média que se constituía, e contra a qual não se podia usar o chicote

¹¹⁷ BRASIL. Constituição (1988). Seção II. Capítulo V. Art. 220 e 223.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ COSTA, Caio Túlio. Modernidade líquida, comunicação concentrada. Revista USP, São Paulo, n.66, p. 178-197, junho/agosto 2005.

¹²⁰ SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017, p.107-114.

usado sem percalços contra os mais pobres. Esse é o contexto da criação da grande imprensa, das grandes universidades, do mercado editorial e do nascimento de uma esfera pública mais ampliada entre nós. Embora essas instituições já existissem no século XIX em caráter incipiente e circunscrito às elites, vai ser a partir dos anos 1920 e 1930 que uma esfera pública burguesa, tendo a classe média como público consumidor principal, vai passar a existir e influenciar a vida social, política e cultural do país. (SOUZA, 2017, p. 113)

O cenário que se tem é o de um grupo endinheirado e mandante na economia, mas que vai passar a exercer poder também na esfera pública e, de modo indireto, nas esferas sociais e políticas. Com essas estratégias, foi possível tornar a classe média o guardião da reprodução ilimitada do dinheiro das classes altas. “O domínio sobre a classe média é simbólico e pressupõe convencimento. O domínio sobre as classes populares baseia-se, ao contrário, mais na repressão e na violência material.”¹²¹ O local onde esse convencimento se dará será na esfera pública, que Souza define em seu livro, usando ideias de Habermas, como “uma esfera composta de sujeitos privados com opinião própria, o que assegura a possibilidade da contraposição coletiva a decisões discricionárias do poder público.”¹²² Típica do Estado Moderno, uma esfera pública não estatal nasce da mudança funcional da imprensa: de mera reprodutora daquilo que o Estado queria tornar público para um campo separado do Estado. Coube então à elite ocupar esse espaço e legitimar discursivamente a sua hegemonia e dar continuidade ao seu exercício de poder político.

O século XX traz mais uma novidade: a ampliação do público que reivindica seus interesses e a mudança da imprensa de opinião para a imprensa de negócio. Nessa época, a esfera pública deixa de ser um espaço apenas de pessoas com posições políticas semelhantes para se tornar um espaço de pressão e luta de classes que foram excluídas do processo de disputa de poder. Apesar da atualidade das notícias sempre ter sido um objeto de interesse das pessoas, é o desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas que amplia esse espaço. “A imediatividade do mundo, através de seus efeitos, envolve então uma esfera cada vez maior e constitui um sistema que se torna progressivamente mais complexo e articulado.”¹²³ O

¹²¹ SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017, p. 115.

¹²² Idem, p.117

¹²³ GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987. pp. 29-38.

sufrágio universal e a educação para todos são outros dois elementos que podiam tornar a esfera pública efetivamente mais inclusiva.¹²⁴

Duas consequências podem ser percebidas após essas novidades: o aumento da procura por informação e a criação de uma indústria da notícia, uma vez que seria impossível conseguir, individualmente, presenciar todos os fatos de interesse da esfera pública.¹²⁵ A mudança da lógica capitalista, da exclusividade de produção de mercadorias materiais para a expansão para mercadorias simbólicas é o novo desafio que estava à espreita na luta pelo poder das classes baixas. A essa nova produção de mercadorias simbólicas é dado o nome de indústria cultural.¹²⁶

A resposta a essa nova forma de mediar as informações da sociedade, de forma hierárquica e visando o lucro, seria uma democratização institucional da comunicação. Foi o que ocorreu em diversos países europeus no século passado, que contam com uma imprensa empresarial, mas também com televisões públicas, com uma estrutura organizacional semelhante à de grêmios ou conselhos. A empresa que mais se assemelha a esses modelos no país é a Empresa Brasil de Comunicação, mas representa uma minoria no contexto midiático brasileiro:

Aqui, o interesse unicamente comercial de grandes conglomerados na área de comunicação foi a regra. (...) Presa unicamente do interesse comercial, sem a concorrência de televisões públicas como no contexto europeu, esse tipo de imprensa, em vez de ser instância de mediação da esfera pública, assegurando a circulação dos argumentos em disputa, pode então transformar-se em arregimentadora e instrumento de interesses privados que são expostos como se fossem públicos. (SOUZA, 2017, p. 127)

A ausência de pluralidade em debates e no jornalismo praticado em parte das mídias é um dos fatores responsáveis por tornar a classe média a maior protetora dos interesses privados da elite brasileira. A esfera pública tem o poder de influenciar as mentes da população e abraçar os projetos políticos de uma minúscula fração da sociedade.

Os primeiros jornais começaram a circular no mundo a partir de 1609 e eram ligados aos interesses da burguesia da época. Alguns anos mais tarde, a aristocracia também toma a sua

¹²⁴ SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017, p.122

¹²⁵ GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987. pp. 29-38.

¹²⁶ SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017, p.125

parte nas publicações, que passam a não só publicar temas ligados ao comércio, mas também viagens de príncipes, festas da corte, casamentos. O nascimento do jornalismo está ligado à burguesia. Em seu início, o jornalista era essencialmente um publicista: um indivíduo que dava orientações e interpretações políticas. No século XIX, esse modelo sofre severas mudanças. A Revolução Industrial aumenta o número de interessados na publicação e possibilita que o jornal amplie o número de exemplares impressos. A mecanização aumenta o custo da produção e nasce a fusão entre os interesses econômicos e a imprensa. Daí, nasce a reportagem e o repórter: os editores aproximam a linguagem do jornal da comunicação oral e a tratativa de manifestações populares, desvios de recursos públicos e massacres de povos coloniais mudam significativamente:

Poucos documentos relatam, por exemplo, a liquidação sistemática das culturas inca, asteca e maia, na América espanhola, nos séculos XVI, XVII e XVIII. O Século XIX, pelo contrário, foi tempo de revelações. Todos ficaram sabendo das motivações reais de aventuras bélicas como a guerra do ópio, que impôs o comércio de entorpecentes na China sobre controle inglês, ou de estratégias covardes, como o uso de metralhadoras contra o exército zulu, na África do Sul, pela mesma Inglaterra — o imperialismo da época. A luta de classes não pôde ser mostrada como revolta da ralé social nem o desemprego maciço na Europa continental como mero fruto de acidentes climáticos, malandragem e incompetência dos italianos, irlandeses, alemães ou poloneses. Em meio à propaganda de sempre, surgiam, pela via da reportagem, os fatos reais. (LAGE, p.7)

Na América, a indústria dos jornais ganhou poder no início do século XX, com grandes magnatas da comunicação. Surgem os cursos superiores de jornalismo, padrões e processos para o exercício do jornalismo. As ciências exatas tiveram grande influência na formação do jornalismo nessa época. “Estabeleceu-se que a informação jornalística deveria reproduzir os dados obtidos junto às fontes, que os testemunhos de um fato deveriam ser confrontados uns com os outros para obter a versão mais próxima possível da realidade (...)”¹²⁷ A escola americana foi reproduzida em diversos locais do mundo, e até hoje tem larga influência nas produções jornalísticas. O repórter torna-se um agente: diante da impossibilidade do cidadão

¹²⁷ LAGE, Nilson. Teoria e técnica da reportagem, entrevista e pesquisa jornalística. Disponível em: <<http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>>, p. 8. Acesso em: 4 nov. 2018.

de testemunhar importantes acontecimentos da sociedade, que influenciam a sua vida cotidiana, o jornalista toma esse papel de mediação.

Para Adelmo Genro Filho, em sua obra “O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo”, não apenas o desenvolvimento da democratização institucional é a saída para o paradigma aqui apresentado. Ele afirma que o jornalismo deve ser encarado em toda a sua complexidade, e não apenas como extensão e resultado do sistema capitalista, como uma instituição que não tem salvação nem serventia se não estiver em uma sociedade dominada pelas elites econômicas. O jornalismo não é um instrumento particular da dominação por meio da sua linguagem. Em oposição a uma análise funcionalista dos meios de comunicação, ele faz uma análise dialética do jornalismo:

No capitalismo, o jornalismo é atravessado pela ideologia burguesa como uma fruta é passada por uma espada — se me permite João Cabral. Ou seja, de modo flagrante, evidente e doloroso. Nem por isso fruta será sinônimo de espada. A lógica mercantil complexificou e unificou o mundo dos homens, tornou-o mais dinâmico e universalmente integrado. Ela preside os rumos desse processo em todos os campos da atividade social. Logo, é o econômico que pressupõe e direciona o desenvolvimento das necessidades coletivas da informação em geral e, em particular, do jornalismo. Porém, o modo de produção capitalista não existe apenas para satisfazer os interesses particularistas da burguesia, mas também como um momento da história universal. Uma dimensão significativa da sua existência é permanente e, outra, é perecível e será destruída se forem conquistados o socialismo e o comunismo. (GENRO FILHO, 1987. p. 91-136)

As necessidades impostas pelo capitalismo seriam de duas ordens: uma particular, que realmente só faz sentido no âmbito de um sistema burguês, e outra que é agregada aos indivíduos. No caso do jornalismo, ele teria implantado tão intensamente a necessidade de ter informações a mão — tanto de forma quantitativa quanto qualitativa, que o gênero jornalístico seria herdado por qualquer que fosse a sociedade posterior à capitalista.

Para superar a limitada visão apenas individualizada das pessoas e transformá-la em uma visão de si de um “ser social”, é preciso ter acesso à informação dos contextos em que se está inserido. Para realizar essa transformação “(...) é necessário que cada indivíduo tenha acesso à imediatez do todo no qual está inserido. E que possa participar, de forma imediata, na qualificação desse todo em cada momento no qual ele está se constituindo como algo novo.”

¹²⁸ Não é necessário e nem desejável que se espere a ratificação científica ou técnica dos fatos pois, para entender o mundo e a sociedade em que está inserido é preciso vivenciá-los. Apenas assim será possível interferir politicamente neles e influenciar qualitativamente os fatos posteriores: vivendo os que agora acontecem como algo pessoal, sem esperar a publicação do discurso oficial ou autorizado, “autoproduzindo-se” quando ainda não há uma narrativa fechada sobre os acontecimentos. “Para pensar e atuar efetivamente como sujeito individual e social (...), o homem precisa viver amplamente, e não apenas através das mediações particulares e universais da arte e da ciência, a totalidade do mundo humano pelas determinações significativas do singular.”¹²⁹

As transformações da tecnologia e a disseminação das redes sociais geraram grande diversidade de informação para o emissor de informações. Há a possibilidade de subverter a prática de informação, ocupando o veículo e disseminando a sua própria mensagem. Embora essa fosse uma possibilidade antes da era da internet e da sociedade em rede, com a impressão de jornais sindicais, publicações de movimentos sociais e outras formas de organização da sociedade civil, a prática torna-se muito mais viável com o desenvolvimento de redes autônomas de comunicação horizontal. Como os meios de comunicação de massa são controlados, via de regra, por empresas e governos, a autonomia na era das redes acaba sendo efetivada na internet. “As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida.”¹³⁰

A comunicação é um direito humano. Consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 19, que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.”¹³¹ No entanto, algumas limitações podem ser identificadas na aplicação desse direito, especialmente à respeito do direito ao uso da razão, à liberdade de pensamento e expressão e à liberdade de opinião. Instituir esses direitos em uma sociedade que divide estruturalmente seus cidadãos

¹²⁸ GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987. p. 203-222.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, p. 24.

¹³¹ UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

em “dirigentes” e “executantes”, ou seja, aqueles que têm e os que não têm direito à razão, pode ser paradoxal. É o caso do Brasil, uma sociedade que foi escravocrata durante quase quatro séculos e que baseou a sua economia e todas as suas instituições em torno de um sistema que dava liberdade de expressão para as elites e relegava a grupos sociais marginalizados a exclusividade do trabalho físico, negando sua complexidade e ponto de vista. Dessa forma, as narrativas vigentes da sociedade passam a ser apenas as de um grupo social, o que interfere na formação da opinião pública. Se uma das principais formas de criar símbolos e afetar diretamente a estrutura de poder é por meio da comunicação, colocar grupos sociais inteiros em um local subalterno é hierarquizar saberes e limitar o reconhecimento de realidades que permanecem desconhecidas para as tomadas de decisão. Dar possibilidade para a pluralidade de falas é restituir humanidades e põe em dúvida uma suposta epistemologia universal vigente e hegemônica.¹³² Mais uma vez, a censura evidente não é tão eficiente quanto a deslegitimação de certos saberes e falas:

Sendo racionais e livre todos os homens, portanto, tem o direito à liberdade de pensamento, de opinião, de crença e de expressão. Porém, visto que a sociedade está dividida em classes em luta, nem todos podem exercer esse direito sem ser criminalizados – as leis de censura se encarregam da limitação do direito ao uso da razão. Mais eficaz do que a censura, no entanto, é a ideologia da competência, cuja fórmula poderia ser assim resumida: não é qualquer um que tem o direito de pensar e dizer em qualquer lugar e em qualquer tempo para quaisquer outros. (CHAUÍ, 2006)

Transpondo essa situação para o modo como a mídia se constitui, Chauí traz como exemplo a figura do especialista, que tem o poder de produzir simulacros nos meios de comunicação e criar realidades para a população média, que não tem a oportunidade de expressar seus conhecimentos na mídia. Quem detém o conhecimento formal pode ditar regras que serão acatadas pela população, sob o risco do indivíduo ser excluído da sociedade. Dessa forma, “os sujeitos sociais são, ao mesmo tempo, excluídos do direito de produzir conhecimentos ou de exprimir seus conhecimentos e forçados a aceitar regras de vida ditadas pelos especialistas (...)”. Um dos resultados desse modelo social e midiático é o afastamento do poder e a consequente despolitização dos cidadãos, que creem ser a política um conhecimento técnico de poucos.

¹³² RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

É por conta do cenário aqui descrito que as populações marginalizadas lançam mão de mídias alternativas para reafirmar as suas humanidades e cidadania e influenciar a política e as instituições com as suas pautas. Por ser pouco catalogada e estudada, esse tipo de mídia constantemente é descredibilizada, e o seu poder de influência é colocado à prova. Chamarei aqui essas mídias de radicais, conforme conceituação de Downing: “Com o termo *mídia radical*, refiro-me à mídia — em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes — que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas.”¹³³

O conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, segundo Downing, refere-se ao domínio cultural e à liderança das classes dominantes. É importante frisar que ele não considerava a hegemonia um modelo de domínio fechado. A soberania dos endinheirados sempre foi um produto da força destes com a resistência das classes subordinadas. Ao longo dos séculos, o capitalismo teria organizado diversas instituições (como órgãos de informação e cultura, universidades, escolas e igrejas) de forma a criar uma verdade compartilhada por todos de que há um visão de mundo inconteste, de que o *status quo* é inevitável. Como se o poder da classe dominante fosse justificado pela sua habilidade exclusiva de gerir a nação. Apesar do poder econômico e das instituições de repressão, como os tribunais judiciais, as polícias e o sistema carcerário terem papel fundamental na ascensão ao poder da burguesia, são as instituições de produção de significado e poder simbólico que constituem a sua linha de frente. A resistência a esse poder com uma visão alternativa “coerente e convincente” poderia desmontar esse domínio.¹³⁴

O desmonte desse sistema estaria na liderança de um “intelectual orgânico”, que se integra espontaneamente com a classe trabalhadora para apresentar uma ordem social justa e igualitária. Ele refuta a ideia de um intelectual integrado com as classes dominantes. Para Downing, essa figura pode ser reinterpretada como um ativista ou comunicador. Muitos dos exemplos de comunicação e mídia radicais são parte de um modelo contra-hegemônico, que contestam as estruturas sociais e dão alternativas que poderiam suplantá-las. “Numa estrutura em que as classes e o Estado capitalista são analisados meramente como controladores e

¹³³ DOWNING, John D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2002, p. 21

¹³⁴ Idem, p. 21, p. 47.

censores da informação, o papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade”¹³⁵.

A mídia radical contempla uma vasta lista de atividades. O teatro de rua, a pichação, o grafite, a dança, os jornais comunitários, a internet. Nem sempre a mídia radical vai ser libertadora: o regime de Mao Tsé-Tung e a propaganda nazista que antecedeu Hitler contaram com uma mídia radical antes de terem se tornado hegemônicos. Aqui, no entanto, me debruçarei sobre a mídia radical democrática e emancipadora.¹³⁶

Downing traz a educação dialógica de Freire em “Pedagogia do Oprimido” para fazer uma reflexão no âmbito da comunicação. Entende-se um educador dialógico como um ativista da mídia radical e, portanto, um ator contra-hegemônico. Ele democratiza o processo de comunicação, substituindo uma audiência passiva para a natureza de uma audiência ativa e produtora.¹³⁷ A pedagogia do oprimido é “(...) a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação (...)”¹³⁸ E essa libertação não poderia ser feita sem os oprimidos. Apenas quando os oprimidos reconhecem o opressor e se engajam na luta pela superação de uma sociedade desigual é que ocorre a superação da sua convivência com um regime opressor. Essa ação não é feita apenas na esfera da prática, tampouco é feita sem reflexão. É baseada no diálogo crítico e libertador com o oprimido.¹³⁹

3.2. A Folha de S. Paulo

O jornal Folha de S. Paulo surge em 1921, 46 anos depois da fundação de outra publicação que se consolidaria como uma das mais importantes do país: O Estado de São Paulo. Este, historicamente alinhado a uma política editorial à direita do espectro ideológico, foi fundado em 1875, quando a imprensa industrial ainda engatinhava. Politicamente, a história desse jornal associou-se à difusão de ideias republicanas que resultaram no golpe militar de 1889 e encerrou o período do Brasil Império. O Estado de São Paulo ecoava interesses mais especificamente das classes industriais e posicionou-se, ao longo do século XX, conservador na esfera política e liberal na esfera econômica. A Folha de S. Paulo, na época de sua

¹³⁵ DOWNING, John D. H. Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2002, p. 49.

¹³⁶ Idem, p. 143.

¹³⁷ Ibidem, p. 83.

¹³⁸ FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

¹³⁹ Idem.

fundação, surge com uma outra linha editorial. A Folha da Noite foi o primeiro jornal veiculado pelos fundadores e a Folha da Manhã veio em 1925. Elas representam as novas classes médias, que apareciam em um momento de urbanização. Em diversos momentos, esses dois jornais, dois dos maiores em São Paulo, divergiram: após o Estado Novo de Getúlio Vargas, quando grande parte da cobertura política foi alinhada a um temor do comunismo, o Estadão estimulava o rompimento da legalidade se fosse para “o bem da nação”, ou seja diante da ameaça comunista, enquanto a Folha de S. Paulo repudiava essa forma de combate ao que também considerava um mal.¹⁴⁰

Entre os jornais diários nacionais, a Folha de S. Paulo é o de maior circulação. A circulação total (digital e impressa) corresponde a 292.331 edições diárias. É o jornal que assume a liderança do país na fase de redemocratização no Brasil, após a ditadura civil-militar, e assume uma liderança pelo movimento das Diretas Já, que pedia eleições diretas após a ditadura militar.¹⁴¹ O segundo jornal com maior tiragem em São Paulo é O Estado de São Paulo, que no dia de maior circulação, o domingo, chega a 184.401 exemplares.¹⁴² A faixa etária de maior alcance da Folha na grande São Paulo é entre 25 e 34 anos: são 20% dos leitores. Mas os leitores de 35 a 44 anos e de 45 a 54 anos também apresentam porcentagens significativas: 19% e 18% do total, respectivamente. A maioria dos leitores são mulheres, representando 53%, e a classe C, com 40% dos leitores, são os mais assíduos.

Na época analisada para esta monografia, o Manual de Redação que vigorava era o de 2001. O manual é um dos mais conhecidos no país entre os jornalistas e tem as recomendações e metodologias que devem nortear o trabalho da Folha. O projeto da Folha, segundo o manual, é pautado na produção de um jornalismo “crítico, moderno, pluralista e apartidário.” O último elemento sendo efetuado pela divisão e independência dos setores comerciais em relação à redação. Em seu projeto editorial, o jornal atenta-se para o rompimento da antiga ordem maniqueísta, entre URSS e EUA, para um único modelo de sociedade no mundo pautado pela globalização. A unidade da opinião pública e a segmentação de interesses são colocados como um desafio à linguagem, bem como as novas tecnologias de informação e as pressões do

¹⁴⁰ PILAGALLO, Oscar. História da Imprensa Paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012

¹⁴¹ CIRCULAÇÃO E AUDIÊNCIA. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml?fill=5>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

¹⁴² DADOS DO MERCADO. O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://publicidade.estadao.com.br/estadao/estadao-dados-de-mercado/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

mercado. O jornalismo é apresentado, especialmente após a redemocratização e o processo de impeachment do presidente Fernando Collor, como um instrumento de papel predominante na política. Ele se tornou mais crítico com o amadurecimento da sociedade, que também passa a ser mais exigente com o jornalismo. Em meio ao caos informativo, não só a organização das informações “inespecíficas” irá interessar ao leitor, mas também a articulação entre os fatos, que garante a manutenção do jornalismo em meio à diversidade do público.

Em outras palavras, o jornalismo terá de fazer frente a uma exigência qualitativa muito superior à do passado, refinando sua capacidade de selecionar, didatizar e analisar. É recomendável que a gama de assuntos a serem cobertos até mesmo se reduza em alguma medida, desde que em contrapartida sua seleção seja mais pertinente e o tratamento que receberam, mais compreensivo. (SILVA, 2010, p. 15)

O modelo crítico, pluralista e apartidário é cristalizado pelo jornal, segundo o Manual de Redação. O veio pluralista do jornal pode ser observado na adoção do cargo de um ombudsman, profissional eleito pela Direção de Redação que representa os interesses do leitor e faz críticas à publicação. O “outro lado”, uma marca nas reportagens e notícias da Folha, deve transcender a mera formalidade que engloba o dever do jornal de escutar diversas versões de um fato para dar lugar à “busca de uma compreensão mais autêntica das várias facetas implicadas no episódio jornalístico.”¹⁴³ A essa prática está ligado o estilo crítico da Folha, de sempre procurar os interesses nas movimentações das figuras públicas. A qualificação dos profissionais, na época da redação do manual, objetivava, entre outros elementos, a abertura para temas pouco tratados pelo jornalismo, “a ‘desestatização do noticiário’, num jornalismo ainda fortemente atrelado a agendas, fontes e declarações oficiais”¹⁴⁴ e a análise de assuntos de assuntos que estivessem em maior evidência, sejam eles nacionais ou internacionais.

Em relação aos processos e procedimentos na confecção de um jornal, o manual dá especial ênfase à atividade intelectual e criativa que o jornalista deve exercer. Quanto à seletividade do conteúdo, são acontecimentos incontestavelmente relevantes aqueles que têm potencial para mudar as estruturas políticas, econômicas e culturais da sociedade. São também notícias de utilidade pública tudo aquilo que afete a vida cotidiana dos leitores do jornal, incluindo a

¹⁴³ SILVA, Carlos Eduardo Lins da (coord). Manual da redação: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2010, p. 17.

¹⁴⁴ Idem, p. 16.

organização urbana. Em um segundo plano, estão os acontecimentos de comoção pública, que poderiam ter acontecido com os leitores, mas que ocorreram com terceiros, tornando-se, assim, objetos de “admiração, catarse ou empatia”¹⁴⁵. Nessas situações é indicado que não se faça uso de linguagem excessivamente emotiva, que leve ao sensacionalismo.

A objetividade e o distanciamento crítico são características importantes para o jornal pois, por meio delas, garante-se a lucidez quanto ao acontecimento, evitando que a publicação torne-se um porta-voz, mesmo que indireto, de algum interesse político. A inferência entre diversos fatos relevantes jornalisticamente, próximos ou distantes entre si, dão base para o leitor ter uma compreensão mais próxima da realidade.¹⁴⁶ Para evitar que o jornalismo seja cooptado por interesses políticos, é recomendado aos profissionais da Folha de São Paulo que se atentem especialmente para releases, boatos, pronunciamentos oficiais, declarações descontextualizadas, pesquisas de opinião.

Por fim, o cruzamento de informações e a publicação do “outro lado” são mecanismos jornalísticos de toda boa reportagem. Fontes independentes sobre o mesmo fato dão versões que enriquecem a notícia. Da mesma forma, é obrigatório que o repórter busque saber e dê destaque proporcional à parte atingida de uma matéria. Apenas publicar uma acusação, sem ouvir o acusado ou seu representante, por exemplo, pode dar a ideia de veracidade para algo que ainda está sendo investigado. “O outro lado também pode levar o jornalista a refazer a sua apuração, ou mesmo abandonar a notícia, se trazer uma informação procedente que desminta a perspectiva inicial da reportagem.”¹⁴⁷

3.3. A Craco Resiste

A Craco Resiste surgiu após a conceituação do que convencionou-se chamar os Novos Movimentos Sociais. Esta nomenclatura foi dada primeiramente por Arato e Cohen, pesquisadores nos quais Downing se debruçou para explicar a relação entre movimentos sociais e mídia radical. Nesse conceito encontram-se os movimentos feministas, ecológicos e pacifistas, por exemplo, em que os sentimentos de identificação seriam mais importantes do que as próprias conquistas institucionais e a luta por políticas públicas. Esses movimentos buscariam “uma relação muito mais próxima do que com um senso de crescimento e

¹⁴⁵ SILVA, Carlos Eduardo Lins da (coord). Manual da redação: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2010, p. 22.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 27.

identidade pessoais em interação com a subcultura do crescimento.”¹⁴⁸ No entanto, há diversos movimentos sociais contemporâneos que transcendem a definição aqui exposta. A Craco Resiste é um deles: ela tem características de aprofundamento das psiques dos militantes e de estabelecimento de laços, mas não relega os ganhos materiais daquele território a um segundo plano (neste ponto, o coletivo toma emprestado características dos movimentos sociais de atores racionais, típicos do século XX — em que pessoas que não tinham poder material se uniam para criar recursos alternativos para influenciar a política e as instituições formais). Para Downing,

Os movimentos políticos são um componente vital da política em muitas nações contemporâneas, sobretudo naquelas em que os processos políticos formais foram colonizados pelas pretensas demandas da televisão instituída, por um lado, e pelos custos exorbitantes das campanhas, por outro. Portanto, o dinamismo no processo político com frequência deriva de movimentos que operam fora das estruturas partidárias, embora muitas vezes mantendo certa relação com um ou mais partidos políticos. (DOWNING, 2002, p. 58)

Esse é o caso d’A Craco Resiste. Esse coletivo surge em um momento de aumento das tensões no território da Cracolândia, com a saída de um prefeito, Fernando Haddad (PT) que, mesmo com a manutenção de um cotidiano de violações realizadas pelo governo do estado e com ações de remoção que chegaram a deixar feridos¹⁴⁹, traz pela primeira vez um programa mais integrado com a redução de danos; e a entrada de um representante que deu a entender, em entrevista, que locais como a Cracolândia eram um “lixo vivo”¹⁵⁰. A primeira reunião do coletivo foi feita no dia 10 de dezembro de 2016 e foram as próprias pessoas do fluxo que manifestaram preocupação com as promessas do recém-eleito João Dória.

As principais atividades do coletivo são as vigílias e os eventos culturais no território. À pedido dos moradores e pessoas em situação de rua da região, as vigílias são feitas, principalmente, na parte da noite, quando os programas assistenciais do governo, ONGs e

¹⁴⁸ DOWNING, John D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2002, p. 57.

¹⁴⁹ TIROS DURANTE OPERAÇÃO NA CRACOLÂNDIA DEIXAM DOIS FERIDOS. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/tiros-durante-operacao-na-cracolandia-deixam-dois-feridos-em-sp.html>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

¹⁵⁰ LEITE, Flávio. ‘A cidade é um lixo vivo, parece um filme escabroso’, diz Doria. *Estadão*, 5 dez. 2016. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-cidade-e-um-lixo-vivo-parece-um-filme-escabroso-diz-doria,10000092704>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

igrejas deixam de funcionar e a cracolândia fica mais vulnerável à violência do estado. A primeira semana de vigília, que começou logo no início de janeiro, teve rodas de samba e de capoeira, partidas de futebol, cinema e um churrasco. As vigílias e as ações culturais tiveram uma queda na frequência ao longo de 2018, mas o coletivo continua existindo e realizando reuniões.

As formas de comunicação do coletivo com a população da cracolândia e com a sociedade são múltiplas. O símbolo oficial d'A Craco Resiste são dois punhos fechados, movimento típico de símbolos de luta, que seguram cachimbos, usados por usuários de crack para fumar a droga.



Figura 1: Logo d'A Craco Resiste

A Virada Cultural de 2018, que ocorreu entre os dias 19 e 20 de maio, foi um momento de diversas aparições do coletivo para o público. Os militantes, em ações organizadas, levaram a camiseta do movimento para cantores e artistas que se apresentavam no evento e pediram para que alguns deles lembrassem o aniversário de um ano da remoção da Cracolândia. A associação Ilú Obá De Min, a cantora Letrux, o cantor João Gordo e a banda The Dead Fish se apresentaram com as camisetas. As ações renderam replicações d'A Craco Resiste em outras mídias: a rapper Sara Donato publicou uma “história” no *Instagram* (recurso do

aplicativo em que se publica uma foto ou frase que é tirada do ar em 24h), vestindo a camiseta e o cantor João Gordo fez um post na sua página oficial do *Facebook* e em sua conta do *Instagram*:



Figura 2: Postagem de João Gordo/A Craco Resiste

Por fim, uma bandeira com os dizeres “Bombas não tirarão as pedras do meu caminho”, fazendo referência às ações de governo que usam bombas de gás para dispersar o fluxo e à droga que deu o nome ao local, foi colocada na Passarela das Noivas, na Avenida Tiradentes, próximo ao bairro da Luz e da Cracolândia, no dia 21 de maio de 2018, um ano após a megaoperação de Doria e Alckmin.



Figura 3: Bombas não tirarão as pedras do meu caminho/A Craco Resiste

Usar o nome “cracolândia” para o local é motivo de discordâncias na comunidade acadêmica e militante. Para Jorge Bassani, “o nome Cracolândia é um nome até pejorativo, depreciativo. Aquele é o bairro da Luz”¹⁵¹. O coletivo decidiu permanecer com o nome “Craco” a partir da conversa com os próprios moradores na rua da cracolândia, fazendo uma alusão à permanência daquele local pelos que lá estão hoje. Para Hart, o nome “Cracolândia” esconde que o motivo da existência do território é a pobreza e a falta de oportunidades, e não uma droga. Segundo Ana Paula Motta, advogada e socióloga que participou da proposta de Plano Nacional de Atenção à População de Rua de 2005, “o contexto de pessoas que estão invisíveis na sociedade faz com que a gente considere que o problema é que ali é uma “cracolândia”, um local de consumo de crack.”¹⁵² A realidade, segundo ela, é que “há uma exclusão social muito grande, são pessoas que não têm acesso a políticas públicas e que se reúnem porque elas não têm alternativas para as suas vidas”. A Craco Resiste compartilha da opinião de que o

¹⁵¹ BASSANI, Jorge, em entrevista realizada no dia 28 de setembro de 2018, no café da Livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo.

¹⁵² ARCANJO, Daniela; MORAES, Ana Carolina. Rua, substantivo feminino. Marias das Ruas. Disponível em: <<https://www.mariasdasruas.com.br>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

problema da cracolândia não é o crack, mas quis manter o nome quando batizaram o coletivo por um outro motivo:

O nome d'A Craco Resiste surge de uma discussão com os usuários, com o fluxo. E a gente entende que este nome, Cracolândia, é assumido como uma ressignificação. (...) Em uma perspectiva criminalizante, este nome é colocado lá para você justificar o território em um discurso de Guerra às Drogas, fazer ações violentas e gentrificar, abrir para a especulação imobiliária. Mas as pessoas acabam se identificando. Tem uma anedota de um usuário falando “ah, eles tem a Disneylândia? Eu nunca fui à Disneylândia, mas eu tenho a Cracolândia”. Isso é uma coisa deles. Essa reivindicação, de começar a entender aquela comunidade, de falar que “sim, é nosso”. E a gente quer fazer um enfrentamento dessa questão, desse mito do crack ser uma droga que você usa uma vez e fica viciado, de que sua vida estava ótima e você fuma uma vez crack e larga tudo e vai morar na rua, todo esse mito do “zumbi”. (...) A gente está falando de crack, a gente não vai ficar escamoteando o crack, a gente quer que o crack seja legalizado, que a cocaína fumada seja legalizada, e que a gente trate disso de uma perspectiva de redução de danos, dentro da sociedade.” (MELLO, Daniel, em entrevista realizada no dia 8 de outubro de 2018, no café da Livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo)

A Craco Resiste ocupa o espaço público urbano por meio da arte e da cultura e lança mão das redes sociais para disputar espaços e narrativas com o espaço público. Essa disputa, tanto na internet quanto fisicamente, tem se mostrado importante para a mudança social. O coletivo fortalece a comunidade e tem um significado por si só (a ocupação de prédios abandonados é uma mensagem direta da reafirmação do valor do cidadão em detrimento do valor da propriedade privada); e são um espaço de deliberação paralelo, visto que os espaços públicos formais de decisão política usualmente são negados aos indivíduos marginalizados. A disputa recupera a representatividade.¹⁵³

Mello conta que a disputa com os órgãos do Estado sobre as narrativas da Cracolândia eram desiguais, porque os órgãos do Estado têm um aparato para alimentar os jornais sobre o que acontece ali. A ideia, então, era trabalhar como uma espécie de “assessoria” do território. “Tinha uma perspectiva de chamar a mídia, mas também de atender e já ter uma narrativa

¹⁵³ CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, p 24-26.

mais estruturada durante as coisas acontecendo.”¹⁵⁴ Para isso, trabalharam a agilidade das postagens e a precisão do que acontecia, para aumentar a confiabilidade e ter mais credibilidade perante as mídias. “Se você sempre traz a informação com velocidade e afirmação, você começa a pautar melhor os meios de comunicação e disputar a narrativa.”

Cleiton Conceição Ferreira conhece os integrantes da Craco Resiste e, segundo ele próprio, “compõe a linha de frente” do movimento. Ele afirma que as organizações que estão na cracolândia ajudam a dar visibilidade ao território, o que os protege. Em entrevista no dia 19 de outubro, afirmou, sobre o coletivo:

Como a gente começa a defender a causa daquele que não sabe o que acontece em termos políticos, em termos de defesa pública, em termos de saúde? É “metendo as caras” (...), mostrando o que acontece, resistindo. Sendo o olho da resistência. Passando a informação para quem não tem conhecimento e trazendo pessoas novas para conhecer também. (FERREIRA, Cleiton Conceição, em entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2018, no restaurante Amarelinho, no bairro da Luz)

É importante observar que, para Ferreira, a informação é uma questão central do movimento. Ele é crítico da atuação da grande mídia na remoção do dia 21 de maio na Cracolândia.

Tem relatos de pessoas [nas reportagens], mas não tem relatos de nenhum de nós. Eles pegam o que a sociedade quer ver, e não o lado real do que acontece. Não pode mostrar que a Cracolândia é um veículo de lucro imobiliário. (...) Eles fazem a cobertura, mas fazem a cobertura que o empresário quer ver, que o dono da padaria quer ver. (...) Eu não sei se é aberto para mostrar a realidade do que acontece mesmo. Eu gostaria de ver uma reportagem falando sobre os dois lados. Aberto mesmo. (...) Vamos falar sobre uma coisa que aconteceu. Quantas pessoas se machucaram naquele evento [do dia 21]? Será que eles sabem? Quantas pessoas morreram? Será que eles sabem? Teve morte. (FERREIRA, Cleiton Conceição, em entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2018, no restaurante Amarelinho, no bairro da Luz)

¹⁵⁴ MELLO, Daniel, em entrevista realizada no dia 8 de outubro de 2018, no café da Livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo

Para ele, A Craco Resiste “não edita a realidade do que acontece” no fluxo e a mídia é o “melhor instrumento de reivindicação.” Ele afirma que já “foi parte da massa”, quando julgava aqueles que estavam na Cracolândia pelo que via na televisão.

Imagina o adolescente, que está começando a construir uma ideologia política, (...) vendo isso [programas policiais da televisão]. Aí ele não aceita o que está na TV e vai para onde? Para o WhatsApp. Notícias de WhatsApp. É justo? Não é justo. Então não existem canais (eu ainda prefiro ler jornal, acho que bate mais. Eu gosto da F. de São Paulo, d'O Estado de São Paulo). (...) Hoje em dia você pode fazer o seu tipo de jornalismo. (FERREIRA, Cleiton Conceição, em entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2018, no restaurante Amarelinho, no bairro da Luz)

A comunicação e a mídia, realmente, desempenham um papel essencial na luta dos movimentos sociais em todas as épocas da sociedade.¹⁵⁵ O papel das redes de comunicação ganha uma magnitude ainda maior em coletivos e outros movimentos de luta. “Tais redes constituem uma das dimensões primárias de todos os movimentos sociais e uma dimensão de audiência vital para a mídia radical”¹⁵⁶ As audiências não mais são elementos estáticos e passivos, mas constituem uma peça central na nova noção de rede, e a esfera pública não mais é uma ágora distante e inalcançável, mas algo tangível em uma comunicação mútua entre grupos interligados por interesses semelhantes. Esses círculos organizam-se horizontalmente e disputam suas pautas verticalmente. A organização entre os diversos atores com o mesmo interesse de denunciar a remoção da Cracolândia mostra essa organização.

¹⁵⁵ DOWNING, John D. H. Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2002, p. 59.

¹⁵⁶ Idem, p.71.

4. RESULTADOS

4.1. Unidades de informação da Folha de S. Paulo

A versão impressa da Folha de S. Paulo publicou 58 unidades informativas sobre a Cracolândia ao longo das duas semanas analisadas, do dia 14 ao dia 28 de maio de 2017. Foi uma cobertura intensa, que tomou diversas páginas do jornal. Dessas unidades, 29 são opinativas: carta dos leitores, colunas de opinião, análises. Antes da remoção do dia 21, apenas três textos haviam sido publicados sobre a Cracolândia. Um editorial, uma carta do leitor que fazia referência ao editorial e, a terceira, uma matéria sobre o lançamento de um documentário que conta a história da moradora de uma pensão na Cracolândia, integrante do programa De Braços Abertos.

Data	Título e principais assuntos	Fontes no texto
17/05/2017	“Enxugar o crack” /Editorial/Opinião/Cracolândia como “chaga psicossocial”/crítica à Doria e Alckmin/Discorso da Guerra às Drogas/	-
18/05/2017	Painel do leitor/opinião/elogio ao jornal/Legalização das drogas	-
20/05/2017	“Documentário mostra vida de usuária de crack em pensão na cracolândia” /Reportagem/Cotidiano/documentário/De Braços Abertos/Recomeço/Redução de Danos	Débora Diniz
22/05/2017	“Operação na cracolândia expõe 'guerra fria' entre os tucanos Alckmin e Doria” /Reportagem/Cotidiano/Disputa de Alckmin e Doria sobre a ação/Sucesso da ação	-
	“Doria diz que 'cracolândia acabou', mas usuários de drogas persistem” /Reportagem/Cotidiano/Expansão da Cracolândia/Contradição de Doria/Uso da Violência/Perfil das pessoas da cracolândia (gênero e cor)/Mapa de onde se localizava a Cracolândia/Explicação dos programas da Cracolândia/Redução de danos e internação/Cronologia das ações policiais/Foto: Sabará e outros agentes retirando a placa do De Braços Abertos de equipamento da prefeitura	Usuário do local, não identificado/Roberta Marcondes, d'A Craco Resiste/João Doria/Geraldo Alckmin/Eduarda Lima Silva, moradora e gerente de uma pensão/secretário estadual de Saúde, David Uip/secretário municipal da Saúde, Wilson Pollara/ Morador da região central, Fábio Fortes
	“Virada Cultural foi cinza, e ausência do prefeito é sintomática” /Ilustrada/Análise/Virada Cultural/Insegurança/Mudanças na gestão Doria/Fracasso na Virada Cultural	-
	Painel/Geraldo Alckmin/Curiosidade/Remoção da Cracolândia	-

	Painel do Leitor/Crítica à Doria/Discurso de Guerra às Drogas/Expansão da Cracolândia	-
23/05/2017	“O fim que não acabou” /Editorial/Opinião/Discurso inconsistente do Doria/Atendimento ao usuário/Natureza ideológica do “De Braços Abertos”/Crítica a Doria e Alckmin	-
	Coluna da Mônica Bergamo/Denúncias da operação de 21 de maio/abuso policial	-
	Painel do leitor/Elogio à ação de um deputado estadual	-
	Coluna de opinião/Fracasso da virada/urbanismo/violência na remoção	-
	“Acolhidos da cracolândia dormem no chão em espaço da gestão Doria” /Reportagem/Crítica à gestão Doria/Acolhidos/Expansão da Cracolândia/mudança de discurso do Doria	Frequentadores do abrigo (não identificados)/presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool, Nathália Oliveira/gestão Doria
	“Não dá para pensar em acabar com o crack sem atacar pobreza e violência” /Coluna/Opinião/Disputa entre Dória e Alckmin/Inconsistência do Redenção/Enfrentamento ao Crack/Defesa da redução de danos/protagonismo do usuário/pobreza/violência	-
	“Longe do holofote, cracolândia fora do centro oferece droga a motorista” /Reportagem/Cotidiano/Crack/Fracasso da operação/Medo da Cracolândia/Ausência de equipamentos da prefeitura/Mapa das “minicracolândias”	Doria/Alckmin/Nathalia Oliveira, presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas/Neide Pitta, corretora de imóveis e moradora de uma casa ao lado
	“Prefeitura de SP põe guarda para fiscalizar entrada da cracolândia” /Reportagem/Cotidiano/Foto de uma pessoa sendo revistada/Números de presos/Número de pessoas acolhidas/Fracasso da ação	Comandante-geral da PM de SP, coronel Nivaldo Cesar Restivo/Dono de uma lanchonete no local, Nel Saad/agente de turismo Denise Santos/Wilson Pollara, secretário municipal da Saúde/secretário estadual da Saúde, David Uip/prefeitura/Arthur Pinto Filho, promotor de direitos humanos e saúde pública/Gestão Doria.
24/05/2017	Painel do leitor/elogio da ação do dia 21/críticas à demolição de prédios/especulação imobiliária/Violação de direitos	-
	Coluna da Mônica Bergamo/Inquérito sobre a remoção do dia 21/Demolição dos prédios	-
	“Doria pede autorização da Justiça para internar à força dependentes de drogas” /Reportagem/Cotidiano/Ilegalidade da internação compulsória nos moldes de Doria/Vício de	Anderson Pomini, secretário de Negócios Jurídicos/promotor Arthur Pinto Filho/David Uip, secretário de Saúde de

	minoridade dos consumidores de crack/ “Após feridos, Doria evita se expor e deixa crise com subordinados”/Reportagem/Cotidiano/Disputa entre Alckmin e Doria/Ausência de Doria em coletiva após desabamento/Hora a hora da ação na Cracolândia no dia 23 “Operação na cracolândia foi selvageria sem paralelo, diz promotor da saúde”/Entrevista/Cotidiano/Crítica à operação/Crítica aos desdobramentos da ação/Responsabilização da gestão Doria sobre a remoção	Alckmin/Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo/psiquiatra da Escola Paulista de Medicina Dartiu Xavier/Ana Cecília Marques, coordenadora do conselho consultivo da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas/Davi Quintanilha, do núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública Doria Promotor da área da saúde, Arthur Pinto Filho/prefeitura/governo do estado
25/05/2017	Painel do leitor/Crítica à ação do dia 21/Desmonte da Cracolândia/Descriminalização das drogas “Doria descumpe promessas, perde secretária, e nova cracolândia surge”/Reportagem/Cotidiano/Descumprimento de promessas/Entrega do cargo da SMDHC/Inconsistências do Doria/Promessas não realizadas de Doria/Medidas que a prefeitura está tomando/Saldo do Redenção “Nova cracolândia de São Paulo tem oferta de crack a R\$ 4 e lojas fechadas”/Reportagem/Fracasso da operação/Mapa do fluxo/Crítica às abordagens Coluna da Monica Bergamo/Nova operação da PM na Cracolândia/Violência da ação “Curumin bebe de mudanças do mundo e explora eletrônica em novo álbum”/Entrevista/Ilustrada/Cantor/Arte/Política/Crítica à ação do dia 21	- Gestão Doria Psiquiatra Mauro Aranha, presidente do Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo)/comerciante não identificado/Álvaro Vidal, comerciante/Prefeitura/Secretário de Assistência Social da gestão Doria, Filipe Sabará - Curumin, Cantor
26/05/2017	Painel do leitor/Crítica à ação do dia 21/Crítica à Doria e Alckmin/Especulação imobiliária Painel/Divergências de Alckmin e Doria/Internação compulsória Coluna da Monica Bergamo/Pedido de demissão de	- - -

	Patrícia Bezerra/Isolamento anterior da vereadora/Remoção de cobertores da população em situação de rua	
	“Governar é atirar e demolir” /Coluna de Vladimir Saflate/Opinião/Críticas a Temer/Criação de inimigos: baderneiros e drogados	-
	“Posts e vídeos de Doria nas redes sociais omitem temas espinhosos” /Reportagem/Cotidiano/redes sociais/Doria/incongruência do Doria	Gestão Doria
	“Alguma coisa precisava ser feita na cracolândia, diz pesquisadora” /Entrevista/defesa da ação na Cracolândia/crítica ao Dória e à internação compulsória na Cracolândia/Cracolândia como local de disputa ideológica	Psicóloga e professora da Unifesp Clarice Sandi Madruga
	“Antiga cracolândia agora se espalha por 23 pontos, do Minhocão à Paulista” /Reportagem/Cotidiano/Expansão da Cracolândia/Incongruência do Doria/Queda de Bezerra/Violência contra a população de rua/Ineficiência da ação/Descontentamento dos comerciantes/Infográfico da expansão da cracolândia	Cassio, em situação de rua/Valdir Andrade, dono de uma banca de jornal/Paulo Antero, 46, comerciante/ Fábio Fortes, membro do Conseg (conselho de segurança) da Santa Cecília e Campos Elíseos/Wilson Pollara, secretário municipal da Saúde
27/05/2017	Painel do leitor/Crítica à ação do dia 21/violação de direitos/Elogio à ação do dia 21	-
	Coluna/Opinião/José Simão/“Rodízio de cracolândias”/Expansão da cracolândia	-
	Empresário lamenta viciados em praça e afirma que Doria pode corrigir erros /Entrevista/Cotidiano/revitalização da praça/Erros de João Doria	Empresário Marcos Arbaitman, 78, presidente da Fundação Cultural Exército Brasileiro
	“Melhor lugar de SP para mim é aqui”, diz dono de casarão da cracolândia /Reportagem/Cotidiano/Ineficiência da ação/Foto de Flávio em frente ao casarão da família	Flávio Gomes Torres, 56, engenheiro
28/05/2017	Painel do leitor/Crítica à ação do dia 21/Crítica a Alckmin e Doria/Redução de danos	-
	“‘Semana perdida’ na cracolândia frustra novo programa de Doria” /Reportagem/Cotidiano/Questão política da Cracolândia/Disputa pela apropriação da ação por Dória e Alckmin/Guerra às Drogas/Fracasso da operação/Cronologia/Mapa de para onde foram os usuários/Retrospectiva da semana	-
	“Justiça veta remoção de usuários à força e limita opções de Doria” /Reportagem/Cotidiano/Derrubada da justiça de recolher à força os moradores de rua da cidade/Inconsistência das ações frente ao programa Redenção	Professora da Faculdade de Direito da USP Maristela Basso/secretário de Governo, Julio Semeghini

“Tempos estranhos” /Opinião/Coluna Lira Neto/ineficiência da ação/violação de direitos/crítica a Doria	-
“Tem algum familiar na cracolândia? Compartilhe sua história com a Folha” /Reportagem/Cotidiano/Reencontro/Contato com a Folha	-
“Gostaria que a reposição salarial fosse imediata, diz comandante da PM de SP” /Entrevista/Cotidiano/Direitos/Polícia Militar/Reposição salarial/Cracolândia/Apoio à ação	Coronel Nivaldo Cesar Restivo

No editorial da semana anterior à remoção, a F. de São Paulo chama a cracolândia de “chaga psicossocial no coração da metrópole” e afirma que as medidas até então tomadas de repressão não haviam sido efetivas, caracterizando-as como um “enxugamento de gelo”. No entanto, conclui que, para fazer uma intervenção efetiva no local, era preciso “enxugar o crack”.

A partir de 22 de maio, um dia depois da remoção, as reportagens, análises e opiniões sobre o megaoperação passam a ficar mais constantes no jornal. Desde esse dia é mostrada a expansão da Cracolândia e, portanto, a ineficiência da ação. A narrativa mais presente no dia 22 é a divergência entre os políticos do PSDB João Doria e Geraldo Alckmin e a falta de alinhamento entre as suas ações e discursos. Enquanto Doria, algumas horas após a remoção, afirmou que “a Cracolândia acabou”, Alckmin caracterizou a operação como um “primeiro passo”. A mudança do discurso de Doria, que passa a ser mais parecido com o de Alckmin no dia seguinte, é registrada pelo jornal. Fontes do próprio fluxo são ouvidas, procedimento que não se repete tanto assim ao longo dos próximos dias. Roberta Marcondes, d’A Craco Resiste, foi consultada na reportagem intitulada “Doria diz que 'cracolândia acabou', mas usuários de drogas persistem”. É a única matéria em que um membro do coletivo foi ouvido pelo jornal impresso no período analisado. O programa “Redenção”, de João Doria, é criticado como inconsistente e, em várias reportagens, os princípios da redução de danos são apresentados, mesmo que indiretamente. Nas colunas, em meio às críticas à remoção misturam-se críticas à Virada Cultural, a primeira feita sob gestão de Doria, que buscou descentralizar os eventos na cidade. Na capa, a remoção não foi a manchete principal. Concomitantemente à ação, o país vivia outro momento dramático na política nacional, que eram os desdobramentos da delação

dos donos da JBS, Joesley e Wesley Batista, sobre o presidente Michel Temer. No entanto, a megaoperação ganha destaque, em segundo plano:



Figura 4: Fragmento da capa da Folha de São Paulo/Folha de São Paulo

Após a demolição de prédios com pessoas dentro no dia 23, ação que feriu três moradores, a postura do jornal passa a ser ainda mais crítica, mas ainda pela visão da sociedade no entorno, e menos pela visão das pessoas do fluxo. Em colunas, o problema de violência e pobreza começa a aparecer como uma temática central da Cracolândia e a importunação de comerciantes e outros grupos da cidade com as pessoas do fluxo são exploradas. Matérias com títulos como “Longe do holofote, cracolândia fora do centro oferece droga a motorista” veicularam, não só no dia 23 como no restante da semana, o lado dos comerciantes e moradores do entorno de onde as outras “minicracolândias”, assim batizadas pelo jornal, se instalaram. Em editorial, a Folha afirma que “o que se sabe é que se retirou dali a placa do programa De Braços Abertos, de Fernando Haddad (PT), baseado no conceito de redução de danos e motivo de infundáveis refregas de natureza mais ideológica do que prática”. A matéria “Operação na cracolândia expõe 'guerra fria' entre os tucanos Alckmin e Doria” mostra Filipe Sabará, Doria e outros funcionários da prefeitura retirando a placa do De Braços Abertos, marcando o fim do programa.

Também do dia 23, a matéria “Acolhidos da cracolândia dormem no chão em espaço da gestão Doria” critica o então prefeito e revela a narrativa de que Doria não teve planejamento para executar a ação do dia 21. Em outras matérias, como em “Doria descumpre promessas, perde secretária, e nova cracolândia surge”, do dia 25, mostra-se que a prefeitura não se

articulou com as outras secretarias e nem as equipes assistenciais sobre a nova demandas que surgiriam após a megaoperação. A essa denúncia, a prefeitura respondeu que a falta de aviso prévio não foi fruto de negligência, mas da preocupação de que o planejamento da ação vazasse.

O Painel do Leitor do dia 24 destoa dos dias anteriores. É o dia posterior à demolição de imóveis com pessoas dentro na região da Cracolândia. São sete comentários, o maior número sobre o assunto da Cracolândia na semana. Neles, comentários que repudiam a violência da ação, que denunciam a especulação imobiliária que retira pessoas pobres da Luz e que criticam a gestão Doria ao lado de congratulações ao prefeito. Um, em específico, do leitor Jaime Pereira da Silva, critica Doria por ele não ter previsto que “drogados e traficantes” se espalhariam pela região, depredando-a. No mesmo dia, um promotor da área de saúde, Arthur Pinto Filho, foi entrevistado pelo jornal. Na matéria, chama a ação de “selvageria sem paralelo” o pedido de autorização para internação compulsória de dependentes químicos realizado pela prefeitura. Há um aumento do número de críticas ao então prefeito: a ilegalidade da internação compulsória nos moldes de Doria são expostos, e o abandono da coletiva de imprensa que seria feita pelo prefeito após o desabamento dos prédios também é noticiado pelo jornal.

O dia 25, marcado pelo pedido de demissão da Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania Patrícia Bezerra, do partido de Doria, é noticiado, junto com novas críticas ao prefeito: “Doria descumpre promessas, perde secretária, e nova cracolândia surge”. No entanto, a entrega do cargo da secretaria é justificado unicamente com o descontentamento da vereadora com a operação, e não com a pressão de setores da sociedade civil contra a gestão Doria. A ocupação da SMDHC por movimentos sociais, incluindo A Craco Resiste, não ganhou destaque no jornal impresso. “O modo como a operação aconteceu também levou a secretária de Direitos Humanos, Patrícia Bezerra, a entregar ao prefeito seu cargo na noite desta quarta-feira (24)”, é a forma como se noticiou a sua demissão. A remoção também aparece em uma editoria fora de Cotidiano, onde estão a maioria das matérias sobre o dia 21. Isso porque o assunto começa a transcender para outras esferas, como a de cultura. O cantor Curumim se posicionou contra a megaoperação em um show, e isso foi noticiado na matéria sobre o seu novo disco.

Novas polêmicas sobre a internação compulsória e a expansão da Cracolândia são publicadas e, novamente, críticas duras são feitas, especialmente pelos colonistas. Vladimir Saflate opina que “baderneiros” (que protestavam pela renúncia de Temer) e “drogados” foram inimigos criados para defender interesses escusos. No caso da Luz, ele denuncia claramente a “revitalização da área” e a valorização imobiliária da região, que estariam por trás da demolição de prédios com pessoas dentro. No mesmo dia, a Folha publicou uma entrevista com Clarice Sandi Madruga, psicóloga e pesquisadora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que apoiou a ação em um texto do seu perfil no Facebook. Ela aponta a Cracolândia como um local de “disputa ideológica” e afirma que “algo precisava ser feito” ali. Na entrevista, afirma que quando entrou em contato com o território, realmente achou “que a redução de danos feita ali de fato funcionava e que era um direito daquelas pessoas viverem daquela forma”.

Já no dia 27, o colonista José Simão escreveu, “o Doria Riquinho explodiu a cracolândia e os noias se espalharam pela cidade. Zumbis vagando pelas ruas”. Uma entrevista com o empresário Marcos Arbaitman, presidente da Fundação Cultural Exército Brasileiro, também mostra alguns estereótipos e preconceitos com a Cracolândia, que ocupava a Praça Princesa Isabel. Na abertura da matéria, lê-se que “a ocupação do local por usuários de drogas nesta semana é motivo de preocupação e lamentação”. A entrevista também revela o projeto das classes mais abastadas para a Cracolândia: “(...) a praça deve passar por nova reforma assim que os usuários deixarem o local — eles estão lá desde a ação policial na antiga cracolândia, a 400 metros dali. ‘Assim que todos forem internados, recebidos, cuidados’, diz o empresário Marcos Arbaitman (...)” Ele aprova a ação de Doria. Acha que o prefeito errou, mas que, ao menos, fez algo.

A opinião do dono de um casarão que ficava na Cracolândia também foi veiculada no mesmo dia. Da mesma forma, ele aprova a ação policial e afirma que o melhor lugar de São Paulo, para ele, é ali. O enfoque de seu depoimento se volta novamente para a Guerra às Drogas. O primeiro parágrafo da matéria dá enfoque ao crack: “Quando o engenheiro Flávio Gomes Torres, 56, ia com o pai nos anos 60 ao casarão da família do largo Sagrado Coração de Jesus, no centro de São Paulo, o crack ainda estava longe de ser inventado”. A expectativa, segundo o engenheiro, é que a Luz e seus casarões voltem ao “glamour” de outra época.

Em 28 de maio, último dia de análise, novas críticas ao então prefeito Doria: a Folha caracteriza a semana da remoção como “perdida” para ele, que foi criticado pela megaoperação, pela falta de coordenação com o restante de seus secretários e funcionários da prefeitura, pela divergência com o governador, do mesmo partido, pelo pedido negado pela justiça de internação compulsória e pela apropriação de uma ação que demoliu construções com pessoas dentro. O embate entre o governador e o prefeito novamente é mostrado. A última coluna de opinião, “Tempos Estranhos”, compara a remoção que ocorreu na Cracolândia com a derrubada do Cabeça de Porco, um dos maiores cortiços do Rio de Janeiro no final do século XIX. Ele atenta para o fato de que os moradores desse cortiço formaram as primeiras favelas do país pela condição de vulnerabilidade em que se encontraram após a violenta repressão.

Algumas observações gerais devem ser feitas sobre o tratamento que se dá ao território da Cracolândia: o jornal cumpre, na maior parte da cobertura, um equilíbrio de versões e um tom crítico em relação à violação de direitos que ocorreu ali. Porém, em diversos momentos, a narrativa da Polícia Civil foi comprada sem maior contestação, mesmo quando “o outro lado”, organizado politicamente por meio d’A Craco Resiste, negava as informações, o que contraria o seu manual de redação. Um dos exemplos é o das armas que foram apreendidas no local. Na matéria “Doria diz que Cracolândia acabou, mas usuários de droga persistem”, do dia 22/05/2017, a Folha noticia que

A polícia tinha prendido até a noite de domingo cerca de 50 acusados de tráfico, incluindo suspeitos de ligação com a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), filmados com armas de fogo dias antes, e outros que teriam participação na morte de um homem que tentou resgatar do “fluxo” uma viciada.

As informações de que os presos eram traficantes é negadas pela população local e por membros do coletivo A Craco Resiste.¹⁵⁷ Mesmo que se concluísse a impossibilidade de revelar se a prisão foi justa, o outro lado não teve um espaço no jornal na mesma medida em que a versão oficial do Estado foi reproduzida. A ideia de que a operação do dia 21 foi de combate ao tráfico é tomada pelo jornal sem maiores questionamentos em algumas reportagens. As colunas de opinião e entrevistas trazem maior diversidade de pontos de vista.

¹⁵⁷ SILVA, José Cícero; AMARAL, Sofia. Operação barbárie. Agência Pública, 28 mai. 2017. Disponível em: <<https://apublica.org/2017/05/operacao-barbarie/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

Por fim, o jornal refere-se às pessoas que frequentam a Cracolândia como “viciados”, mesmo sem ter provas de que todos ali estão viciados. Na matéria “Doria pede autorização da Justiça para internar à força dependentes de drogas”, do dia 24/05/2017, veicula a informação dada pelo médico Dartiu Xavier de que 75% dos usuários de crack não estão viciados. Em editorial do dia 23/05/2017, porém, afirma que “o prefeito foi vago ao explicar como se pretende lidar com as centenas de viciados agora espalhados pelas proximidades do local (...)”; no dia 25, uma matéria veicula que a megaoperação “desobstruiu três vias tomadas havia anos por viciados”. Na mesma matéria, narra que “o que se viu foram viciados espalhados pelas ruas e a formação de uma grande concentração deles na praça Princesa Isabel.”

4.2. Unidades de informação d’A Craco Resiste

Ao longo da história, os movimentos sociais foram produtores de novos valores para a sociedade. Eles são, portanto, modificadores das instituições e representam seus objetivos criando uma outra forma de organização da sociedade. As redes sociais passaram a ser, entre outras coisas, o meio desses novos movimentos sociais na era da sociedade em rede. A autonomia que se constrói na rede, que oferece a possibilidade de coordenar ações de forma desimpedida, vão ao encontro do que os movimentos sociais representam: um contrapoder que se constrói, primeiramente, mediante um processo de comunicação livre de controle.¹⁵⁸

Foram analisadas as postagens no Facebook da página d’A Craco Resiste de 14 de maio a 28 de maio. Ao todo, foram 122 publicações. Abaixo está a tabela com os principais assuntos e as mídias utilizadas para todas as postagens que tinham conteúdos do próprio coletivo. Repostagens de jornais, outras páginas ou perfis do Facebook também serão comentados porque foram importantes para o desenvolvimento da narrativa da remoção do dia 21 de maio, mas, para facilitar a compreensão, limitei-me a apresentar a tabela apenas dos conteúdos produzidos inteiramente pel’A Craco Resiste.

Data	Principais assuntos	Mídias
14/05/2017	Redução de danos/desestigmatização do usuário/guerra às drogas	Vídeo /texto
18/05/2017	Luta antimanicomial/Ato	Fotografia
19/05/2017	Luta antimanicomial/Ato/Fora Temer/Cracolândia	Vídeo

¹⁵⁸ CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, p.24.

21/05/2017	Remoção do dia 21/violência policial/invasão do fluxo	Vídeo/transmissão ao vivo
	Remoção do dia 21/violência policial/invasão do fluxo/Crítica à mídia	Vídeo/transmissão ao vivo
	Globo/Remoção do dia 21/Redução de danos/Entrevista d'A Craco Resiste à repórter/Fracasso da operação	Vídeo/transmissão ao vivo
	Remoção do dia 21/Violência policial/Direitos Humanos/Guerra às Drogas/Invasão dos hotéis/Crítica ao governador Geraldo Alckmin	Vídeo
	Remoção do dia 21/Atirador de elite/Violência policial	Fotografia
	Remoção do dia 21/Narrativa dos acontecimentos/Violência policial/Dados já apurados sobre a remoção/Invasão dos hotéis/Crítica à internação compulsória/Crítica à Dória, Alckmin e Sabará	Texto/fotografia
22/05/2017	Remoção do dia 21/Coletiva de imprensa/Governador Geraldo Alckmin/Violência policial	Vídeo
	Remoção do dia 21/Violência policial/Despejo de pessoas da região	Vídeo
	Remoção do dia 21/Violência policial/Machismo/Agressão verbal à militante do coletivo	Vídeo
23/05	Remoção do dia 21/Demolição/Violência do estado/Desalojados	Vídeo
	Remoção do dia 21/Violência do estado/Carro da GCM atropelando um militante do coletivo	Vídeo
	Cultura/Eventos culturais/Capoeira/Guerra às drogas/Remoção do dia 21/Cracolândia	Vídeo
	Chamada da sociedade para a vigília	Fotografia
24/05/2017	Evento/Grupo de Trabalho Saúde Mental e Liberdade/Fórum permanente de saúde mental e liberdade/Encarceramento/	Texto
	Remoção do dia 21/Ato/Dória e Alckmin deixam coletiva de imprensa após protesto	Vídeo
	Crítica à Dória/Direito à cidade/Especulação imobiliária/Massacre dos pobres/Agenda/Eventos culturais	Ilustração
	Remoção do dia 21/Chamada para a ocupação da SMDHC/Cracolândia	Foto
	Repasse de informações sobre ocupação da SMDHC/Chamada para a ocupação/Secretária contrária ao que ocorreu/Foto da ocupação da SMDHC	Fotografia/texto

	Repasse das reivindicações da ocupação da SMDHC	Texto
	Remoção do dia 21/Crítica da Secretária Patrícia Bezerra à remoção	Vídeo
25/05/2017	Remoção do dia 21/Saída de Patrícia Saída de Patrícia Bezerra/Nota/Crítica à Dória/Itaú/Porto Seguro/Especulação Imobiliária/Febrach/Crítica ao PSDB	Texto
	Remoção do dia 21/Luta antimanicomial/Internação compulsória/Direitos Humanos/	Texto
	Evento/Ato contra ações higienistas/Especulação imobiliária/Guerra às Drogas/Redução de danos/Direitos Humanos/Criminalização da pobreza	Ilustração/texto
26/05/2017	Concentração do ato dos frequentadores, moradores e comerciantes da região da Luz/Cracolândia/Higienismo social/Família na cracolândia	Texto/vídeo
	Família na cracolândia/Ato/Especulação imobiliária	Texto/fotografia
	Ato/Crítica à Dória	Texto/vídeo
	Ato	Texto/vídeo
	Ato/Caminhada	Vídeo/transmissão ao vivo
	Ato/Caminhada	Vídeo/transmissão ao vivo
	Ato/Caminhada/Samba/ocupação do prédio da SMDHC	Vídeo
	Ato/Caminhada/Crítica ao Dória/Ocupação da SMDHC	Vídeo/texto
27/05/2017	Morador da Cracolândia/Crítica ao Dória/Guerra às Drogas/Lixo humano/nazismo/Legalização das drogas	Vídeo/texto
	Evento/Violência/Cracolândia/Evento cultural	Texto/fotografia
	Crítica ao Dória/Samba/Especulação imobiliária/Cracolândia/Remoção do dia 21/Violência policial/Evento cultural/Desestigmatização da população da Cracolândia/Família na Cracolândia	Vídeo/texto
	Saldo da ocupação da SMDHC/Crítica ao Dória/Luta/Vitória/Renúncia da Patrícia Bezerra/Reunião aberta/Violência/Encarceramento em massa/Redução de danos/Internação compulsória	Texto
28/05/2017	Ato cultural/Ronda de bike/Evento/Convite/Direito à cidade	Texto/foto
	Denúncia/Remoção/Violência policial/Medo/Desestigmatização da população da cracolândia/Família na Cracolândia/Remoção do dia 21	Texto/vídeo
	Racismo/Encarceramento em massa/Desestigmatização	Texto/vídeo

	da população da Cracolândia/Esclarecimento	
	Denúncia/Violência policial/Doação/Crítica ao Dória	Texto

Antes de começar a análise da narrativa, é importante pontuar características da linha editorial d'A Craco Resiste no Facebook. Em relação ao estilo, é possível perceber que não há uma padronização da linguagem. Em algumas postagens, há o uso de palavras sem a marcação do gênero (uso do caractere “@”, como *filh@s*, *el@s*), em outras, não. Não há adequação a uma linguagem formal: abreviações típicas do ambiente online, como *q* no lugar de *que* foram encontradas nas postagens, além de gírias e expressões da linguagem oral como “aí sim”. Não foi possível observar nenhuma uniformização do horário ou da frequência dos posts, dando a entender que, na época, eles eram feitos de forma orgânica e por mais de uma pessoa. Conversando com membros do coletivo, percebe-se que não houve um planejamento de comunicação rígido, apenas um consenso sobre qual seria a utilidade da página.

Um dos objetivos dessa página é justamente expor o que mais de um militante do coletivo chamou de “contranarrativa”. Em um vídeo compartilhado pela página no dia 31 de janeiro de 2017, Roberta Costa, integrante do movimento, afirma, em um evento intitulado: “Crack: reduzir danos” que

(...) [o coletivo] já conseguiu (...) chamar a imprensa alternativa e fazer a nossa própria produção de imagens (...). Um vídeo que aparece na Globo que tem um monte de criança correndo (...) foi o Dani [Daniel Mello, jornalista e integrante d'A Craco Resiste] que fez com o celular dele, ali, na hora. E a gente conseguiu de alguma forma mostrar outras versões, né? Geralmente só fica uma grande versão, e a gente está ali tentando fazer essa disputa. (COSTA, 2017)

A “grande versão” e a possibilidade de dar um suposto outro lado sobre a Cracolândia é uma narrativa constante na página do Facebook do coletivo. Nesse trecho, Costa mostra duas características d'A Craco Resiste que estão descritas por Downing sobre as mídias radicais: o enfrentamento vertical contra uma narrativa e a rede de apoio horizontal com outras mídias radicais, que em sua fala ela chama de “imprensa alternativa”¹⁵⁹. O Observatório do Povo da Rua é a organização da qual o coletivo mais compartilhou postagens no período analisado.

¹⁵⁹ DOWNING, John D. H. Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2002

Foram 16 *posts*. A Mídia Ninja e a página da deputada Sâmia Bonfim (Psol) também tiveram postagem compartilhadas pel'A Craco Resiste. Foram três vezes cada uma das páginas. Além das organizações que A Craco Resiste apoia, há também a valorização de outras formas de mídia radical. Após a megaoperação do dia 21, a página compartilhou uma postagem do observatório de uma pichação na qual se lia: “a cracolândia anda. Não adianta maquiar.”

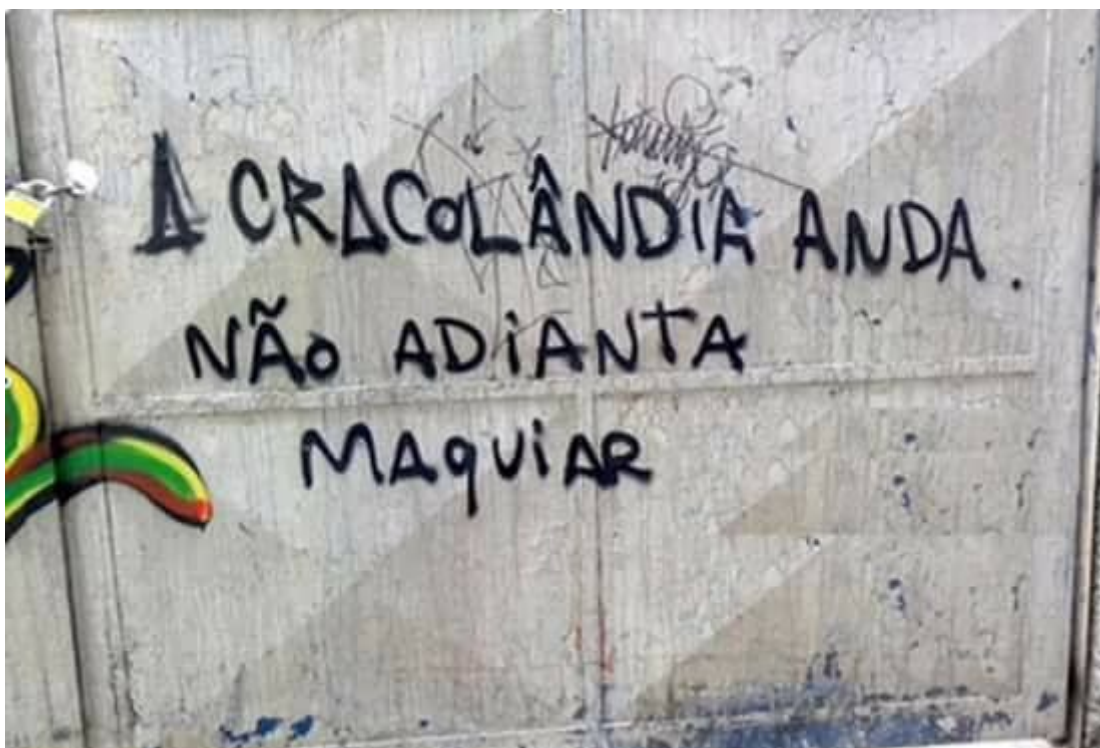


Figura 5: A Cracolândia anda. Não adianta maquiar/Observatório do Povo da Rua e A Craco Resiste

Até o dia 21, quando ocorre a megaoperação na Cracolândia, as produções próprias do coletivo eram reduzidas. Em uma semana, os integrantes do movimento haviam feito apenas três delas: dois vídeos e uma fotografia acompanhada de texto. Mas o teor das produções já mostra as causas que o coletivo defende: a desestigmatização do usuário de drogas, a guerra às drogas e a defesa de uma política de redução de danos. No dia 14 de maio, Raphael Escobar, membro do coletivo, protagoniza um vídeo em que explica um pouco do que é A Craco Resiste e sua visão da Guerra às Drogas. No vídeo, afirma: “o cara que está aqui é só a ponta da estrutura, que é muito maior. O tráfico não está aqui, está bem longe. O tráfico está no helicóptero que chega com não sei quantos quilos de pasta base e ninguém vai preso”. Mesmo antes da remoção, o coletivo já refutava a ideia de que o “grande tráfico” estaria ali.

Em razão do Dia da Luta Antimanicomial, divulga-se o evento de um ato na Avenida Paulista e um vídeo sobre a caminhada, na qual o coletivo compareceu. Os membros veem ligação do tema com a Cracolândia. Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, em pesquisa de 2015 sobre o perfil da população de rua de São Paulo (e última realizada pelo instituto), 29% das pessoas em situação de rua haviam declarado sofrer de depressão e, 30%, de “doença dos nervos”, sendo os agravos de saúde mais citados, antes mesmo de problemas bucais¹⁶⁰. A saúde mental é, portanto, um tema central para esse grupo. A atuação dos manicômios, mostrada pela página do Facebook do coletivo em um vídeo que conta a história do Hospital Colônia de Barbacena, também indica a noção, para os membros d’A Craco Resiste, do teor classista, racista e machista encontrado nas internações, o que se liga diretamente à Cracolândia [“O hospital era destinado para a contenção dos indesejáveis, com função de higienização e sanitarismo da localidade, ou seja, sob as bases da teoria eugênica (...)”¹⁶¹].

Antes da remoção do dia 21, o grupo já havia dado indícios de que uma operação violenta estava por vir. Eles fizeram um dossiê sobre as ações que a gestão Dória-Alckmin havia promovido no território e outros meios de comunicação alternativos noticiaram. No dia 17 de maio houve uma repostagem na página da então vereadora Sâmia Bonfim, que havia feito referência ao dossiê; e, no dia 14, outra da Mídia Ninja, que fez uma matéria sobre a publicação do coletivo.

A partir do dia 21, então, a produção própria do coletivo tem um crescimento exponencial. De três produções na semana do dia 14, ele passa a ter 39 na semana seguinte. O uso de vídeos e transmissões ao vivo cresce e, desde o primeiro momento, é possível observar algumas características na narrativa que o coletivo traça: a ênfase na violência policial, a reivindicação dos Direitos Humanos para aquela população, a ineficiência da operação, as críticas a Alckmin, Dória e Filipe Sabará, secretário de assistência social de São Paulo, e à “mídia

¹⁶⁰ FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0005.pdf>, p.33. Acesso em: 4 nov. 2018.

¹⁶¹ BRANCO, Thayara Castelo. O Holocausto manicomial: trechos da história do maior hospício do Brasil! Justificando. Disponível em:

<<http://www.justificando.com/2015/03/05/o-holocausto-manicomial-trechos-da-historia-do-maior-hospicio-do-brasil/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

hegemônica”. Os posts reuniam alguns dados que já tinham sido noticiados pelos principais veículos de informação e tinham forte carga opinativa. Em uma das transmissões ao vivo, um narrador não identificado, que filmava, afirma: “a invasão do fluxo está acontecendo agora. Muita polícia, bomba, atirador de elite, a imprensa toda, o espetáculo.” A última produção do dia tem dados sobre a remoção e críticas à ação:

Os detidos, via de regra, tinham características muito distintas da imagem do "traficante" constituídos como inimigo nacional. Em meio a crise nacional não poderíamos deixar de lembrar que, para essa operação, que agiu de forma absolutamente ineficiente para o cuidado, é ineficiente até para seus parâmetros, afinal mobilizaram centenas de homens, com muito recurso público, para apreender menos cocaína do que tinha em um único helicóptero de um dos astros da nossa conjuntura bizarra. Os verdadeiros inimigos nacionais (...) não estão aqui. (A CRACO RESISTE, 2017)

No dia da ação, eles pautam outras mídias com entrevistas (são registradas entrevistas para a Agência Pública, a Globo e a Folha de S. Paulo) e, em um dos vídeos, o militante Raphael Escobar já adianta uma narrativa que também foi veiculada na Folha de S. Paulo e em outros veículos tradicionais: a de que a Cracolândia apenas mudou de lugar, que a operação não foi eficiente sequer para um projeto neoliberal de cidade para expulsar aquele grupo e construir um bairro voltado para classes médias e altas. Nos vídeos já se denuncia a invasão de hotéis da prefeitura e casas da região.

Os dias 22 e 23 são de desdobramentos diretos da ação do dia 21, pelas produções d’A Craco Resiste. Novas denúncias de violência policial são feitas, principalmente em vídeo: o primeiro de um policial chamando uma militante de “louca”, o que foi caracterizado como uma ação machista pelo coletivo, e outro de um carro da Guarda Civil Metropolitana, que atropela um membro da organização. Nesse período outras ações do coletivo ficam vinculadas à megaoperação. Em um vídeo de uma roda de capoeira que ocorria perto do fluxo, evento cultural promovido pelo coletivo, a megaoperação foi citada: “enquanto o governo está preocupado em reprimir, em violentar (...). A gente resiste. (...) enquanto eles estão lá, jogando bomba, a gente tá aqui, dando aula de capoeira, o grupo de capoeira saci, que surgiu da resistência d’A Craco Resiste.”¹⁶² Em um post de chamada para uma vigília, outra ação

¹⁶² COSTA, Roberta. Robertinha representando A Craco Resiste no debate Crack: Reduzir Danos. 2017. Disponível em:

recorrente do coletivo, ela é chamada de “vigília urgente”, e são cobradas respostas de Doria: “vamos somar ao ato dos moradores da região, que caminharão pela Cracolândia, pedindo visibilidade, respostas e a atenção do Sr. Doria”.

No dia 24 houve uma coletiva de imprensa na Luz e o anúncio de que seriam construídos prédios no bairro, onde estava a Cracolândia antes do dia 21. Estavam Dória, Aleckmin e jornalistas. Em uma transmissão ao vivo do perfil de Leonardo Akio compartilhada pela página d’A Craco Resiste, militantes e pessoas da Cracolândia e da Luz protestam contra o que chamavam de “especulação imobiliária” “massacre de pobres” e “autoritarismo”. No mesmo dia, o coletivo produziu uma ilustração chamando para os eventos culturais do dia 22 e anunciou que iria ocupar a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). A página foi usada para repassar as reivindicações da ocupação e para divulgar um vídeo em que Patrícia Bezerra, também do PSDB, repudia a megaoperação. Neste dia, 24, e no próximo, 25, há uma virada da narrativa, com mais ênfase à especulação imobiliária e ao registro dos interesses das empresas Porto Seguro e Febrach no local. O direito à cidade entra no discurso d’A Craco Resiste de forma mais incisiva e direta, e os seguidores da página são chamados para mais um ato em defesa da Cracolândia. Ainda no dia 24, repostam uma publicação de Aldo Zaiden da denúncia de uma moradora da Luz: “bombeiros teriam removido hoje cadáver de usuário preso desde domingo, quando fecharam com tijolos os imóveis”.

O dia 26, bem como o dia 21, é central para o coletivo. Encabeçado por ele, um ato sai da Cracolândia até a SMDHC. No ato, um dos pontos mais abordados, que ainda não havia sido explorado de forma tão intensa até então, é a resignificação da população da Cracolândia. Nos vídeos, cantos como “na Cracolândia também tem família” e diversos *takes* da faixa que o coletivo produziu, com os mesmos dizeres, mostram isso. O ato também é transmitido ao vivo pela página do Facebook. Intervenções culturais com cantores também lembram um dos objetivos d’A Craco Resiste, que é ocupar culturalmente a Cracolândia.



Figura 6: A vida não se especula/A Craco Resiste

As postagens dos dias 27 e 28 também acabaram sendo desdobramentos de um evento maior, que foi o ato do dia 26. O vídeo editado da caminhada, publicado no dia 27, trata especialmente da especulação imobiliária que ocorre na Luz, de críticas a Doria (gritos como “ô Doria, você é fascista, a Cracolândia não se cura com polícia” estiveram no vídeo) e da desestigmatização da população da Cracolândia. Uma jovem mulher não identificada, no vídeo, afirma que “a gente é gente, a gente tem pai, tem mãe. A gente está aqui e a nossa família está lá, chorando (...), querendo saber: ‘será que o meu filho está vivo, será que o meu filho está morto?’ Ninguém vê isso. Tem gente inocente lá dentro. Usuário de crack também é gente”.

A tentativa de mostrar a humanidade das pessoas é um dos maiores marcos do vídeo do protesto. Imagens de crianças brincando e o apontamento de que existem famílias na Cracolândia são usos de imagens mentais de afeto e retidão que usualmente não compõem outras coberturas sobre a Cracolândia. Os atos culturais seguem acontecendo e, no dia 28, uma publicação aborda temas como racismo e encarceramento em massa. Um militante negro d’A Craco Resiste, que não faz parte do fluxo, foi confundido com um usuário de drogas do território pelos seguidores da página. Ele aponta o racismo dessa percepção. Em texto que acompanha o vídeo, lê-se que

(...) o consumo abusivo de crack nos espaços como a Cracolândia da Luz, em São Paulo, tende a estar relacionado a um processo de continua violação de direitos, como o racismo estrutural. Mais de dois terços do fluxo, 70% segundo levantamento da prefeitura, são egressos de um dos mais brutais mecanismos da nossa sociedade, o sistema penitenciário. Foram

encarcerados por razões diversas, mas sempre tendo em mente que 40% das pessoas que vão parar nas masmorras brasileiras chegam através da acusação de tráfico de drogas. (A CRACO RESISTE, 2017)

A página no Facebook d'A Craco Resiste, durante as duas semanas analisadas, foi um veículo de disseminação de informações sobre redução de danos, pessoas em situação de rua, questão da moradia no Brasil e em São Paulo e sobre a cracolândia. Muito embora os integrantes do coletivo defendam que o maior problema da cracolândia não é o crack, e sim a pobreza, a falta de oportunidades, a violência, o coletivo tenta dismantellar a narrativa de guerra às drogas que o Estado utiliza para invadir o território.

4.3. Comparações

Uma das mais claras diferenças nas narrativas traçadas pelas duas organizações diz respeito à própria natureza de um coletivo e de um jornal. A Folha de S. Paulo tem uma conduta definida a ser seguida pelos seus repórteres e uma estrutura para tornar a sua linguagem mais padronizada, mas isso não é uma preocupação d'A Craco Resiste. A Folha de S. Paulo, por ter um maior compromisso com a pluralidade e com o “o outro lado”, mostra mais opiniões diferentes em seus textos e transmite a objetividade típica do jornalismo. A Craco Resiste não tem a intenção de mostrar opiniões diferentes daquelas que estão dentro do espectro que defende. Trata-se de um coletivo pró-direitos humanos e antiproibicionista que atua na região da Cracolândia contra a violência policial e pela implantação de uma política de redução de danos centrada nas necessidades e desejos dos usuários.

Essa característica do jornalismo reflete no número de compartilhamentos de reportagens das mídias comerciais pela página d'A Craco Resiste: são cinco repostagens do G1 e quatro da Folha de S. Paulo. O coletivo faz uso de reportagens jornalísticas para defender as suas causas, o que atesta a importância do jornalismo tradicional para o coletivo.

Outra diferença que pode ser observada é que, apesar d'A Craco Resiste carregar um nome que faça referência à uma droga e tenha como símbolo um cachimbo, ela não reduz o território ao crack. Muito mais é dito sobre a exclusão pela pobreza n'A Craco Resiste do que na Folha de S. Paulo. Por classificar as pessoas que estão ali como viciadas, a Folha escolhe focar apenas na questão de saúde. No entanto, o jornal apresenta outras saídas e soluções para os problemas do local em seus artigos de opinião e textos.

Desde o dia 22, a Folha de S. Paulo elaborou uma narrativa mais pautada pela política formal, que influencia e pode mudar o cotidiano de grande parte da população da cidade e do estado, além da própria Cracolândia. O que estava em jogo no PSDB, partido de Doria e Alckmin, e as divergências dos dois políticos foram exploradas em reportagens e no editorial do dia 23 de maio. A política realizada por movimentos sociais de base, como A Craco Resiste, recebeu menos atenção no jornal impresso. O coletivo foi fonte uma única vez, apesar de ter feito um dossiê das ações policiais no território no mesmo mês em que ocorreu a megaoperação e conviver com a população do fluxo pelo menos semanalmente.

No ato do dia 26, pode-se observar que a relação do coletivo com a cracolândia e o fluxo é afetuosa, diferentemente do jornal, que evita a editorialização nas reportagens. Os presentes na caminhada até a SMDHC empunhavam cartazes e faixas em que se reivindicava a narrativa de que existem famílias na cracolândia, justamente para afastar daquela população alguns estigmas. O fato de disputarem o local por meio da cultura e da arte também faz com que o coletivo divulgue mais eventos do gênero no território, o que não ocorre com a versão impressa da Folha de S. Paulo. Em relação ao ato, ele não foi noticiado pelo jornal impresso. A ocupação da SMDHC é apenas citada. No dia 25, quando a secretária Patrícia Bezerra pede demissão, A Craco Resiste imediatamente associa o fato à pressão dos movimentos sociais em reuniões e na ocupação. A Folha de S. Paulo não faz essa ligação e relembra que a secretária já estava isolada na gestão Doria.

No dia 24 de maio A Craco Resiste veicula que há a suspeita de que um corpo havia sido encontrado em uma das construções que foram seladas pela prefeitura. Por não ter um compromisso de apuração, e mais com a divulgação rápida do que está acontecendo no território, o relato não foi levado em frente. Mas pode-se observar que A Craco Resiste leva mais em conta o relato dos moradores, seja por uma questão de proximidade ou por uma escolha política do coletivo. A cobertura da Folha de S. Paulo foi mais parecida com a narrativa oficial da Polícia Militar e do Estado do que com a do coletivo, que refutou a ideia de que aquela era uma operação contra o tráfico de drogas e que todos os que foram presos no dia 21 e nos dias posteriores eram traficantes. A quantidade de droga e armas encontrada não é questionada pela Folha de S. Paulo, nem é levantada a hipótese de que os que foram presos como traficantes poderiam ser usuários. Essa suposição é divulgada pelo A Craco Resiste em entrevistas para outros veículos.

Tanto na Folha quanto no coletivo, a narrativa crítica em relação a Doria e Alckmin foi elaborada. No jornal, a desarticulação entre os dois foi noticiada desde o dia 22, primeiro dia de cobertura, e n'A Craco Resiste esse tema mal foi mencionado a não ser em repostagens da própria Folha de S. Paulo sobre a remoção.

A partir do dia 25, o coletivo dá especial ênfase à especulação imobiliária que ocorre na região e ao interesse das construtoras em uma operação como a do dia 21. A Folha de S. Paulo faz entrevistas com empresários, um importante registro histórico, e dá ao leitor a narrativa daqueles que se sentem saudosos em relação à antiga Luz, ao incômodo dos moradores de bairros que abrigaram as novas “cracolândias” quando ela foi expandida.

Porém, o mesmo espaço não é dado a nenhum integrante do fluxo. O que mais ganha destaque é um homem em situação de rua que foi achado pela sua mãe com a ajuda do jornal. Paulo Henrique Oliveira tem a trajetória com o crack que é muito noticiada: a de uma pessoa que tinha uma vida normal e que, com o vício, começa a perder os bens materiais, os amigos, a família.

Por fim, a abordagem d'A Craco Resiste é mais enviesada, apesar de tratar de temas que não são falados no jornal, como luta antimanicomial, encarceramento em massa, genocídio da população negra, o que ajuda a informar o leitor sobre o que está em jogo historicamente no fluxo e na Luz. A cobertura da Folha de S. Paulo faz registros das opiniões de importantes atores políticos da região, da cidade e do estado, pautando e embasando coletivos e movimentos das mais diversas ideologias, inclusive a Craco Resiste. Mostra de forma mais equilibrada os diferentes pontos de vista na conjuntura apresentada, mas acaba cedendo menos espaço para a população da Cracolândia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Craco Resiste pautou a sua cobertura da Cracolândia na defesa integral dos direitos daquela população e nos temas que, segundo o coletivo, conversam com a realidade do fluxo: a luta antimanicomial, o desencarceramento, a redução de danos, a legalização das drogas e a desestigmatização do território. A sua narrativa foi a de que a ação do dia 21 de maio não poderia ter acontecido sob nenhum pretexto. Em sua página no Facebook, a percepção passada pelo coletivo é a de que a resistência a ataques como aquele seria feita por meio da cultura, do afeto e da militância.

A criação d'A Craco Resiste ocorreu em um momento de questionamento das mídias sociais. Ela se deu logo após as eleições em que Donald Trump (conhecido por pronunciamentos preconceituosos) ganhou a disputa pela eleição à presidência nos Estados Unidos — contrariando as pesquisas de intenção de voto —, com uma campanha que fez um uso intensivo das redes sociais e da internet. Não cabe, hoje, uma análise das redes sociais tão otimista quanto se fazia há cinco anos, quando ainda observávamos os resultados da Primavera Árabe, das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, do Occupy Wall Street. Mas o uso que o coletivo faz das redes mostra que não é possível ter uma visão única e fechada sobre o tema. As redes sociais podem ser um espaço de extensão e ampliação das comunidades que apoiam novas visões da sociedade.

O esfacelamento da confiança no Estado e a deslegitimação dos seus pilares, como a política formal, tiraram figuras reacionárias do isolamento e foram absorvidas por setores de extrema-direita em diversos países ao redor do mundo. No entanto, um sopro progressista e construtivo é consequência do mesmo fenômeno de rejeição às instituições tradicionais. Ele se apresenta com o surgimento de coletivos horizontais articulados em torno de pautas bastante singulares, no qual A Craco Resiste se encaixa. São movimentos que têm no seu horizonte a crítica a um Estado que pratica o genocídio de populações acêntricas e que tem se mostrado autoritário. As contradições da sociedade são mostradas por meio de um universo bem particular — no caso d'A Craco Resiste, por meio da Cracolândia e da Guerra às Drogas.

A Craco Resiste é uma mídia radical porque apresenta uma nova possibilidade de sociedade. Há um entendimento dos integrantes do coletivo de que a financeirização da moradia nos moldes neoliberais instituídos após 1970 é um entrave à própria cidadania. No início do

século XX, uma muralha artificial impedia que os camponeses entrassem nas cidades e alcançassem seus direitos. Hoje, a favelização das cidades, a expulsão dos pobres para periferias cada vez mais distantes e a repressão àqueles que permanecem no centro é a forma de impossibilitar grandes grupos sociais de acessar plenamente seus direitos. O mesmo a respeito das drogas e do encarceramento: não há a menor intenção do coletivo de neutralizar mais de 700 mil presos no Brasil ou de aceitar que a imagem do usuário de crack continue sendo a de um indivíduo descontrolado, potencialmente perigoso e desumanizado.

A Folha de S. Paulo, voltada para um público menos específico, trouxe pontos de vista de outros setores da sociedade. Mas é possível notar uma falta de equilíbrio nas visões e nas construções dos personagens de suas matérias, algo em que a narrativa d'A Craco Resiste pode contribuir. No dia 28, a entrevista com o engenheiro Flavio Gomes Torres, dono de um casarão na Luz onde ficava a cracolândia antes da remoção, mostra a figura de um homem em diversas esferas: apesar de ter cerca de 3300 caracteres, a reportagem resgata os seus antepassados, seu pai, os valores da sua família. A única unidade informativa em que uma pessoa do fluxo tem tamanho destaque, em uma matéria de pouco mais de 6200 caracteres, é sobre Paulo Henrique de Oliveira. Ele é reduzido, no entanto, ao seu vício em crack e a uma história há muito explorada pela mídia quando o assunto é cracolândia: a de uma pessoa que tinha uma vida estável e segura e que, ao começar a usar a droga, viu tudo desmoronar.

Com esse exemplo, por mais que em seus editoriais a Folha não apoie ações repressivas, ela pode contribuir para a continuação da Guerra às Drogas que, em diversas esferas e áreas do conhecimento, é questionável. A própria contextualização da escalada da violência nos meses de janeiro a maio, que desembocou na remoção do dia 21, é pouco comentada pelo jornal. A Craco Resiste elaborou um dossiê sobre o assunto, compartilhado por mídias menores e alternativas.

O uso de termos como “viciados”, “drogados”, para a população da cracolândia e “feira livre de drogas”, para o território, reduzem os frequentadores do fluxo à droga e contribui, em última instância, para a manutenção do local. São inúmeras as evidências de que começar “atacando o crack” pode ser um erro estratégico e colabora para a permanência daquela população na miséria. Por isso, é importante que mesmo os grandes jornais se atentem aos movimentos de base. A Craco Resiste já havia dado pistas de que a dispersão da Cracolândia e a volta dela para o ponto inicial poderia ocorrer mesmo antes da remoção acontecer, porque

entende aquele conjunto de pessoas como um território itinerante, uma comunidade que tem manifestações ricas, laços afetivos, modos de viver e regras.

A Folha de S. Paulo apresenta um importante posicionamento contrário a repressões violentas em editoriais, o esperado de um jornal que apoia os direitos humanos. Mas cria uma narrativa de reforço à Guerra às Drogas e deixa de prestar um serviço de atualização nos termos da reportagem com base em pesquisas científicas sobre drogadição e vício e sobre as violações que a criminalização das drogas pode impor, de acordo com diversos estudos, a populações marginalizadas.

As informações levantadas pelo jornal são importantes para o cenário da comunicação e do debate público sobre o que ocorre na Cracolândia. O compartilhamento por parte do próprio coletivo de reportagens da Folha atesta isso. O jornal cumpre um papel social de trazer complexidade ao tema, atentar-se aos interesses dos atores políticos envolvidos na remoção e registrar posicionamentos de empresários e outros envolvidos no tema.

Por fim, a mais importante diferença entre as duas coberturas é o nível de tolerância com o acontecido no dia 21. A crítica à operação torna-se mais agressiva na Folha apenas após a destruição de prédios com pessoas dentro, o que poderia ter sido evitado se a opinião pública tivesse se mobilizado antes, com o aumento da violência no território ou, mais tarde, na remoção de maio.

O passado escravocrata do Brasil, que até hoje reverbera nas relações sociais do país, transmutou-se na demonização da figura do traficante, que hoje representa o crime que mais prende no país e lota os presídios de jovens negros. As mídias comerciais tem o poder de mudar o cenário de naturalização dessa ideia. Os destaques das unidades informativas, como pode ser visto na capa do dia 22 da Folha de S. Paulo e na matéria com Paulo Henrique de Oliveira, usualmente reverberam as vozes do fluxo nos momentos de redenção — nome do programa de Doria para o território — ou de criminalização.

A hipótese de que o entendimento da narrativa do coletivo A Craco Resiste poderia contribuir para uma cobertura mais plural de mídias comerciais se confirma: colocar os moradores do entorno da cracolândia e as pessoas em situação de rua como atores políticos humanizados e detentores das suas narrativas contribuiria para o desenvolvimento de um projeto político e social inclusivo na Luz com a formação de uma opinião pública mais humanizada. A quebra

da visão universal e o resgate dos saberes de grupos marginalizados solidifica o jornalismo como uma forma de conhecimento essencial para o entendimento do mundo atual.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CRACO RESISTE. **Agressões e violações na cracolândia.** Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BwI3ov41jnJ6Y2xQenhJZWpheEU/view>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa.** São Paulo: Boitempo, 2017.

ARCANJO, Daniela. **Mulheres invisíveis: as presas no Brasil por tráfico de drogas.** Calle 2, 29 mar. 2017. Disponível em: <<https://calle2.com/mulheres-invisiveis-as-presas-no-brasil-por-trafico-de-drogas/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

ARCANJO, Daniela; MORAES, Ana Carolina. **Rua, substantivo feminino. Marias das Ruas.** Disponível em: <<https://www.mariasdasruas.com.br>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

BARROS, Juliano Carlos. **A boca do lixo ainda respira.** Repórter Brasil, 15 jun. 2004. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2004/06/a-boca-do-lixo-ainda-respira/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

BOAS, Bruno Villas; CONCEIÇÃO, Ana. **Déficit de moradias no país já chega a 77 milhões.** Valor Econômico, 3 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5498629/deficit-de-moradias-no-pais-ja-chega-77-milhoes>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

BOCCHINI, Bruno. **Número de usuários na cracolândia cresce 160% no último ano, mostra pesquisa.** 6 jun. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/quantidade-de-usuarios-na-cracolandia-cresce-160-no-ultimo-ano-mostra-pesquisa>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018, p. 19.

BRANCO, Thayara Castelo. **O Holocausto manicomial: trechos da história do maior hospício do Brasil!** Justificando. Disponível em:

<<http://www.justificando.com/2015/03/05/o-holocausto-manicomial-trechos-da-historia-do-maior-hospicio-do-brasil/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

BRASIL. **Constituição 1988**. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em: 4 nov. 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: Uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CIRCULAÇÃO E AUDIÊNCIA. Folha de São paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml?fill=5>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

COSTA, Caio Túlio. **Modernidade líquida, comunicação concentrada**. Revista USP, São Paulo, n.66, p. 178-197, junho/agosto 2005.

COSTA, Roberta Marcondes. **Mil fitas na Cracolândia: amanhã é domingo e A Craco Resiste**. 2017. Dissertação de mestrado - Programa de pós-graduação Culturas e Identidades Brasileiras, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017, 286 f.

DADOS DO MERCADO. O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://publicidade.estadao.com.br/estadao/estadao-dados-de-mercado/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. 1. ed. Boitempo: 2006.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

UNODC. **Drogas: marco legal**. Disponível em: <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

FARIA, Tales. **Ministro da Defesa confirma internacionalização do PCC e do Comando Vermelho**. Poder360, 11 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/ministro-da-defesa-admite-internacionalizacao-do-pcc-e-do-comando-vermelho/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Alternativas Metodológicas para a produção científica**. 1. ed. São Paulo: CELACC-ECA/USP: 2006.

FILGUEIRAS, Mirela Araújo. **Como os jornais e as redes sociais atuaram na retomada do poder pela direita**. Observatório da imprensa, 24 abr. 2018. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/como-os-jornais-e-as-redes-sociais-atuaram-na-retomada-do-poder-pela-direita/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRÚGOLI, Heitor; SPAGGIARI, Enrico. **Da cracolândia aos nórios: percursos etnográficos no bairro da Luz**. 2010. Ponto Urbe, São Paulo. v. 6, 2010. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1870>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo**. São Paulo, 2015. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0005.pdf>. Acesso em 20 jul. 2018.

GATTI, Simone Ferreira. **Entre a permanência e o deslocamento: ZEIS como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais. O caso da ZEIS 3 C016 (Sé) inserida no perímetro do projeto Nova Luz**. 2015. 345 f. Tese (doutorado em

Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987

GRAGNANI, Juliana. **Programa de Doria enterra de vez políticas de Haddad na cracolândia**. Folha de São Paulo, 26 jun. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1896127-programa-de-doria-enterra-de-vez-politicas-de-haddad-na-cracolandia.shtml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

HART, Carl. **Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas**. Tradução de Clóvis Marques. ed. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Brasil em síntese**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>>. Acesso em 20 julho 2018.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência**. CERQUEIRA, Daniel (coord). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

INTERVOZES. **Direito à comunicação no Brasil 2016**. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/arquivos/interliv010dac2016.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

KUCINSK, Bernardo ... [et al.] **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica da reportagem, entrevista e pesquisa jornalística**. Disponível em: <<http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>>, p. 8. Acesso em: 4 nov. 2018.

LEITE, Flávio. **‘A cidade é um lixo vivo, parece um filme escabroso’, diz Doria**. Estadão, 5 dez. 2016. Disponível em:

<<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,a-cidade-e-um-lixo-vivo-parece-um-filme-es-cabroso-diz-doria,10000092704>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

LIBÓRIO, Bárbara. **Como estão as 10 promessas feitas por Doria ao assumir a prefeitura?** UOL, 22 dez. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2017/12/22/como-estao-10-promessas-feitas-por-doria-ao-assumir-a-prefeitura-de-sp.htm>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

LISBOA, Vinícius. **Mesmo com maior participação, negros ainda são 17,4% no grupo dos mais ricos.** Agência Brasil, 4 dez. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/negros-aumentam-participacao-entre-os-1-mais-ricos-no-brasil>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação.** 8ª Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Proposta de um modelo metodológico para o ensino da pesquisa em comunicação.** In: Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas. MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (orgs). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MAIS DE 900 MILHÕES DE PESSOAS VIVEM EM FAVELAS, DIZ RELATÓRIO DA ONU. O Globo, 19 out. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/mais-de-900-milhoes-de-pessoas-vivem-em-favelas-diz-relatorio-da-onu-20313751>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

MARICATO, Ermínia ... [et al.]. **Cidades Rebeldes**, 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível.** 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1986

MELLO, Daniel. **PM faz em média uma ação por semana com bombas de gás na cracolândia.** Ponte Jornalismo, 16 jan. 2018. Disponível em: <<https://ponte.org/pm-faz-em-media-uma-acao-por-semana-com-bombas-de-gas-na-cracolandia/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

MENA, Fernanda. **Narcofobia: proibição às drogas e geração de abusos contra os direitos humanos.** Folha de São Paulo, 10 out. 2010. Disponível em <<https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2010/10/812233-narcofobia---proibicao-as-drogas-e-geracao-de-abusos-contra-os-direitos-humanos.shtml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Levantamento Nacional de informações penitenciárias: Infopen.** Brasília, 2017. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em 20 jul. 2018.

MORTE DE SOCORRISTA NA CRACOLÂNDIA COMPLETA UMA SEMANA E NENHUM SUSPEITO FOI PRESO. G1, 13 mai. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/morte-de-socorrista-na-cracolandia-completa-uma-semana-e-nenhum-suspeito-foi-preso.ghtml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Texto para discussão: estimativa da população em situação de rua no Brasil.** Ipea, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

PESQUISA PIONEIRA REVELA PERFIL DOS FREQUENTADORES DA CRACOLÂNDIA. Portal do governo de São Paulo, 9 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/pesquisa-pioneira-revela-o-perfil-dos-frequentadores-da-cracolandia/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI.** Tradução de Monica Baumgarten de Bolle, 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa Paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma.** São Paulo: Três Estrelas, 2012

PINHO, Márcio. **Em 12 anos, prefeitos e governadores já consideraram Cracolândia problema resolvido e celebraram operações.** G1, 22 mai. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/em-12-anos-prefeitos-e-governadores-ja-consideraram-cracolandia-problema-resolvido-e-celebraram-operacoes.ghtml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

PINTO, Ana Estela de Sousa. **Saída para cracolândia tem que ser apartidária, diz CEO da Porto Seguro.** Folha de São Paulo, 26 jun. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1895822-empresa-pode-ajudar-a-melhorar-centro-mas-precisa-haver-projeto-diz-ceo-da-porto-seguro.shtml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

POLÍCIA FAZ OPERAÇÃO CONTRA TRÁFICO DE DROGAS E DORIA DIZ QUE CRACOLÂNDIA ‘ACABOU’. G1, 21 mai. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/policia-faz-operacao-na-cracolandia-no-centro-de-sp.ghml>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA DA UFSC. **Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país.** Disponível em: <<http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2018

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017

ROLNIK, Raquel. **Territórios em conflito.** 1. ed. São Paulo: Três estrelas, 2017.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da (coord). **Manual da redação: Folha de São Paulo.** São Paulo: Publifolha, 2010, p. 17.

SILVA, José Cícero; AMARAL, Sofia. **Operação barbárie.** Agência Pública, 28 mai. 2017. Disponível em: <<https://apublica.org/2017/05/operacao-barbarie/>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro.** Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SÃO PAULO. **Decreto nº 44.667, de 26 de abril de 2004.** Regulamenta as disposições da lei nº 13430, de 13 de setembro de 2002, que institui o plano diretor estratégico, relativas às zonas especiais de interesse social e aos respectivos planos de urbanização, e dispõe sobre normas específicas para a produção de empreendimentos de habitação de interesse social ,

habitação de interesse social e habitação de mercado popular. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2004/4466/44667/decreto-n-44667-2004-regulamenta-as-disposicoes-da-lei-n-13430-de-13-de-setembro-de-2002-que-institui-o-plano-diretor-estrategico-relativas-as-zonas-especiais-de-interesse-social-e-aos-respectivos-planos-de-urbanizacao-e-dispoe-sobre-normas-especificas-para-a-producao-de-empresendimentos-d-e-habitacao-de-interesse-social-habitacao-de-interesse-social-e-habitacao-do-mercado-popular>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais**. 1.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

TIROS DURANTE OPERAÇÃO NA CRACOLÂNDIA DEIXAM DOIS FERIDOS. G1, 29 abr. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/tiros-durante-operacao-na-cracolandia-deixa-m-dois-feridos-em-sp.html>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

UNODC. **World drug report 2017: the drug problem and organized crime, illicit financial flows, corruption and terrorism**. 2017. Disponível em: <http://www.unodc.org/wdr2017/field/Booklet_5_NEXUS.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2018.

VENTURINI, Lilian. **A desigualdade de renda no Brasil, segundo o IBGE**. Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/30/Como-est%C3%A1-a-desigualdade-de-renda-no-Brasil-segundo-o-IBGE>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

VERDÉLIO, Andréia. **Com 726 mil presos, Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo**. Agência Brasil, 12 set. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

WILLADINO, R.; NASCIMENTO, R. C.; SILVA, J. S. **Novas configurações das redes criminosas após a implantação das UPPs.** Observatório de favelas. Disponível em: <http://of.org.br/wp-content/uploads/2018/07/E-BOOK_Novas-Configura%C3%A7%C3%B5es-das-Redes-Criminosas-ap%C3%B3s-implanta%C3%A7%C3%A3o-das-UPPs.pdf>.

Acesso em: 4 nov. 2018.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004, p. 31.